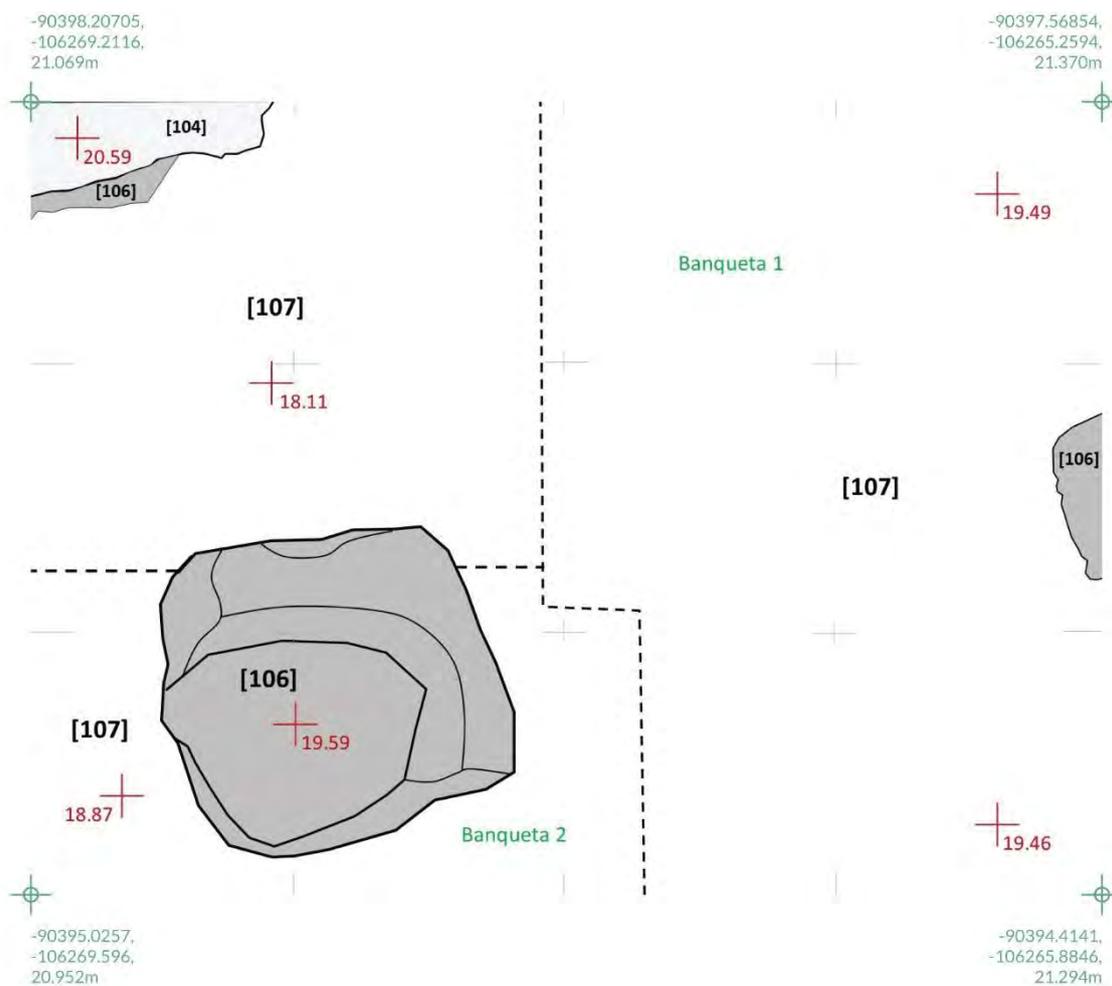


BALUARTE DO LIVRAMENTO



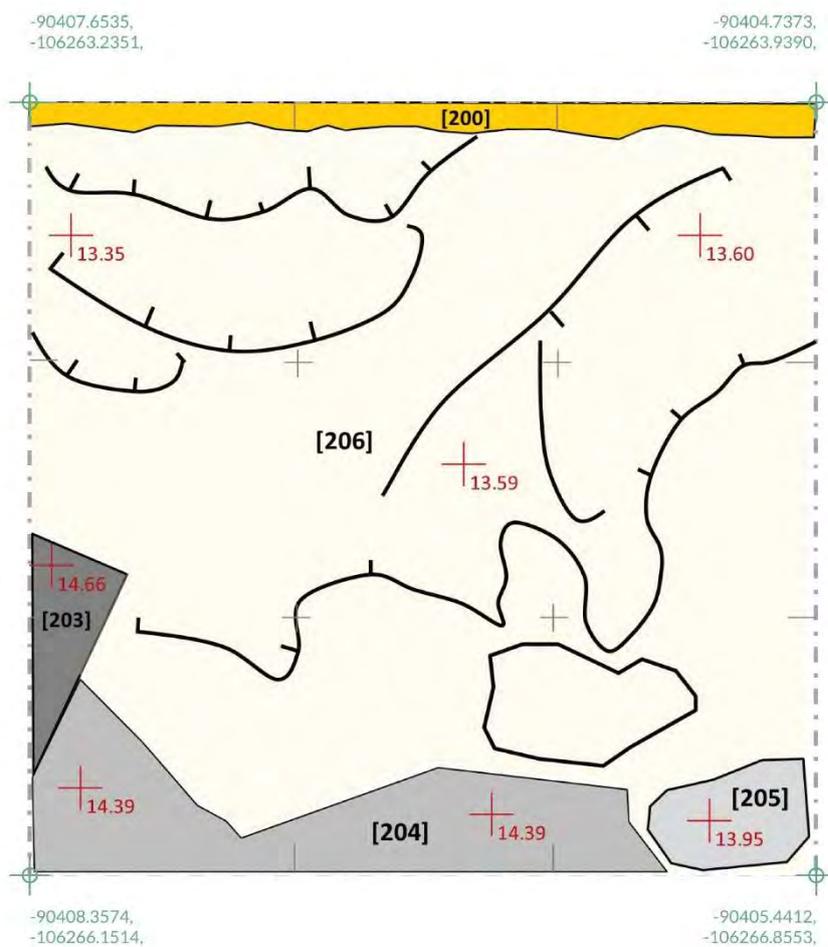
ML. LV-LSB. 24

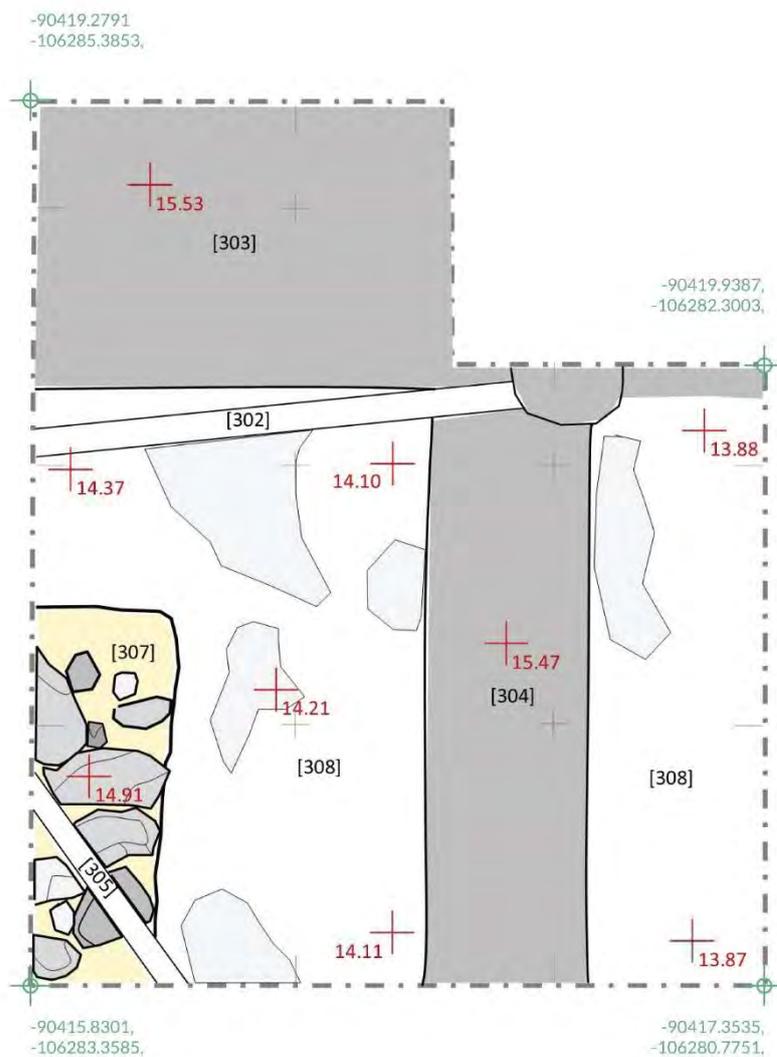
E

| | |
|----------------------|--------------|
| SONDAGEM | 1 |
| PLANO | FINAL |
| ESCALA | 1/20 |
| DIRETORES | NUNO PIRES |
| DATA | 09/08/2024 |
| REGISTO DE TRABALHO | RUI RIBOLHOS |
| REGISTO DE BARRILETE | RUI RIBOLHOS |

0 20 40 60 80 100 m

Ø = 21.46m
ETRS89 / Portugal 1986





ML. LV-LSB. 24

E

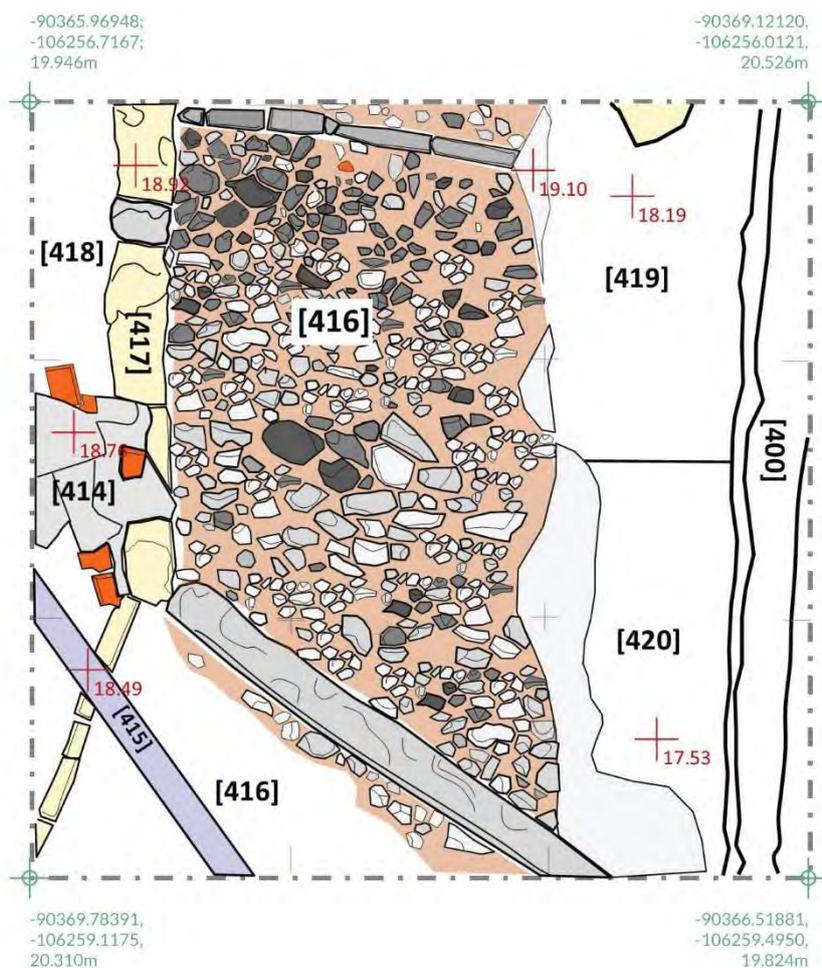
SONDAGEM 3
PLANO FINAL
ESCALA 1/20

DIRETORES NUNO PIRES

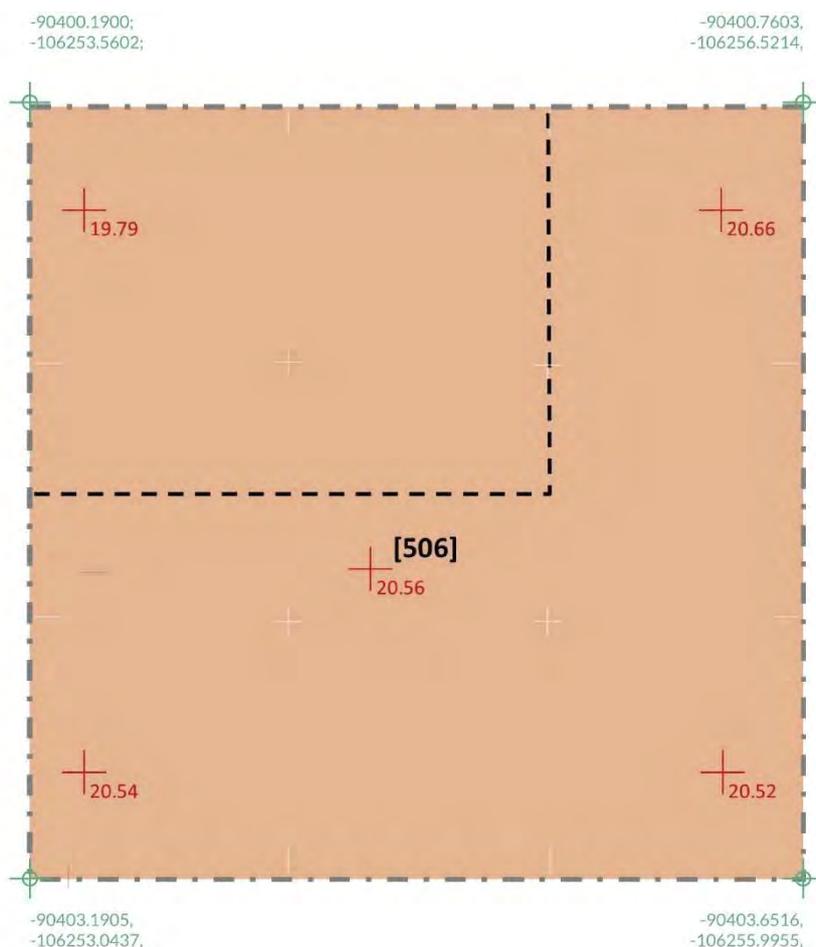
DATA 09/08/2024
REGISTO DE CAMPO RUI RIBOLHOS
REGISTO DE BARRILETE RUI RIBOLHOS



Ø = 17.40m
ET/RSB / PIREIRA TYGG



| | | | | |
|----------|---|-----------------------|--|---|
| E | ML . LV - LSB . 24 | | | |
| | SONDAGEM: 4 PLANO: FINAL ESCALA: 1/20 | DIRETORES: NUNO PIRES | DATA: 09/08/2024 REGISTO DE CNR: RUI RIBOLHOS REGISTO DE BARRILETE: RUI RIBOLHOS | Ø = 21.46m ET10887 / P.10000 / 11.06 |



ML . LV-LSB . 24

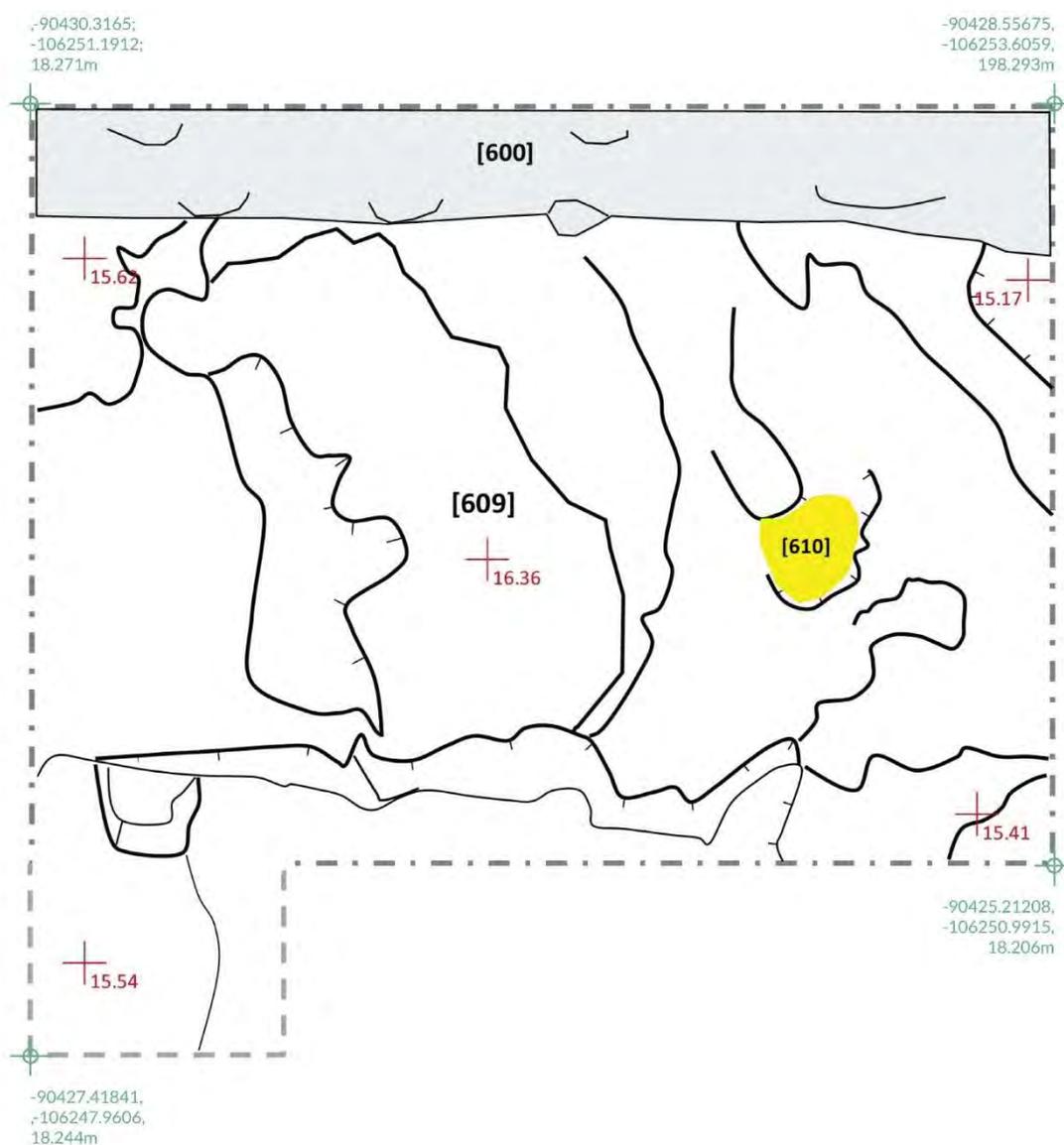
E

| | |
|---------------------|---------------------|
| SONDAGEM | 5 |
| PLANO | FINAL |
| ESCALA | 1/20 |
| DIRETORES | NUNO PIRES |
| DATA | 09/08/2024 |
| REGISTO DE CAMPO | RUI RIBOLHOS |
| REGISTO DE GABINETE | RUI RIBOLHOS |

0 20 40 60 80 100 m

ETRS89 / Portugal TM06

Ø = 22.59m



ML. LV-LSB. 24

E

SONDAGEM: 6
PLANO: FINAL
ESCALA: 1/20

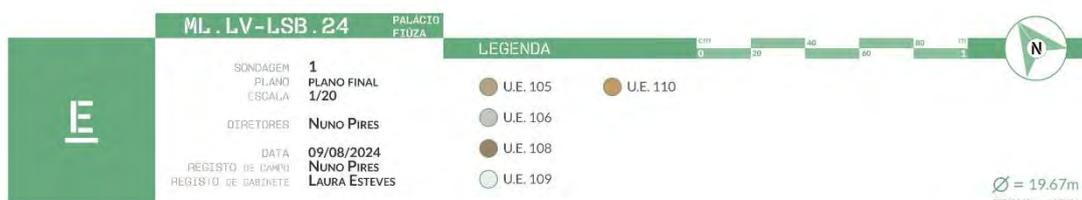
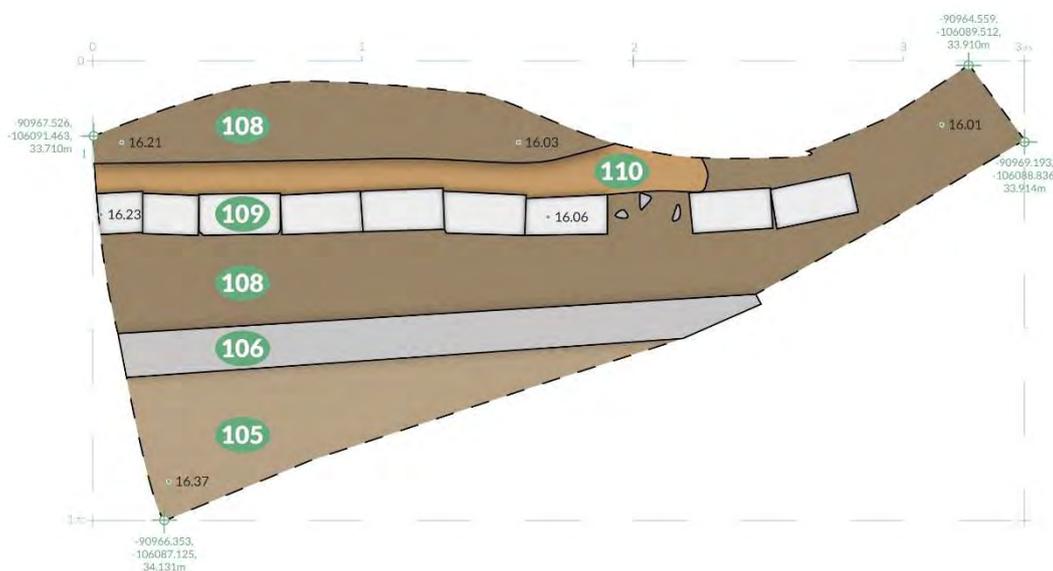
DIRETORES: NUNO PIRES

DATA: 09/08/2024
REGISTO DE CNR: RUI RIBOLHOS
REGISTO DE SARENETE: RUI RIBOLHOS



Ø = 18.62m
ET1989 / Pseudo UTM

PALÁCIO FIÚZA

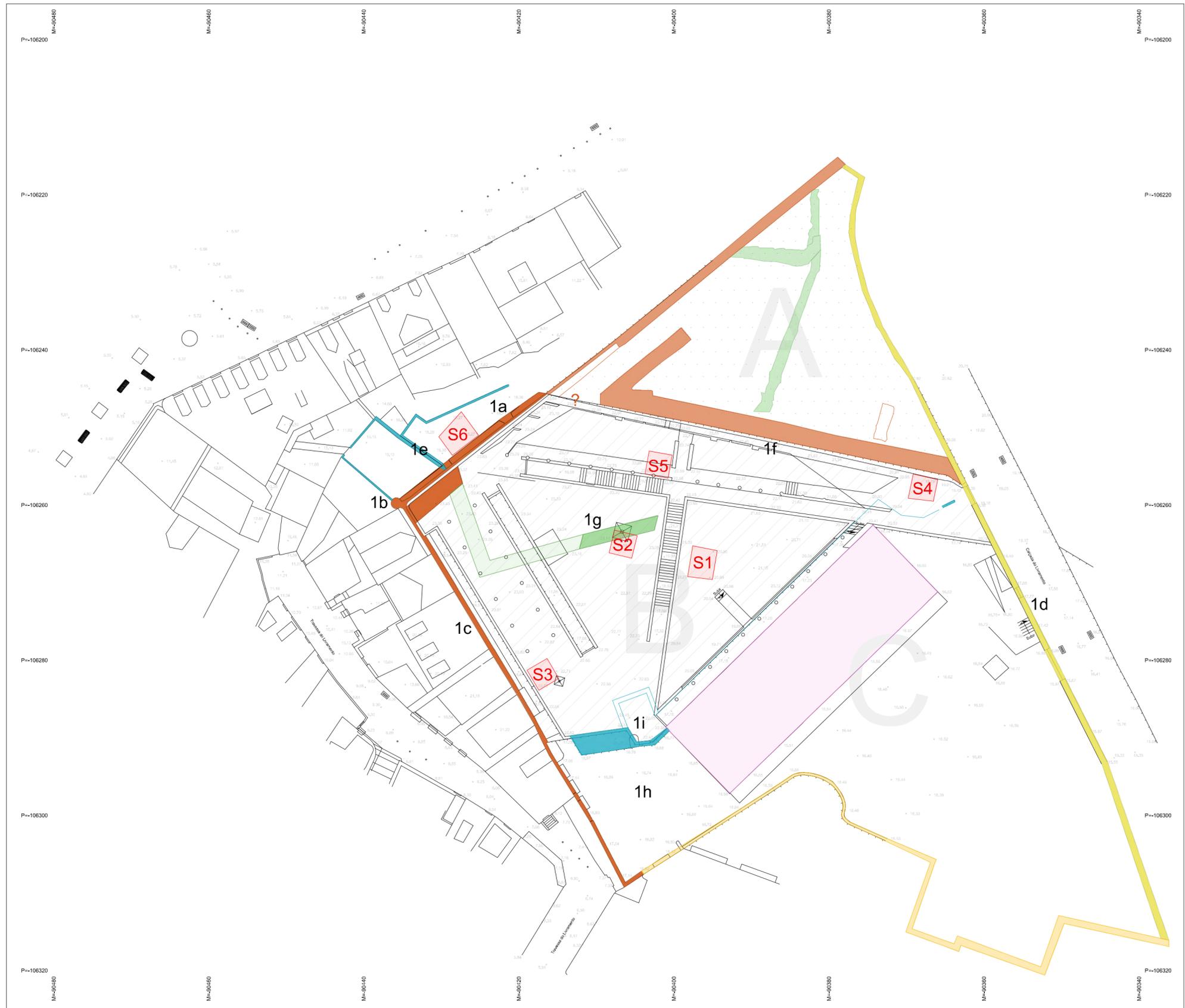


ESTAÇÃO DE CAMPOLIDE AMOREIRAS

Em Execução até à data de fecho deste relatório

12/10/2024

ANEXO 6
ESTUDOS HISTÓRICO-ARQUEOLÓGICOS
PLANTA DE PORMENOR DO BALUARTE DO LIVRAMENTO



LEGENDA

- A – Bateria superior ou “cavaleiro”
- B – Bateria inferior
- C – Plataforma inferior
- – Sondagens Arqueológicas

- 1ª METADE DO SÉC. XVII**
- Estruturas anteriores a 1650 (BARGÃO et al. 2018)
 - “Reduto Filipino” (estrutura implantada a partir da planta Dias Diogo e Laura Trindade (TRINDADE & DIOGO 2003: 89))

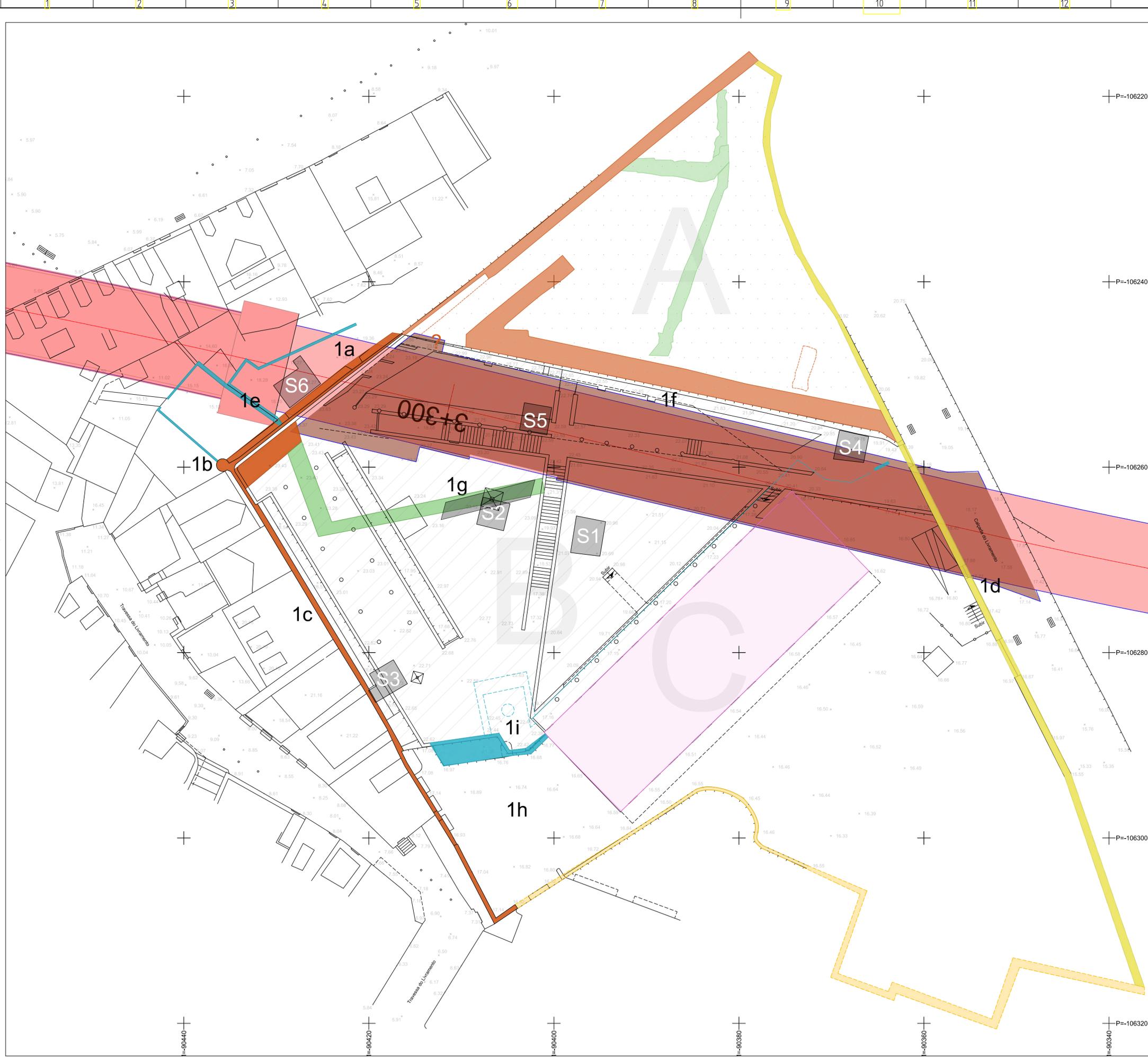
- MEADOS DO SÉC. XVII – ESTRUTURAS DO BALUARTE DE 1650**
- Descobertas em 2016-18 na Bateria Superior
 - Estruturas remanescentes à cota positiva

- MEADOS DO SÉC. XVIII**
- Muro nordeste (Início da 2ª metade do séc. XVIII)

- SÉC. XVIII? – XIX?**
- Muro que separou o Baluarte do Convento

- SÉC. XIX**
- Alterações da 1ª metade do Séc. XIX

- INÍCIO DO SÉC. XX**
- Edifício construído entre 1834-1911 (Pátio dos Quintalinhos)
Adaptado ou reconstruído em 1918



LEGENDA

- A – Bateria superior ou "cavaleiro"
- B - Bateria inferior
- C – Plataforma inferior
- – Sondagens Arqueológicas

- 1ª METADE DO SÉC. XVII**
- Estruturas anteriores a 1650 (BARGÃO et al. 2018)
- "Reduto Filipino" (estrutura implantada a partir da planta Dias Diogo e Laura Trindade (TRINDADE & DIOGO 2003: 89)
- Troço do "Reduto Filipino" implantado de acordo com levantamento topográfico atual (Obra Especial 5)

- MEADOS DO SÉC. XVII – ESTRUTURAS DO BALUARTE DE 1650**
- Descobertas em 2016-18 na Bateria Superior
- Estruturas remanescentes à cota positiva

- MEADOS DO SÉC. XVIII**
- Muro nordeste (Início da 2ª metade do séc. XVIII)

- SÉC. XVIII? – XIX?**
- Muro que separou o Baluarte do Convento

- SÉC. XIX**
- Alterações da 1ª metade do Séc. XIX

- INÍCIO DO SÉC. XX**
- Edifício construído entre 1834-1911 (Pátio dos Quintalinhos) Adaptado ou reconstruído em 1918

- EP 001a - Muralha noroeste
- EP 001b - Guarita
- EP 001c - Muralha sudoeste
- EP 001d - Muro nordeste
- EP 001e - Plataforma adossada ao muro NW
- EP 001f - Muralha transversal
- EP 001g – Vestígios do "reduto filipino"
- EP 001h - Plataforma de acesso ao "paiol"
- EP 001i - Paiol: parede sul e vestígios da porta no interior

| | |
|------------|-----------------|
| ALTERAÇÕES | |
| 0 | EMISSÃO INICIAL |
| 1 | 11/10/2024 |
| 2 | xxx |
| 3 | xxx |
| 4 | xxx |
| 5 | xxx |
| 6 | xxx |
| 7 | xxx |
| 8 | xxx |
| 9 | xxx |
| 10 | xxx |
| 11 | xxx |
| 12 | xxx |
| 13 | xxx |
| 14 | xxx |
| 15 | xxx |
| 16 | xxx |

| | | |
|---------|---|----------------------------------|
| | PROLONGAMENTO DA LINHA VERMELHA S. SEBASTIÃO - ALCÂNTARA PROJETO DE EXECUÇÃO | |
| Data: | ESTUDOS HISTÓRICO-ARQUEOLÓGICOS | Escala: Des. nº _____ F. / _____ |
| Aprov.: | ANEXO 6 - PLANTA DE FORMENOR DO BALUARTE DO LIVRAMENTO (EP 001) | Alter.: |
| Verif.: | Substituído | Substituído |
| Proj.: | Nº SAP _____ | Versão _____ |
| Des.: | Folha _____ | Folha _____ |

| | | |
|---------|---|-------------------|
| | Identificação Empresa Proprietária: COBA / JET SJ / J.C.M. / TALPROJECTO | Escalas: 1:200 |
| Aprov.: | xxx/xx/2024 | Folha: _____ |
| Verif.: | xx/xx/2024 | Folha: _____ |
| Proj.: | xx/xx/2024 | Folha: _____ |
| Des.: | xxx/xx/2024 | Folha: _____ |

ANEXO 5
ESTUDOS HISTÓRICO-ARQUEOLÓGICOS
CONSULTAS DE RELATÓRIOS E PUBLICAÇÕES SOBRE INTERVENÇÕES
ARQUEOLÓGICAS NO BALUARTE E ENVOLVENTE

Foram consultados os relatórios de intervenções arqueológicas nos seguintes sítios:



Figura 1 – Localização de intervenções arqueológicas no Baluarte do Livramento e junto ao conjunto da estrutura fortificada (delimitada a amarelo) cujos relatórios foram publicados para o presente estudo do Baluarte do Livramento.

1 BALUARTE (CNS 16218)

1.1 CALÇADA DO LIVRAMENTO, N.º 17

Este relatório e publicações seguintes dizem respeito a um trabalho de acompanhamento arqueológico realizado na “bateria inferior” do baluarte entre 1994-98. É revelador de outra era de fazer arqueologia em Portugal com condições deficientes de trabalho de escavação e registo. Malgrado o esforço interpretativo dos autores subsistem dúvidas acerca dos resultados e interpretações. Tratou-se de uma intervenção muito profunda que parece ter removido quase todo o interior do terraplano desta bateria, tendo deixado à vista o interior da muralha noroeste e vestígios de uma estrutura interpretada como paiol, bem como uma estrutura em cunhal, interpretada como sendo anterior à construção do baluarte 1650, designada como “reduto filipino”.

No local edificou-se um edifício em betão armado pertencente à Casa de Goa e em cuja cave se conservaram poucos vestígios da porta do “paiol” e das estruturas filipinas (DIOGO 2000; TRINDADE e DIOGO 2001; TRINDADE e DIOGO 2003)¹.

¹ DIAS DIOGO, A. M. (2000), Relatório final dos trabalhos arqueológicos na Casa de Goa, Lisboa, 2000. [Texto Policopiado]; TRINDADE, Laura; DIOGO, A. M. Dias - Elementos para o estudo do Baluarte do Livramento em Lisboa. In Arqueologia e História, nº 53, pp. 125-133. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2001; TRINDADE, Laura; DIOGO, A. M. Dias - Elementos para o estudo da igreja de Nossa Senhora do Livramento, em Alcântara, Lisboa. In Arqueologia e História, nº 55, pp. 89-96. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2003

1.2 CALÇADA DO LIVRAMENTO, N.º 19 E 19A – Sondagens e Acompanhamento Arqueológico 2015

Esta intervenção realizou-se na “bateria superior” do baluarte do Livramento, numa fase preliminar e numa área reduzida tendo ficado, no entanto, a descoberto um pequeno troço da muralha transversal que dividia as baterias².

1.3 CALÇADA DO LIVRAMENTO, N.º 19 E 19A – Acompanhamento Arqueológico 2016-17

Esta intervenção realizou-se na bateria superior do baluarte do Livramento, na sequência do diagnóstico efetuado anteriormente. Tratou-se de um acompanhamento arqueológico de uma obra muito profunda que praticamente removeu todo o terraplano do baluarte. Ficaram a descoberto estruturas do baluarte, designadamente todo o alçado das muralhas transversal e noroeste que revelaram ser estruturas possantes, de grandes dimensões. Foram ainda identificadas duas estruturas adossadas à muralha transversal. Abaixo dos níveis de ocupação do baluarte, foi identificado um conjunto de estruturas. Os resultados desta intervenção foram incorporados no capítulo relativo às estruturas remanescentes do baluarte e reinterpretados com base nos dados recolhidos pela pesquisa bibliográfica e documental e análise das estruturas existentes à cota positiva do conjunto de arquitetura militar (BARGÃO, CONCEIÇÃO e FERREIRA, 2018; BARGÃO, FERREIRA, CONCEIÇÃO e PENISGA, 2023)³.

2 ENVOLVENTE – FORA DO ANTIGO BALUARTE

2.1 Travessa da Trabuqueta, n.º 17

Este espaço localizava-se fora do recinto fortificado, junto à porta localizada a meio da cortina que unia os dois baluartes. Foram encontrados vestígios de ocupação que remontam ao séc. XVII-XVIII mas não relacionados com a fortificação (GODINHO, PINTO e PIRES 2020)⁴.

2.2 Rua Prior do Crato, 25-39 | Travessa da Trabuqueta, 8-14

Esta intervenção localizou-se num conjunto edificado cuja construção se adossou à face exterior da cortina que unia os dois baluartes, foram detetados vestígios desta estrutura, tendo o projeto sofrido alterações no sentido de preservar e integrar os vestígios da muralha preservados e

² PENISGA, Ana - Calçada Do Livramento, N.º 19 A 19A - Relatório Preliminar Acompanhamento Arqueológico / Sondagens Arqueológicas, Lisboa, 2015

³ BARGÃO, André; CONCEIÇÃO, Elisabete; FERREIRA, Inês – Relatório Final (Acompanhamento Arqueológico) Calçada do Livramento 19 a 19 A, Clay Arqueologia, Lisboa, 2018; BARGÃO, André; FERREIRA, Inês; CONCEIÇÃO, Elisabete; PENISGA, Ana - «*Que se faça mais fortificações [...] e reductos até Alcântara*» Resultados da intervenção arqueológica no Baluarte do Livramento, Lisboa, Clay Arqueologia. Apresentação no IV Encontro de Arqueologia de Lisboa organizado Centro de Arqueologia de Lisboa, 29 e 30 de junho de 2023

⁴ GODINHO, Rui; PINTO, Cláudia; PIRES, Eva - Travessa da Trabuqueta, 17 | Rua do Arco a Alcântara. Relatório de Preliminar (Sondagens de Diagnóstico Arqueológico). Clay Arqueologia, Lisboa 2020 [texto policopiado]

integrados no projeto. Foram ainda previstos trabalhos arqueológicos para a fase subsequente (PINTO, SILVA e BARBOSA, 2022: 33-35)⁵.

2.3 Rua Prior do Crato, 135-137

Intervenção realizada fora do recinto amuralhado, nas proximidades da antiga Ponte de Alcântara, sem resultados relevantes para o estudo em causa (GUIMARÃES 2022)⁶.

2.4 Rua Gilberto Rola, N.º 57-63

Intervenção localizada fora do recinto amuralhado com testemunhos de ocupação que remontam à época moderna e contemporânea sendo apenas de notar alguns testemunhos materiais relacionados com a ocupação militar da área envolvente, designadamente “uma bala de canhão e botões característicos de fardamento” (PIRES 2021)⁷.

⁵ PINTO, Cláudia; SILVA, Tiago; BARBOSA, Rúben - Rua Prior do Crato, 25-39 | Travessa da Trabuqueta, 8-14. Relatório Preliminar (Diagnóstico arqueológico), Clay Arqueologia, Lisboa, abril de 2024 [texto policopiado]

⁶ GUIMARÃES, Raquel - Acompanhamento Arqueológico no âmbito da Requalificação de edifício na Rua Prior do Crato, N.º 135-137, Alcântara, Lisboa Relatório Final. Empatia, Lisboa, setembro 2022 [texto policopiado]

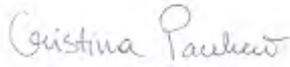
⁷ PIRES, Nuno - Acompanhamento Arqueológico no Âmbito do Projeto de Requalificação de Edifício na Rua Gilberto Rola, N.º 57-63, Alcântara, Relatório Final. Empatia, Lisboa, agosto 2021 [texto policopiado]

ANEXO 4
ESTUDOS HISTÓRICO-ARQUEOLÓGICOS
AUTORIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DOS TRABALHOS PELA CCDRLVT
(COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE
LISBOA E VALE DO TEJO)

PARECER

Concordo com a emissão de parecer favorável, nos termos propostos. Envie-se ao Património Cultural, I.P., no uso das competências que me foram subdelegadas por Despacho de subdelegação de competências do Vice-Presidente da CCD LVT, I.P. e para efeitos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 9.º da Portaria n.º 404/2023, de 5 de dezembro.

Diretora de Unidade



Cristina Polena Pacheco

19-09-2024

Concordo com o parecer condicionado proposto.

À consideração superior

Chefe de Divisão



António Batarde Fernandes

19-09-2024

DESPACHO

Aprovo nos termos propostos.

Ana Sofia Gomes
Chefe da Divisão de Arqueologia, Territórios e Valores Ambientais
por delegação de competências
Património Cultural, IP
Palacete Vilar de Allen, Rua António Cardoso, 175, 4150-081 Porto, Portugal
Palácio Nacional da Ajuda (Ala Norte), Largo da Ajuda, 1349-021 Lisboa
T. +351 226 000 454 T. +351 213 614 200
Email: geral@patrimoniocultural.gov.pt

| | |
|--|--|
| | |
|--|--|

Informação Número

Pasta Número

Data

123767-202409-UC/DPC

450.10.230.00606.2024

19/09/2024

ASSUNTO: PATA (Aditamento). RECAPE prolongamento da linha vermelha entre São Sebastião e Alcântara.

ENQUADRAMENTO LEGAL

A presente apreciação fundamenta-se nas disposições da legislação em vigor, nomeadamente:

- Lei nº 107/2001 de 8 de setembro, na sua redação atual, que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural;
- Decreto-Lei nº 164/2014, de 4 de novembro, que aprova o Regulamento de Trabalhos Arqueológicos (RTA);
- Decreto-Lei nº 78/2023 de 4 de setembro, que procede à criação do Património Cultural, I. P., e aprova a respetiva orgânica;
- Decreto-Lei nº 36/2023 de 26 de maio, que procede à conversão das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional em institutos públicos;
- Portaria nº 404/2023 de 5 de dezembro, que aprova os Estatutos da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, I. P.

PARECER TÉCNICO DE ARQUEOLOGIA

1. A apreciação recai sobre aditamento ao Plano de Trabalhos referente ao PATA em epígrafe, da responsabilidade técnico-científica dos arqueólogos **Maria Teresa Mendes da Silva, Nuno Filipe Poínhas Pires, Helena Isabel Henriques Pinheiro, Rui Alexandre Ribolhos Filipe, Luis Manuel Malhão Dinis Fernandes e Mariana Cunha Pinto Soares Mateus**, que mereceu despacho favorável da Directora da Unidade de Cultura da CCDR-LVT a 23-07-2024, exarado na informação n.º I18417-202407-UC/DPC;
2. Segundo os requerentes, em simultâneo com a preparação do RECAPE, no âmbito da qual se inserem os trabalhos autorizados, «*decorrem também os preparativos para (...) o desvio das infraestruturas que se encontrem no alinhamento do troço e viadutos*». O presente aditamento visa proceder ao acompanhamento arqueológico «*da abertura de uma vala na zona da Av. de Ceuta, perto da sua interceção com a Rua Prior do Crato, para efeitos de identificação de uma conduta de água*»;
3. Tendo em conta que os trabalhos se enquadram no mesmo projecto, contribuindo para o aprofundamento dos objectivos já estabelecidos, localizam-se nas imediações dos trabalhos de sondagem em curso e dão cumprimento ao disposto nos IGT relevantes, em matéria de

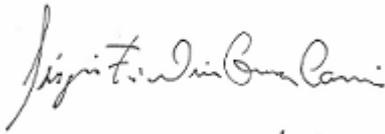


salvaguarda do património arqueológico, considera-se viável a autorização do aditamento ao plano dos trabalhos já aprovados;

4. Advertem-se, todavia, os requerentes e a entidade enquadrante para o cumprimento das obrigações relativas a trabalhos anteriormente autorizados, estipuladas na alínea a) do n.º 7 do artigo 6.º do Regulamento, em conjugação com os prazos previstos no artigo 14.º para entrega e aprovação de relatórios finais, no artigo 17.º para publicação de resultados e no artigo 18.º para depósito de espólio, e para a comunicação obrigatória das datas de início, de eventuais interrupções e de conclusão dos trabalhos, para efeitos de fiscalização e acompanhamento técnico, para o endereço eletrónico geral@ccdr-lvt.pt.
5. Informa-se ainda que, a partir de 02/09/2024, apenas serão considerados para efeitos de emissão de parecer por parte da CCDR-LVT os relatórios de trabalhos arqueológicos submetidos via <https://www.ccdr-lvt.pt/formularios/relatorio-de-trabalhos-arqueologicos/>.

À consideração superior,

Sérgio Carneiro, arqueólogo

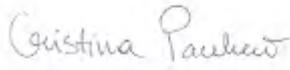


PARECER

Concordo, nos termos propostos.

Envie-se ao Património Cultural, I.P., no uso das competências que me foram subdelegadas por Despacho de subdelegação de competências do Vice-Presidente da CCDR LVT, I.P., de 11 de julho de 2024, e para efeitos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 9.º da Portaria n.º 404/2023, de 5 de dezembro.

Diretora de Unidade



Cristina Polena Pacheco

25-07-2024

Concordo com o parecer favorável proposto.

À consideração superior

Chefe de Divisão



António Batarda Fernandes

25-07-2024

DESPACHO

Aprovo.

Ana Sofia Gomes
Chefe da Divisão de Arqueologia,
Territórios e Valores Ambientais
por delegação de competências
Património Cultural, IP
Palacete Vilar de Allen, Rua António
Cardoso, 175, 4150-081 Porto, Portugal
Palácio Nacional da Ajuda (Ala Norte),
Largo da Ajuda, 1349-021 Lisboa
T. +351 226 000 454 T. +351 213 614 200
Email: geral@patrimoniocultural.gov.pt

| | |
|--|--|
| | |
|--|--|

Informação Número

Pasta Número

Data

I18823-202407-UC/DPC

450.10.230.00606.2024

25/07/2024

ASSUNTO:

Reformulação do Plano de Trabalhos em cumprimento da Informação 18417-202407-UC/DPC de 22/07/2024**ENQUADRAMENTO LEGAL**

A presente apreciação fundamenta-se nas disposições da legislação em vigor, nomeadamente:

- Lei nº 107/2001 de 8 de setembro, na sua redação atual, que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural;
- Decreto-Lei nº 164/2014, de 4 de novembro, que aprova o Regulamento de Trabalhos Arqueológicos (RTA);
- Decreto-Lei nº 78/2023 de 4 de setembro, que procede à criação do Património Cultural, I. P., e aprova a respetiva orgânica;
- Decreto-Lei nº 36/2023 de 26 de maio, que procede à conversão das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional em institutos públicos;
- Portaria nº 404/2023 de 5 de dezembro, que aprova os Estatutos da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, I. P.

PARECER TÉCNICO DE ARQUEOLOGIA

1. A apreciação recai sobre um requerimento respeitante a alterações introduzidas no plano de trabalhos apresentado anteriormente, integrado no PATA para instrução do RECAPE - Prolongamento da Linha Vermelha entre São Sebastião e Alcântara, que recolheu despacho Favorável exarado a 23/07/2024 pelo PC-IP na informação da CCDR-LVT n.º I18417-202407-UC/DPC, **condicionado**, no que à informação desta Comissão diz respeito, a:
 - 1.1. Alteração das dimensões das sondagens previstas para os acessos à estação de Campolide / Amoreiras para, pelo menos 3x3 m e execução de uma sexta sondagem, também com pelo menos 3x3 m, no local do elevador entre o átrio e a superfície;
 - 1.2. Alteração das dimensões das sondagens previstas para os acessos à estação de Campo de Ourique para, pelo menos 3x3 m e execução de uma quinta sondagem na localização do acesso 2, situado na Rua Almeida e Sousa;
 - 1.3. Alteração das dimensões das sondagens previstas para os acessos à estação da Av. Infante Santo para, pelo menos 3x3 m e execução de uma quinta sondagem com as mesmas dimensões no local previsto do elevador;
 - 1.4. Em relação À estação de Alcântara, determinava-se o cumprimento da resolução da DIA: «efetuar a escavação arqueológica integral das fundações do viaduto de Alcântara», e não as



sondagens de diagnóstico previstas no Plano de Trabalhos. deverá ainda ser prevista a escavação de uma sondagem com, pelo menos 3x3 m na Rua Maria Pia, apesar desta poder ser executada apenas aquando do abate da árvore de grandes dimensões que se encontra no local;

- 1.5. Alteração das dimensões das sondagens previstas para a área do Baluarte do Livramento para, pelo menos 3x3 m;
 - 1.6. O despacho final do PC-IP sobre este PATA, referia ainda que «*os trabalhos arqueológicos não poderão ter início sem a aprovação do referido aditamento do PATA*»;
2. As alterações agora introduzidas no Plano de Trabalhos, dão resposta cabal às condicionantes propostas pela CCDR-LVT no parecer anteriormente emitido e confirmadas pelo PC-IP no despacho final, pelo que se considera que a inibição do início dos trabalhos, imposta pelo referido despacho, poderá ser levantada.

À consideração superior,

Sérgio Carneiro, arqueólogo



ANEXO 3
ESTUDOS HISTÓRICO-ARQUEOLÓGICOS
PLANO DE TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS

PLANO DE TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS METRO DE LISBOA

RECAPE

PROLONGAMENTO DA **LINHA VERMELHA** ENTRE SÃO SEBASTIÃO E ALCÂNTARA

Freguesias de Avenidas Novas, Campolide,
Santo António, Campo de Ourique, Estrela
e Alcântara

Reformulação em cumprimento da
Informação 18417-202407-UC/DPC de
22/07/2024

25 de Julho de 2024

LVSSA ACE PE AMB 000 000 NT 40001 A

EMPATIA
arqueologia · conservação · restauro

NEOÉPICA
arqueologia e património

I PÉRIO
ARQUEOLOGIA

**ARQUEO
LOGIA
PATRIMÓNIO**

Índice

| | | |
|-------|--|----|
| 1 | OBJETO | 4 |
| 2 | DETERMINAÇÕES DA DIA RELATIVAS AO PATRIMÓNIO CULTURAL | 14 |
| 2.1 | Condicionantes (C) | 15 |
| 2.2 | Elementos a apresentar em RECAPE (EAR) | 16 |
| 2.3 | Medidas de Minimização (MM) | 17 |
| 2.4 | Programa de Monitorização (PMPC) | 19 |
| 3 | LOCALIZAÇÃO | 20 |
| 4 | TRABALHOS A REALIZAR | 23 |
| 4.1 | Revisão do Estudo Ambiental em Fase de RECAPE | 23 |
| 4.2 | Prospecção arqueológica | 24 |
| 4.3 | Sondagens Arqueológicas | 25 |
| 4.3.1 | Estação de Campolide/Amoreiras | 26 |
| 4.3.2 | Estação de Campo de Ourique | 27 |
| 4.3.3 | Estação de Infante Santo | 28 |
| 4.3.4 | Estação de Alcântara | 29 |
| 4.3.5 | Poço de Ventilação 211 | 30 |
| 4.3.6 | Poço de Ventilação 215 | 31 |
| 4.3.7 | Poço de Ventilação 217 | 32 |
| 4.3.8 | Baluarte do Livramento | 33 |
| 4.3.9 | Palácio Fiúza | 37 |
| 4.4 | Sondagens Parietais | 38 |
| 5 | PRAZOS | 40 |
| 6 | METODOLOGIA DA INTERVENÇÃO | 41 |
| 6.1 | Fase 1 – Documentação | 41 |
| 6.1.1 | A. Estudo dos antecedentes relativos à Fase de Estudo Prévio | 41 |
| 6.1.2 | Análise do Projeto | 41 |
| 6.1.3 | B. Estruturação do estudo | 41 |
| 6.1.4 | C. Revisão e Atualização da Caracterização da Situação de Referência | 41 |
| 6.2 | Fase 2 - Trabalho de Campo | 42 |
| 6.2.1 | Revisão das Ocorrências Patrimoniais | 42 |
| 6.2.2 | Prospecção | 42 |

| | | |
|---------|--|----|
| 6.2.3 | Sondagens Arqueológicas | 43 |
| 6.2.4 | Sondagens Parietais | 43 |
| 6.3 | Fase 3 – Trabalho de Gabinete e Produção de Relatórios | 44 |
| 6.3.1 | Relatório(s) Preliminar(es) das intervenções Arqueológicas | 44 |
| 6.3.2 | Relatório de Conformidade Ambiental do Projeto de Execução | 44 |
| 6.3.2.1 | Atualização da Situação de Referência | 44 |
| 6.3.2.2 | Avaliação de Impactes Ambientais | 44 |
| 6.3.2.3 | Conformidade com a Declaração de Impacte Ambiental | 45 |
| 6.3.2.4 | Estudos Complementares | 45 |
| 6.3.2.5 | Plano de Salvaguarda do Património Cultural | 46 |
| 6.3.2.6 | Plano de Compensação e Valorização do Património Cultural (PCVPC) | 49 |
| 7 | COMPOSIÇÃO DA EQUIPA | 50 |
| 7.1 | Estudos Ambientais | 50 |
| 7.2 | Intervenção Arqueológica | 50 |
| 8 | ESTADO ATUAL DOS CONHECIMENTOS E CARACTERIZAÇÃO SUMÁRIA DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO-ARQUEOLÓGICO DA ÁREA ENVOLVENTE | 50 |
| 9 | DOCUMENTAÇÃO E BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA | 58 |
| 9.1 | Documentação | 58 |
| 9.2 | Bibliografia | 58 |
| 9.3 | Consulta On-line | 59 |

1 OBJETO

O presente plano de trabalhos constitui uma reformulação ao Plano de Trabalhos submetido no Portal do Arqueólogo a 28/06/2024 e nele se procura dar resposta à Informação I18417-202407-UC/DPC de 22/07/2024, designadamente:

Concordo com o parecer **não favorável** proposto. Face ao ora aduzido, bem como considerando a complexidade e amplitude de todos os trabalhos de diagnóstico prévio proposto efetuar, julga-se que **deverá ser submetido novo PATA contendo plano de trabalhos reformulado de acordo com o notado no ponto 4¹ da presente Informação.**

"(...) 3. O plano apresentado, propõe a escavação das seguintes sondagens arqueológicas:

3.1. 5 sondagens de 3x2 m cada, junto aos futuros acessos à **estação Campolide / Amoreiras**. Não é indicada a profundidade destas sondagens¹ que, naturalmente, terão de obter a totalidade da estratigrafia antrópica do local, pelo que as dimensões propostas nos parecem claramente insuficientes à eventual necessidade de entivar as mesmas por razões de segurança, **devendo as ser previstas com, no mínimo, 3x3 m. Apenas se propõem sondagens nos locais das escadas de acesso, deverá prever-se a execução de uma sexta sondagem, também com pelo menos 3x3 m, no local do elevador;**

3.2. 4 sondagens de 3x2 m cada, três junto aos acessos à estação de **Campo de Ourique** e a quarta no local do poço de ventilação previsto, no meio do Jardim da Parada. Aplica-se também a esta estação o que foi dito no ponto anterior quanto às dimensões prevista das sondagens. Parece-nos ainda insuficiente o número de sondagens previstas, devendo executar-se uma quinta sondagem, na localização do acesso 2, situado na Rua Almeida e Sousa;

3.3. 4 sondagens de 3x2 m cada, duas no local das escadas de acesso e as outras duas sobre o corpo da estação da Av. Infante Santo. Mais uma vez, as dimensões das sondagens deverão ser aumentadas para 3x3 m, para eventual entivação, e deverá ser prevista uma quinta sondagem com as mesmas dimensões no local do elevador;

3.4. Estação de Alcântara: 2 sondagens de 5x5 m cada nos locais dos pilares a construir na Av. de Ceuta. Recorda-se que a medida de minimização determinada pela DIA é «efetuar a **escavação arqueológica integral das fundações do viaduto de Alcântara**», pelo que a proposta apresentada não dá cumprimento a este documento. Para além disso, segundo os requerentes, na «Rua Maria Pia, o local onde será construído o terceiro pilar encontra-se numa zona de passeio estreito e junto a uma mancha de árvores de grande porte, onde se estima que o subsolo esteja massivamente ocupado por raízes de consideráveis dimensões. Estes condicionamentos inviabilizam a realização de uma sondagem neste local, nesta fase dos trabalhos». **Esta explicação não nos parece aceitável, porquanto a árvore em questão terá de ser abatida para construção do pilar, pelo que deverá já ser prevista a escavação desta área, ainda que a sua execução possa ser desfasada no tempo em relação à abertura das restantes áreas, o diagnóstico não poderá considerar-se completo sem a realização destes trabalhos;**

(...) 3.8. Na área do Baluarte do Livramento, em resposta ao ponto 3 b das condicionantes previstas na DIA (vide ponto 4 infra), propõe-se a realização de 6 sondagens: 2 de 4x2m e 4 de 3x2m. **mais uma vez, e pelas razões expostas no ponto 3.1, as sondagens deverão ter, no mínimo três metros de largura;**

4. Pelo exposto, considera-se que o PATA não dá cumprimento às condicionantes de salvaguarda arqueológica presentes na Declaração de Impacte Ambiental emitida a 26/8/2022 (Processo AIA 3462) e consultável em <https://siaia.apambiente.pt/AIA1.aspx?ID=3462>, pelo que o plano de

¹ Por lapso foi referido o número 4 em vez de 3.

trabalhos proposto deverá ser reformulado de acordo com os pontos 3.1, 3.2, 3.3, 3.4. e 3.8 da presente informação;

Relativamente à submissão do “aditamento ao PATA nos termos do ponto 4 do parecer técnico, assim como (ii) nos termos do ponto 4.3.1 do parecer deste Instituto/Divisão do Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática (GP21769), em termos de “conservação preventiva e eventual restauro” de estruturas postas a descoberto em contexto náutico” o mesmo foi já submetido no Portal do Arqueólogo no dia 22/7/2024.

O presente plano de trabalho diz respeito aos **estudos ambientais e intervenções arqueológicas** a realizar no âmbito da elaboração do Relatório de Conformidade Ambiental – Descritor Património Cultural - do Projeto de Execução do Prolongamento da Linha Vermelha entre São Sebastião e Alcântara do Metropolitano de Lisboa, com a DIA (RECAPE).

O presente plano de trabalhos enquadra-se dentro da categoria C, alínea c), do artigo 3.º, do Decreto-Lei n.º 164/2014 de 04 de novembro – Novo Regulamento dos Trabalhos Arqueológicos, que preconiza ações preventivas e de minimização de impactes integradas em estudos, planos, projetos e obras com impacto sobre o território em meio rural, urbano e subaquático.

A descrição do projeto encontra-se sintetizada na respetiva DIA (Declaração de Impacte Ambiental) da seguinte forma:

*O prolongamento da Linha Vermelha entre São Sebastião e Alcântara inicia-se a partir da zona já construída, localizada após a Estação de São Sebastião e será materializado com a construção de um **túnel de via dupla a partir da zona junto ao Palácio da Justiça até Alcântara, com uma extensão total de cerca de 4,1 Km, incluindo cerca de 380 m, em viaduto, na parte final do traçado.***

*Ao longo do traçado prevê-se a construção de **três estações enterradas: Estação Amoreiras, Estação Campo de Ourique e Estação Infante Santo e uma estação à superfície, em Viaduto, a Estação Alcântara.** Inclui, ainda a execução de **3 poços de ventilação: PV1[PV211], PV2[PV215] e PV4 [PV217]** (o PV3 foi abandonado)² que coincidem, na fase de obra, com os poços de ataque da escavação do túnel e, que no futuro, serão os pontos de acesso para manutenção, entrada de meios de socorro e saídas de emergência, caso necessário.*

A jusante da Estação Campo de Ourique, da Estação Infante Santo e no troço final do término da Estação Alcântara, a secção do túnel, contará com uma terceira via (via tripla) para resguardo/parqueamento de comboios.

O viaduto será executado em estrutura metálica ligeira em treliça apoiado em três pilares com uma laje de betão sobre a qual os carris assentam. No enfiamento da Muralha do Baluarte do Livramento, através do qual este emerge será atravessado um edifício que se prevê ser demolido e reconstruídas as paredes exteriores, prevendo-se também que o edificado existente permaneça, se possível, apesar de terem sido identificadas construções adjacentes à Estação de Alcântara e ao Baluarte do Livramento que serão demolidas.

Devido ao grande desnível existente entre os dois pontos de ligação deste projeto, a inclinação máxima (i = 4%) foi aplicada em grande parte do traçado.

² Trata-se de um lapso, os poços são o PV211, PV215, e PV217.

Em relação aos métodos de construção prevê-se o recurso ao método NATM (New Austrian Tunnelling Method) na generalidade do traçado e a escavação a céu aberto na aproximação ao viaduto da Estação de Alcântara, a montante, no troço entre a Muralha do Chafariz das Necessidades e a Muralha do Baluarte do Livramento e, a jusante da mesma estação.

Para os vários estaleiros previstos associados quer à construção das Estações quer dos PV estima-se uma duração máxima na obra de 25 meses.

Na estimativa mais favorável prevê-se uma procura previsível de 71 861 passageiros diários, ou seja, um volume de passageiros de cerca de 26 milhões por ano.

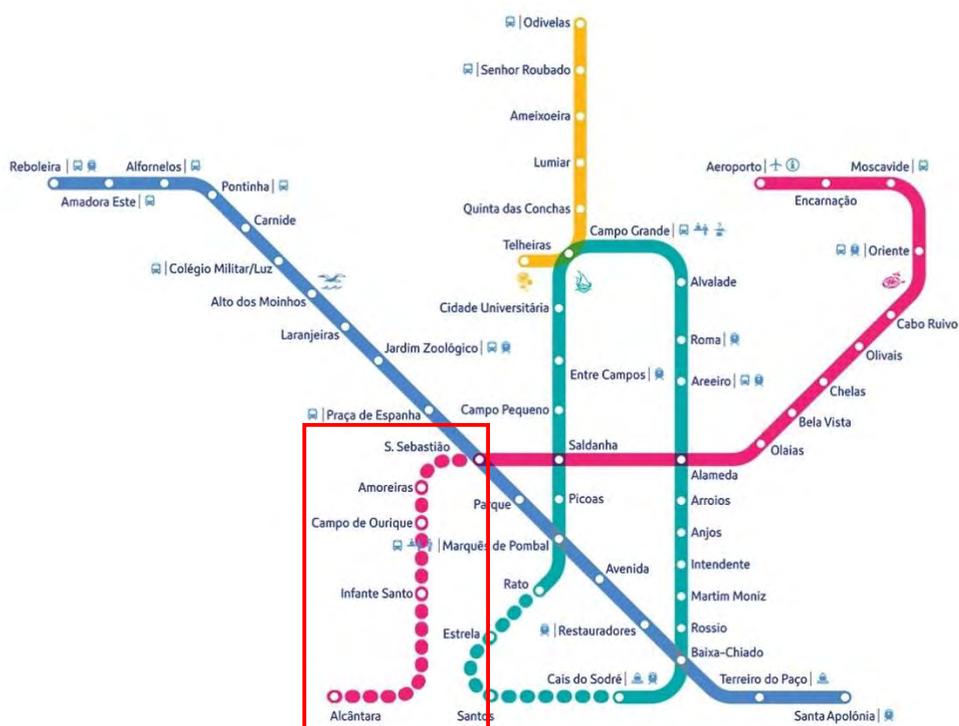


Figura 1 - Localização do prolongamento da Linha Vermelha (sobre desenho de memória Descritiva do Projeto³)

Para os estudos a desenvolver em fase de anteprojecto e projecto de execução consideram-se **áreas mais sensíveis** as localizadas:

- numa faixa de 60 metros centrada no eixo do traçado;
- em locais com escavação a céu aberto, estações e poços de ventilação (PV);
- local de construção do viaduto
- locais onde o túnel tenha uma profundidade inferior a 25m;
- locais destinados a estaleiros, acessos à obra e áreas de empréstimo/depósito de inertes.

³ Metro de Lisboa Linha Vermelha entre São Sebastião e Alcântara Empreitada de Conceção e Construção do Prolongamento da Linha Tomo I – Apresentação do Projeto Estudo Prévio, Volume 1 - Apresentação do Projeto Memória Descritiva e Justificativa, 23 de junho de 2023

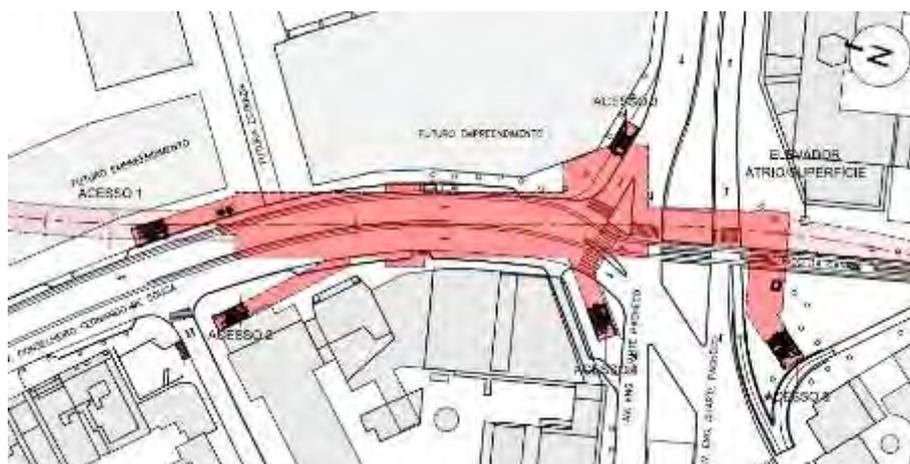


Figura 2 - Estação de Campolide/Amoreiras (estação enterrada a 18 m de profundidade) imagem extraída de documento atualizado⁴ com a seguinte legenda: *implantação conforme elementos emergentes à superfície – acessos, chaminés e grelhas de ventilação encontra-se definida no desenho ML 123411 (Anexo Z – Implantação dos Acessos à Superfície).*



Figura 3 - Estação de Campo de Ourique (estação enterrada a 30m de profundidade), imagem extraída de documento atualizado⁵ com a seguinte legenda: *Estação Campo de Ourique - Implantação conforme Anexo Z das 'bocas de acesso' à superfície (E1/E2/E3 e E4).*

⁴ Metro de Lisboa - Linha Vermelha Entre São Sebastião e Alcântara, Empreitada de Conceção e Construção do Prolongamento da Linha, Tomo I – Apresentação do Projeto - Estudo Prévio. Volume 1 - Apresentação do Projeto, Memória Descritiva e Justificativa. Documento Elaborado por Rui Rodrigues e Afonso Guerreiro, Atualizado Em 2023-06-23, pág. 13

⁵ Idem, pág. 15

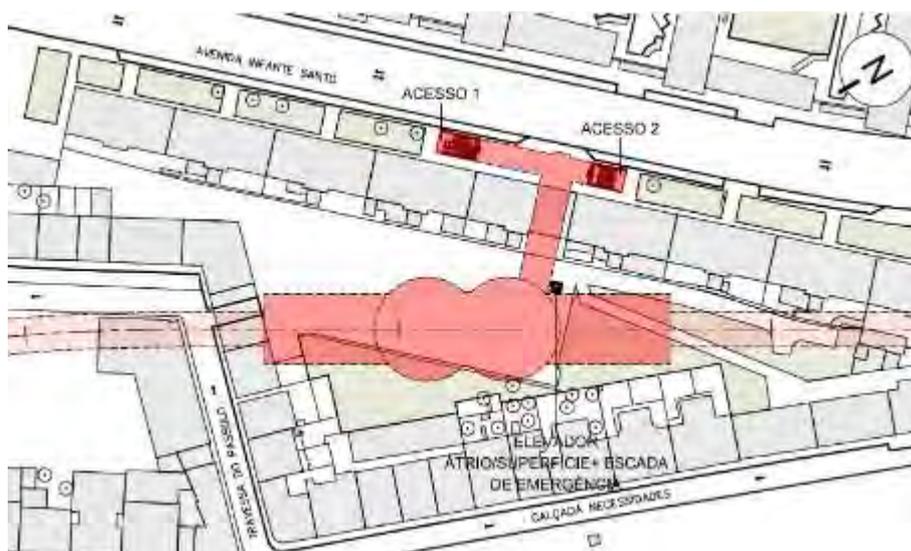


Figura 4 - Estação Infante Santo (estação enterrada a 32,5 m de profundidade), imagem extraída de documento atualizado⁶ com a seguinte legenda: Estação Infante Santo, implantação das 'bocas de acesso' emergentes à superfície no passeio poente da Av. Infante Santo (E1/E2) conforme Anexo Z.

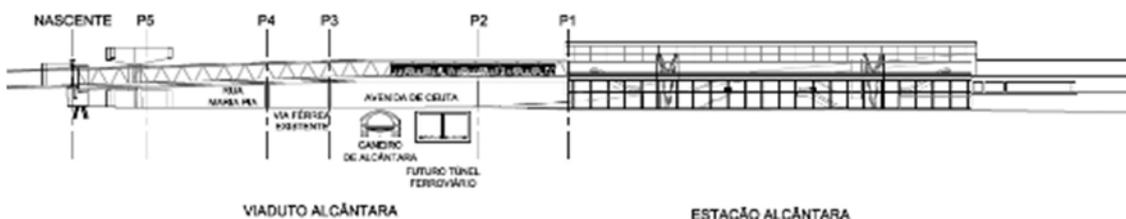


Figura 5 - Estação Alcântara (estação à superfície implantada no centro da avenida de acesso à Ponte 25 de abril e parte da sua estrutura irá ser feita em viaduto), imagem extraída de documento atualizado⁷ com a seguinte legenda: Estação Alcântara e Viaduto.

⁶ Idem, pág. 19

⁷ Idem, pág. 22

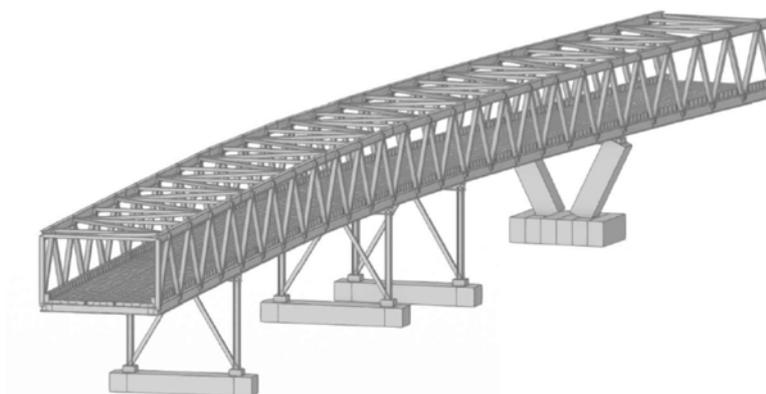
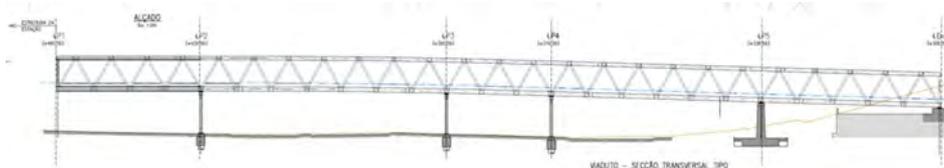


Figura 6 - Viaduto metálico sobre a Av. de Ceuta que viaduto que fará a ligação entre a Muralha do Baluarte do Livramento e a estação de Alcântara ao PK 3+523,693, atravessando perpendicularmente a Av. De Ceuta. Imagem extraída de documento atualizado⁸ com a seguinte legenda: *Dimensionamento e conceção do Viaduto sobre o Vale de Alcântara elaborada no presente Estudo Prévio (LVSSA TAL EP STR VDT VDA DW 089101 0), em conformidade com a conceção apresentada no PP-ARQ.*

⁸ Idem, pág. 25

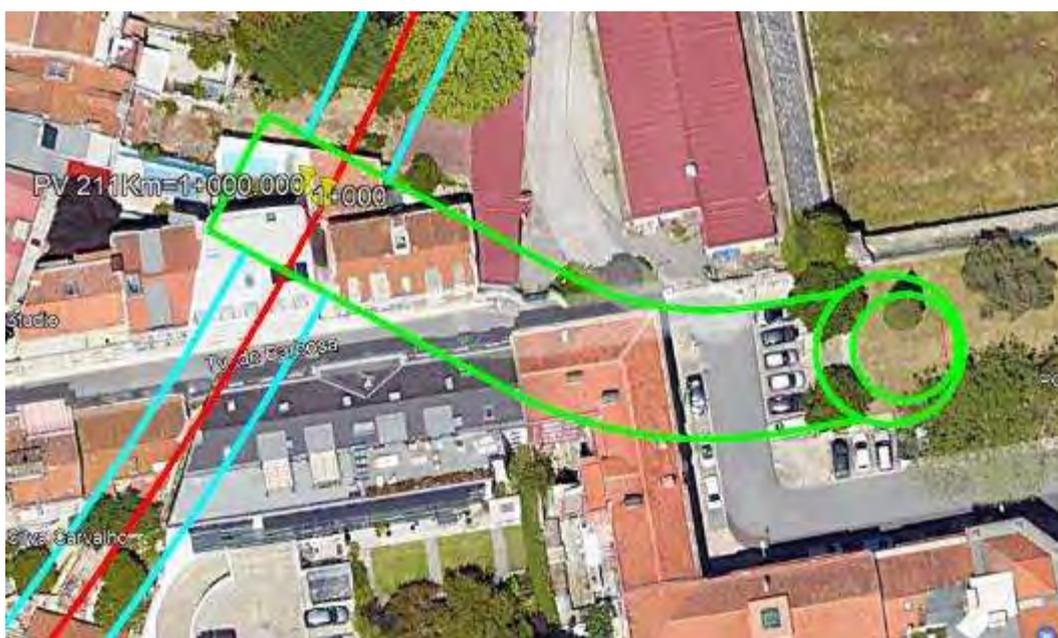


Figura 7 - PV 211 no Pk 1+000,000. Imagem extraída de documento atualizado⁹ com a seguinte legenda:
Poço de Ventilação PV211(Km 1+000.000) – implantação em Google Earth.



Figura 8 - PV 215 no Pk 2+103,037. Imagem extraída de documento atualizado¹⁰ com a seguinte legenda:
Poço de Ventilação PV215 (Km 2+103.037) conforme desenho de arquitetura paisagista incluído no presente Estudo Prévio (LVSSA CBJ EP APG PVE PV215 DW 076001 0).

⁹ Idem, pág. 27

¹⁰ Idem, pág. 28



Figura 9 - PV 217 no Pk 3+889,338. Imagem extraída de documento atualizado¹¹ com a seguinte legenda: Poço de Ventilação PV217(Km 3+889.338) e passagem do túnel junto à fundação do pilar do viaduto de acesso à Ponte 25 de Abril. - implantação em Google Earth.

Encontram-se assinaladas a vermelho as áreas do túnel com **profundidades inferiores a 25m** (incluídas também em *áreas mais sensíveis*). As áreas assinaladas a verde correspondem às áreas em que o túnel se situa a uma profundidade superior a 25m.

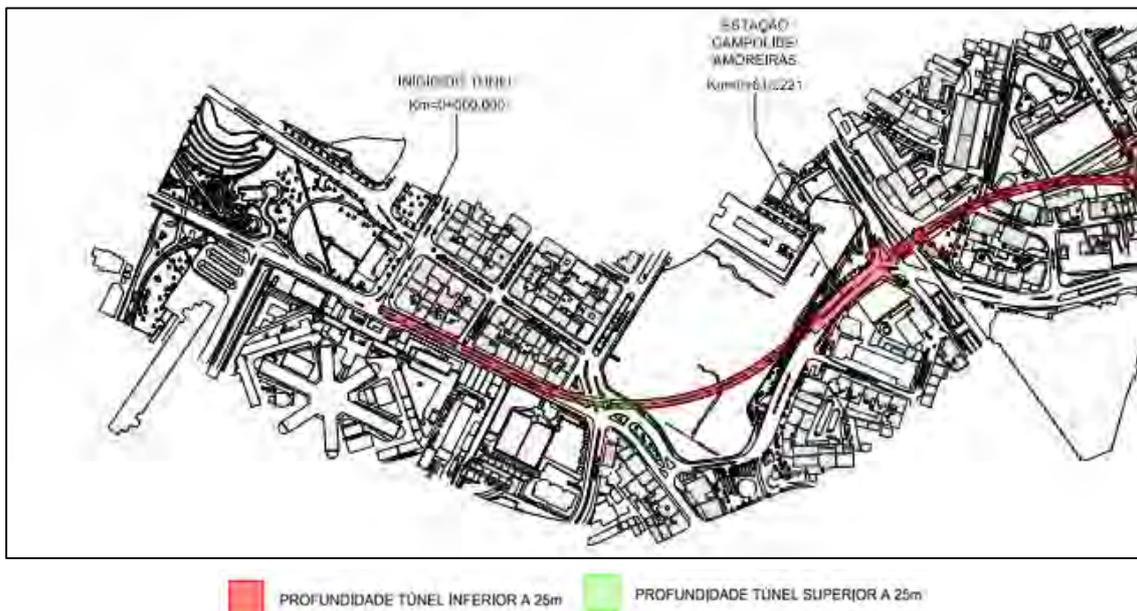


Figura 10 – Profundidade a que se encontra o túnel entre o ponto inicial e o PV211.

¹¹ Idem, pág. 29

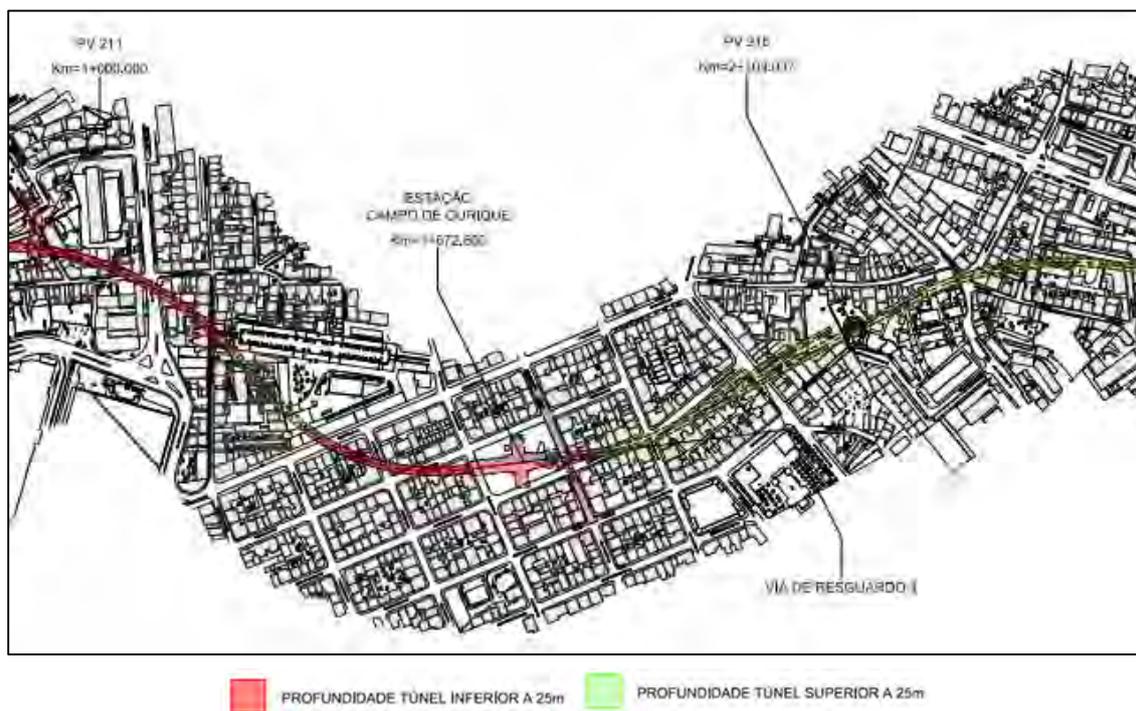


Figura 11 – Profundidade a que se encontra o túnel entre o PV211 e a estação Infante Santo.

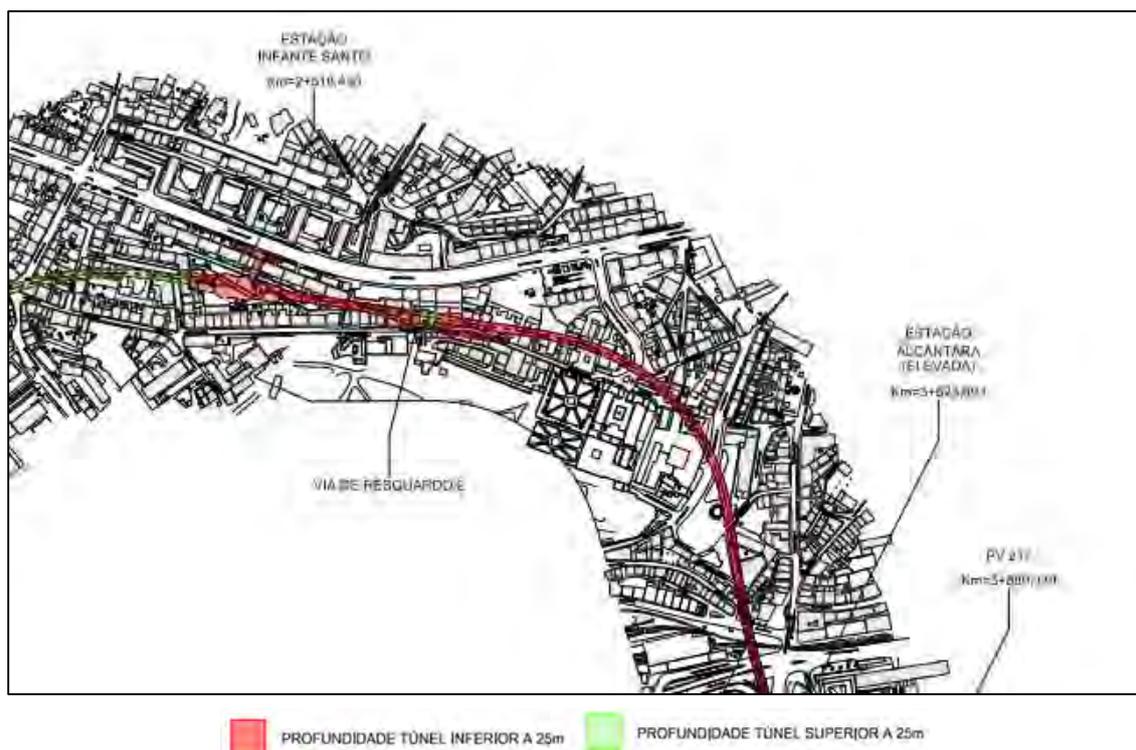


Figura 12 – Profundidade a que se encontra o túnel entre estação Infante Santo e o viaduto de Alcântara.

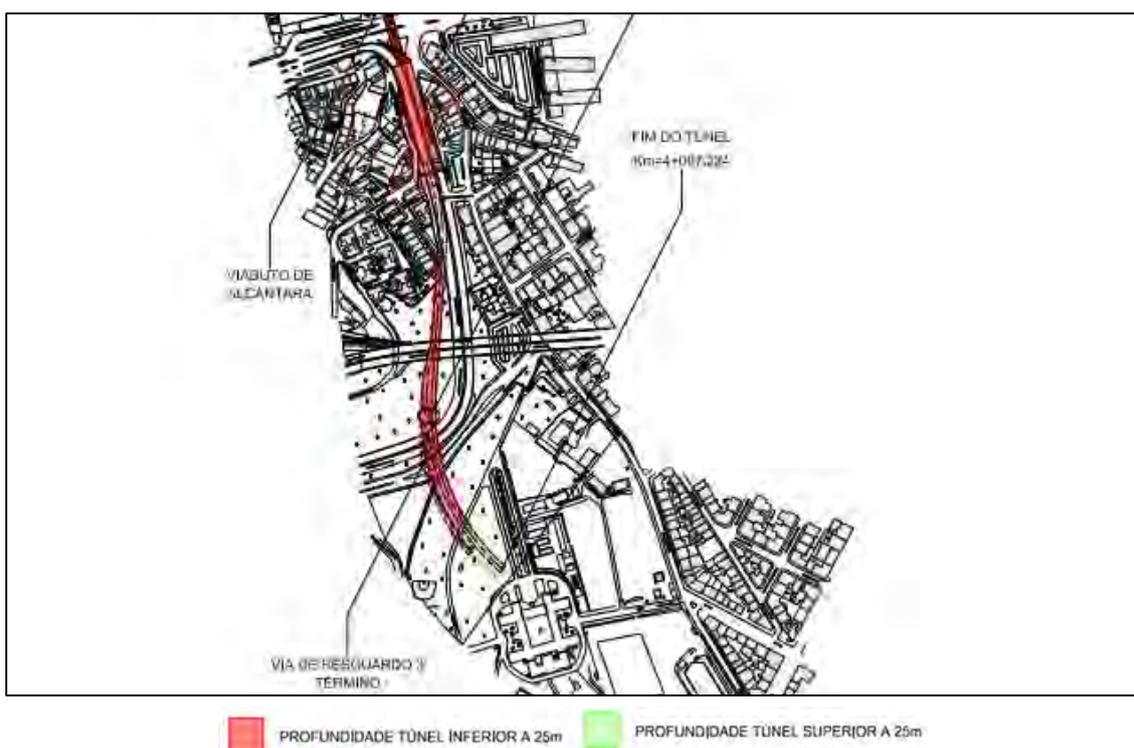


Figura 13 – Profundidade do túnel entre o viaduto de Alcântara e o fim do túnel.

O projeto insere-se nas seguintes áreas de proteção do património:

- ZEP do Conjunto do Palácio das Necessidades;
- ZEP conjunta do Museu Nacional de Arte Antiga / Igreja de São Francisco de Paula / Edifício do extinto Convento das Trinas do Mocambo / Chafariz da Esperança (no limite desta ZEP);
- ZEP conjunta da Mãe de Água e Aqueduto das Águas Livres (troço das Amoreiras), da Fábrica das Sedas e do edifício na Travessa da Fábrica das Sedas (no limite da ZEP);
- ZEP da Cadeia Penitenciária de Lisboa.

Localiza-se ainda na seguinte área definida no PDM de Lisboa (Aviso n.º 11622/2012 e sequentes dinâmicas):

- Área de **Valor Arqueológico de Nível III**
- **Baluarto do Livramento** (Património Municipal)

A fase de *Estudo Prévio* do projeto de *PROLONGAMENTO DA LINHA VERMELHA ENTRE SÃO SEBASTIÃO E ALCÂNTARA*, submetido a procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental, decorreu no ano de 2021. A Comissão de Avaliação (CA) considerou necessária a apresentação de **elementos adicionais** que foram adicionados ao EIA¹² e o EIA declarado conforme a 13 de abril de 2022. Não obstante a sua conformidade, a CA considerou necessária a apresentação de **elementos complementares**. Seguiram-se as fases de solicitação de pareceres, consulta pública (abril-junho de 2022), visita de reconhecimento ao local, apreciação ambiental do projeto, aditamento e elementos complementares, elaboração do parecer do CA e emissão da Declaração de Impacte Ambiental (DIA) a 26/8/2022¹³.

¹² Estudo de Impacte Ambiental do Prolongamento da Linha Vermelha entre São Sebastião e Alcântara do Metropolitano de Lisboa Estudo Prévio **Aditamento, 4 de abril de 2022**

¹³ APA [Agência Portuguesa do Ambiente], Processo AIA 3462. Disponível em: <https://siaia.apambiente.pt/AIA1.aspx?ID=3462>

Na fase anterior do estudo identificaram-se afetações das seguintes ocorrências patrimoniais, apresentadas, em síntese, na DIA:

a) Para a construção do viaduto que atravessa o Vale de Alcântara:

- *Oc. 1A, Baluarte do Livramento e Associação Casa de Goa;*
- *137 [edifício da Rua da Costa, n.º 8 a 20],*
- *138 [Pátio dos Quintalinhos / Pátio Operário] e Núcleo B [conjunto arquitetónico da Rua da Costa] resultantes das ações de demolição parcial ou total dos edifícios localizados contiguamente ao Baluarte do Livramento e da execução do projeto;*
- *Oc. 63, Palácio Fiúza, e o Núcleo A conjunto arquitetónico da Rua de Alcântara, onde está prevista a demolição parcial das ocorrências;*
- *Oc. 2 e 30, ramais do Aqueduto das Águas Livres, correspondem a património imóvel classificado, cujos ramais em galeria subterrânea são atravessados pelo traçado em diversos locais e cujo estado de conservação e profundidade não são conhecidos com exatidão;*

b) Por intervenções à superfície pela abertura dos Poços de ventilação (PV), vibrações:

- *PV01 – ZEP conjunta da Mãe de Água e Aqueduto das Águas Livres (troço das Amoreiras), da Fábrica das Sedas e do edifício na Travessa da Fábrica das Sedas, 37-49;*
- *PV02 – Zona geral de proteção (ZGP) do Aqueduto das Águas Livres, seus aferentes e correlacionados;*
- *PV04 – Zona geral de proteção (ZGP) da Tapada da Ajuda (conjunto intra-muros);*
- *Vibrações – impactos na generalidade das ocorrências atrás referidas, designadamente na Oc. 12, Caneiro de Alcântara.*

Considerou-se particularmente significativo o impacto a ocorrer entre a Estação Infante Santo e Alcântara, no local de construção do viaduto, pela possibilidade de afetação da Muralha do Baluarte do Livramento.

Com os **estudos ambientais** desta fase pretende-se rever a identificação de elementos patrimoniais com afetação direta ou indireta situados na área do projeto e áreas afetadas à sua execução como estaleiros, acessos à obra e áreas de empréstimo/depósito de inertes. O inventário do património terá em conta as atualizações feitas nesta Fase de Projeto.

Pretendem-se realizar **sondagens arqueológicas** nos locais das futuras estações, poços de ventilação, Baluarte do Livramento e Palácio Fiúza (ver 4.3).

Terminados os trabalhos arqueológicos serão elaborados relatórios preliminares das intervenções arqueológicas cujos resultados serão integrados, em síntese, nos documentos que compõem o RECAPE.

No Relatório Base do RECAPE, será feita referência aos estudos elaborados no âmbito da componente patrimonial e o volume de Anexos integrará uma síntese dos resultados dos estudos ambientais relativos ao património arqueológico, arquitetónico e etnográfico incluindo os resultados das intervenções arqueológicas.

2 DETERMINAÇÕES DA DIA RELATIVAS AO PATRIMÓNIO CULTURAL

Com o presente estudo pretende-se dar respostas e/ou rever o **cumprimento das condicionantes (C), elementos a apresentar em RECAPE (EAR), de medidas minimização (MM) e programa de monitorização (PMPC)** dispostos na Declaração de Impacte Ambiental da AIA nº 3462, **respeitantes ao Património Cultural¹⁴** designadamente:

2.1 Condicionantes (C)

1. O projeto de execução deve ser desenvolvido em conformidade e após aprovação pela DGPC do pedido de informação prévia (**PIP**) relativo ao troço Palácio das Necessidades-Vale de Alcântara, já submetido pelo Metropolitano de Lisboa.

2. No troço entre o Palácio das Necessidades - Vale de Alcântara, o projeto de execução deve garantir:

a. a não afetação dos corpos nascente e nordeste do Palácio das Necessidades, largo fronteiro e da fonte/chafariz localizado a sul (alimentado pelo ramal do Aqueduto das Águas Livres), aquando da realização da galeria subterrânea, ao nível das vibrações produzidas pelos trabalhos, mas também as decorrentes do funcionamento da linha do metro, devendo ser acautelado a integralidade de todos os bens imóveis classificados;

b. a adequabilidade arquitetónica e patrimonial da proposta relativa à **“interseção” do edifício situado na Rua da Costa n.º 8 a 20**, cuja proposta (de reconstrução) apresentada, pelo seu carácter disruptivo, não se aceita, devendo, em alternativa, ser ponderada a demolição do imóvel (total ou parcial) e assumida uma nova construção que atenuar os impactos visuais e formais do traçado do viaduto junto às principais vistas, nomeadamente a partir da Rua Maria Pia, e que promova, igualmente, uma adequada cicatrização urbana;

c. que a intervenção no espaço inferior à cota da Rua da Costa, em articulação com o ponto anterior, alcance uma adequada requalificação das áreas exteriores e demais imóveis propostos a afetar (Núcleos Arquitetónicos designados pelo inventário patrimonial do EIA por **A,B, C e I**) preservando, tanto quanto possível, a respetiva frente urbana;

d. que a intervenção junto ao Baluarto do Livramento e espaço envolvente, clarifique o seu programa funcional e aposte numa estratégia de **minimização das áreas a demolir, incluído as instalações da Casa de Goa (na salvaguarda dos paramentos das muralhas existentes) e da antiga vila operária (pelo seu valor de memória), assim como preveja uma adequada requalificação dos espaços e demais integração paisagística.**

3. Junto ao **Baluarto do Livramento**, deve ser garantido:

a. A não afetação das estruturas a “cotas positivas” no limite noroeste do Baluarte do Livramento;

b. A realização do adequado diagnóstico arqueológico que demonstre que a plataforma defronte da muralha noroeste, à saída do túnel, corresponderá a um afloramento rochoso, e não a uma estrutura (desmoronada) pertencente à designada segunda muralha inferior existente a norte.

c. A revisão do projeto, de modo a assegurar que a sua construção, preferencialmente em túnel mineiro, **não afetará a integridade do troço da muralha de cronologia anterior à fortaleza seiscentista**, objeto de escavação e valorização nos anos 90 do século XX.

¹⁴ Adverte-se que as Medidas doravante indicadas foram redigidas anteriormente ao ano de 2024, encontrando-se a Tutela identificada como DGPC (Direção Geral do Património Cultural), tendo a mesma à presente data sido convertida em CCDD-LVT (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, I.P.), organismo sujeito à superintendência do PC-IP (Património Cultural I.P.).

d. O rebaixamento máximo da cota base do túnel no atravessamento da estrutura defensiva para que os impactes visuais e formais no limite noroeste, na transição entre a secção em túnel e a solução para viaduto, possam ser os menores possíveis;

e. O escoramento e entivação preventiva da guarita do Baluarte, devendo qualquer opção alternativa de atuação de preservação deste elemento patrimonial ser devidamente fundamentada (incluindo a atual proposta de desmonte, no início da empreitada, para posterior reposição no final dos trabalhos).

2.2 Elementos a apresentar em RECAPE (EAR)

O RECAPE deve integrar todos os elementos indicados no ponto II do documento orientador intitulado “Normas técnicas para a elaboração de Estudos de Impacte Ambiental e Relatórios de Conformidade Ambiental com o Projeto de Execução”, aprovado pelo Grupo de Pontos Focais das Autoridade de AIA e disponível no sítio da APA na internet.

Para a elaboração do RECAPE a equipa de trabalhos arqueológicos deve ser previamente autorizada pela DGPC e deve ser efetuada a consulta dos processos do seu arquivo.

- **EAR 1. Plano de Salvaguarda do Património Cultural (PSPC)** que envolva a sua **salvaguarda, monitorização, conservação e restauro**, quer numa fase prévia à obra, quer na fase de execução e de exploração. Este Plano terá que incluir uma **proposta metodológica de escavação arqueológica** que tenha em consideração: os resultados dos trabalhos arqueológicos; os resultados das sondagens geológicas; os faseamentos previstos na realização do projeto; a natureza das intervenções e as soluções para os processos construtivos. Terá, ainda, em consideração a necessidade de proceder à escavação integral dos contextos arqueológicos a afetar pelo projeto e pelo necessário desvio de infraestruturas, bem como de salvaguardar os procedimentos e meios necessários para garantir a conservação preventiva dos bens arqueológicos exumados.
- **EAR 2. Demonstração de que o desenvolvimento do projeto de execução procurou evitar a afetação direta das ocorrências patrimoniais** identificadas ou demonstração da inevitabilidade dessa afetação. Quando por razões técnicas do projeto, não houver possibilidade de proceder a alterações pontuais de traçado ou de localização dos respetivos componentes, **a afetação direta total ou parcial de uma ocorrência patrimonial deve ser plenamente justificada** e assumida como inevitável. Deve ficar também expressamente garantida a **salvaguarda pelo registo arqueológico** da totalidade dos vestígios e contextos a afetar diretamente pela obra, independentemente do seu meio. No caso de elementos arquitetónicos, tal deve ser assegurado através de registo gráfico, fotográfico e da elaboração de memória descritiva; no caso de sítios arqueológicos, através da sua escavação integral.
- **EAR 3. Demonstração de que o projeto de execução foi desenvolvido tendo em consideração as delimitações oficiais dos bens imóveis patrimoniais classificados e em vias de classificação, respetivas zonas de proteção legal em vigor, e dos bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis** (Anexo III do Regulamento do PDM de Lisboa), fazendo-se o possível para evitar a respetiva afetação.
- **EAR 4. Plano de Compensação e Valorização do Património Cultural (PCVPC)** que contemple um programa para a criação de um **espaço museológico** que permita albergar os principais achados (integrado no Projeto de Execução ou em espaço próprio), bem como um **cronograma para a publicação** monográfica dos trabalhos de minimização desenvolvidos. O PCVPC deve ser desenvolvido, em articulação com a DGPC, tendo por principal objetivo a valorização dos elementos patrimoniais com valor cultural mais significativo e diretamente afetados pelo projeto.

- **EAR 5.** Estudo histórico, arqueológico e arquitetónico rigoroso e criterioso das preexistências do Baluarte do Livramento, de modo a evitar a afetação das estruturas ainda preservadas.
- **EAR 28. Carta de Condicionantes** à localização dos Estaleiros, manchas de empréstimo e depósito, com a implantação dos elementos patrimoniais identificados, a qual deve integrar o Plano de Acompanhamento Ambiental da Obra (PAAO); na fase obra a mesma deve ser facultada a cada empreiteiro.
- **EAR 29.** Análise da instalação de **estaleiros**, acessos à obra e áreas de empréstimo/depósito de inertes em locais situados **a menos de 25 m das ocorrências patrimoniais**, a qual deve ser condicionada ao mínimo necessário para a realização da obra. O estaleiro a situar no Baluarte do Livramento deve cingir-se ao mínimo e ao estritamente necessário para a execução da obra no local.

2.3 Medidas de Minimização (MM)

Disposições gerais:

Tendo como base o documento “Medidas de Minimização Gerais da Fase de Construção” devem ser **adequadas e integradas as medidas que se apliquem ao projeto de execução** que vier a ser desenvolvido. Também as medidas de minimização específicas apresentadas no EIA devem ser **revistas de acordo com o projeto de execução**.

Todas as medidas de minimização dirigidas à fase de preparação prévia à obra e à fase de execução da obra **devem constar no respetivo Plano de Acompanhamento Ambiental de Obra (PAAO)**, o qual deve integrar o caderno de encargos da empreitada.

Além das medidas elencadas na presente decisão, devem ser preconizadas no RECAPE todas as medidas que possam vir a ser consideradas relevantes em função do desenvolvimento do projeto de execução, para uma velocidade máxima de circulação de 70 km/h, e correspondente reavaliação de impactes.

Medidas para o projeto de execução (Património Cultural) (MM)

- **MM2 - Não afetar diretamente bens imóveis classificados ou em vias de classificação.**
- **MM3 -** Projetar o túnel da Linha Vermelha para a **profundidade de segurança**, para a localização no terreno da rede do **Aqueduto das Águas Livres (MN)**, numa **cota a definir pelos estudos de Engenharia, Geotecnia e Arqueologia**, a serem aprovados previamente pela DGPC, mediante o levantamento topográfico dos ramais, determinando o traçado, características e profundidade a que se encontram e pelo registo fotográfico e descritivo, devendo aplicar-se nos seguintes locais:
 - a. Rua Marquês de Fronteira, Reservatório do Pombal.
 - b. Rua Marquês de Fronteira, cruzamento com Rua Miguel Torga.
 - c. Reservatório do Arco das Amoreiras.
 - d. Travessa do Barbosa.
 - e. Rua Ferreira Borges.
 - f. Rua do Patrocínio, sob o Convento da Boa Morte.
 - g. Palácio das Necessidades / Jardim Olavo Bilac, ramal de abastecimento à fonte.
- **MM4 - Prever a preservação in situ das preexistências do Baluarte do Livramento**, definindo um plano de reabilitação e valorização, face à intervenção para a construção do túnel e do viaduto de Alcântara.

- **MM5** - Prever a **preservação in situ do Palácio Fiúza** (Oc. 63), procurando compatibilizar a intervenção para a construção da Estação de Alcântara e as consequentes alterações da rede viária
- **MM19**. *Garantir a menor afetação do pavimento em **calçada** de desenho abstrato geométrico em branco, preto e rosa do jardim poente da Av. Infante Santo com assinatura de Gonçalo Ribeiro Telles. Havendo necessidade de afetar este pavimento, deve ser levantado pormenorizadamente e a sua reposição acompanhada por um formador especializado da Escola Municipal de Calceteiros de Lisboa.*

Fase Prévia à Obra

- **MM26 e**. *O **cronograma** da obra deve compreender o tempo necessário à boa execução das **medidas de salvaguarda do Património Cultural**, nomeadamente para a realização de todos os trabalhos arqueológicos.*
- **MM27** *Prever a colocação de barreiras para minimizar a **dispersão de partículas e lamas e a rega da área de circulação, de forma a minimizar a afetação das ocorrências patrimoniais**, nomeadamente nos bens imóveis classificados ou em vias de classificação.*
- **MM28**. ***Sinalizar e vedar**, sempre que possível, tendo em atenção a tipologia e contexto, as **ocorrências patrimoniais** situadas até cerca de 50 m da obra (com expressão à superfície), condicionando a circulação de maquinaria, de modo a evitar a sua afetação. Esta medida deve ser adaptada aos condicionalismos existentes e articular-se com o plano de acessos à obra.*
- **MM29**. *Prever a **execução de sondagens arqueológicas prévias de diagnóstico nas áreas de afetação à superfície** para definição e caracterização das sequências estratigráficas, nomeadamente nas **áreas dos poços de ventilação e acesso, estações a construir, acessos viários da Estação de Alcântara, do Núcleo A, Rua da Alcântara e do Núcleo B, Rua da Costa**.*
- **MM31**. *Apresentar um levantamento do estado de conservação interior e exterior do património arquitetónico localizado numa faixa de 60 m centrada a eixo dos traçados e onde a profundidade dos túneis seja inferior a 25 m.*
- **MM32**. ***Prospecção arqueológica das zonas de estaleiro, manchas de empréstimo e depósito de terras, caminhos de acesso à obra**, caso as mesmas se encontrem fora das áreas prospetadas nessa fase ou caso tivessem apresentado ausência de visibilidade do solo.*
- **MM33**. *Realizar **ações de formação e de sensibilização ambiental e patrimonial** para os trabalhadores e encarregados envolvidos na execução das obras relativamente às ações suscetíveis de causar impactes ambientais e às medidas de minimização a implementar, designadamente normas e cuidados a ter no decurso dos trabalhos (incluído no Plano de Acompanhamento Ambiental da Obra) incluindo os cuidados a ter com a gestão e proteção do património cultural referenciado.*
- **MM36**. *Delimitar a área de acesso ao Estaleiro da Estação Infante Santo, garantindo a menor afetação do pavimento em **calçada de desenho abstrato** geométrico em branco, preto e rosa do jardim poente da Av. Infante Santo com assinatura de Gonçalo Ribeiro Telles.*

Fase de Obra

- **MM56**. *Efetuar uma **avaliação geológica das cavidades cársticas ou outros elementos de especial interesse geológico, paleontológico ou espeleológico** que sejam postos a descoberto durante as operações de escavação, devendo o procedimento técnico a adotar, apontar sempre para o seu estudo de caracterização e divulgação de resultados.*

Considerar a sua preservação, desde que não ponha em causa a estabilidade do maciço, colocando em risco pessoas e bens.

- **MM88.** Prever o **acompanhamento arqueológico** a ser efetuado de modo efetivo, continuado e direto por um arqueólogo em cada frente de trabalho sempre que as ações inerentes à realização do projeto não sejam sequenciais mas simultâneas.
- **MM89.** Efetuar o **acompanhamento arqueológico** da obra em todos os trabalhos, durante a instalação de estaleiros, fases de decapagem, desmatação e terraplenagens, abertura de acessos, escavação das valas e de todas as ações que impliquem revolvimento de solos desde as suas fases preparatórias.**MM90. Conservar in situ** (mesmo que de forma passiva) as ocorrências arqueológicas que forem reconhecidas durante o acompanhamento arqueológico da obra, tanto quanto possível, e em função do seu valor patrimonial, no caso de estruturas, de tal forma que não se degrade o seu estado de conservação atual **ou salvaguardar pelo registo.**
- **MM91.** Os resultados obtidos no acompanhamento arqueológico poderão determinar a adoção de medidas de minimização específicas (registo documental, sondagens de diagnóstico, escavações arqueológicas, entre outras) nomeadamente no caso de não ser possível determinar a importância científica e patrimonial das ocorrências então identificadas. Em caso de identificação de contextos arqueológicos preservados realizar a respetiva escavação arqueológica.
- **MM92.** Avaliar, pela direção científica dos trabalhos arqueológicos, por equipa especializada em espeleo-arqueologia e pela DGPC, as **cavidades cársticas** que surjam no decurso da obra, dos trabalhos arqueológicos e de demolição do edificado.
- **MM93.** Colocar em depósito credenciado pelo organismo de tutela os **achados arqueológicos móveis** encontrados no decurso da obra.
- **MM94.** Implementar as propostas do Plano de Compensação e Valorização do Património Cultural (PCVPC) com vista à **valorização dos elementos patrimoniais ou dos resultados obtidos com os trabalhos arqueológicos** nalguns dos espaços públicos a construir ou reabilitar em articulação com a DGPC.
- **MM99.** Executar, de acordo com o projeto de execução a ser aprovado pela DGPC, o **espaço museológico** para exibição pública dos principais achados arqueológicos, após a conclusão da obra, no prazo máximo de dois anos.

Fase de Exploração

- **MM112.** Fornecer aos empreiteiros e subempreiteiros a **Carta de Condicionantes atualizada com a implantação de todos os elementos patrimoniais identificados**, quer com os que se venham a identificar na fase de construção, sempre que se desenvolverem ações de manutenção ou outros trabalhos.
- **MM113.** Efetuar o **acompanhamento arqueológico e cumprir as medidas de minimização previstas para a fase de construção**, quando aplicáveis, sempre que ocorram trabalhos de manutenção na infraestrutura do Metropolitano de Lisboa, que envolvam alterações que obriguem a revolvimentos do subsolo, circulação de maquinaria e pessoal afeto, nomeadamente em áreas anteriormente não afetadas pela construção das infraestruturas (e que não foram alvo de intervenção).
- **MM114. Publicar as monografias resultantes dos trabalhos patrimoniais.**

2.4 Programa de Monitorização (PMPC)

Em função do projeto de execução que vier a ser elaborado, devem ser desenvolvidos os seguintes programas de monitorização, tendo em conta o referido no EIA e as diretrizes a seguir elencadas. (...)

6. Programa de Monitorização do Património Cultural (PMPC)

O Programa de Monitorização do Património Cultural deve conter os seguintes aspetos:

- *Objetivos concretos.*
- *Parâmetros de monitorização.*
- *Locais a monitorizar.*
- *Frequência das amostragens.*
- *Métodos de registo e de que forma devem ser apresentados e analisados os resultados, bem como as medidas necessárias adotar conforme os diferentes cenários, inclusive durante a fase de exploração.*

3 LOCALIZAÇÃO

A área de incidência situa-se nas freguesias de Avenidas Novas, Campolide, Santo António, Campo de Ourique, Estrela e Alcântara.

No quadro que se segue apresentamos as coordenadas geográficas dos principais pontos do traçado:

| Local | km | Latitude | Longitude |
|---|--------------|---------------|--------------|
| INÍCIO DO TÚNEL | Km=0+000,000 | 38°43'47.74"N | 9° 9'28.62"W |
| ESTAÇÃO CAMPOLIDE/ AMOREIRAS | Km=0+616.221 | 38°43'30.50"N | 9° 9'36.26"W |
| PV 211 | Km=1+000.000 | 38°43'18.86"N | 9° 9'36.29"W |
| ESTAÇÃO CAMPO DE OURIQUE | Km=1+672.808 | 38°43'4.24"N | 9° 9'54.99"W |
| PV 215 | Km=2+098.037 | 38°42'50.66"N | 9° 9'54.95"W |
| INFANTE SANTO ESTAÇÃO | Km=2+518.438 | 38°42'37.75"N | 9° 9'58.51"W |
| OBRA ESPECIAL TÚNEL ZONA DO BALUARTE | | 38°42'23.48"N | 9°10'19.69"W |
| VIADUTO DE ALCÂNTARA | | 38°42'24.13"N | 9°10'24.35"W |
| ALCÂNTARA ESTAÇÃO (ELEVADA) | Km=3+524.832 | 38°42'24.60"N | 9°10'30.20"W |
| Obra especial OE6 - Troço a céu aberto de | | 38°42'24.95"N | 9°10'33.77"W |
| PV 217 | Km=3+890.476 | 38°42'28.35"N | 9°10'44.34"W |
| FIM DO TÚNEL | Km=4+097.224 | 38°42'28.01"N | 9°10'52.68"W |

A Altitude da área afeta ao projeto situa-se entre 110 metros (no Km=0+000,000) e 40m (Km=4+097.224) acima do nível médio das águas do mar no marégrafo de Cascais.

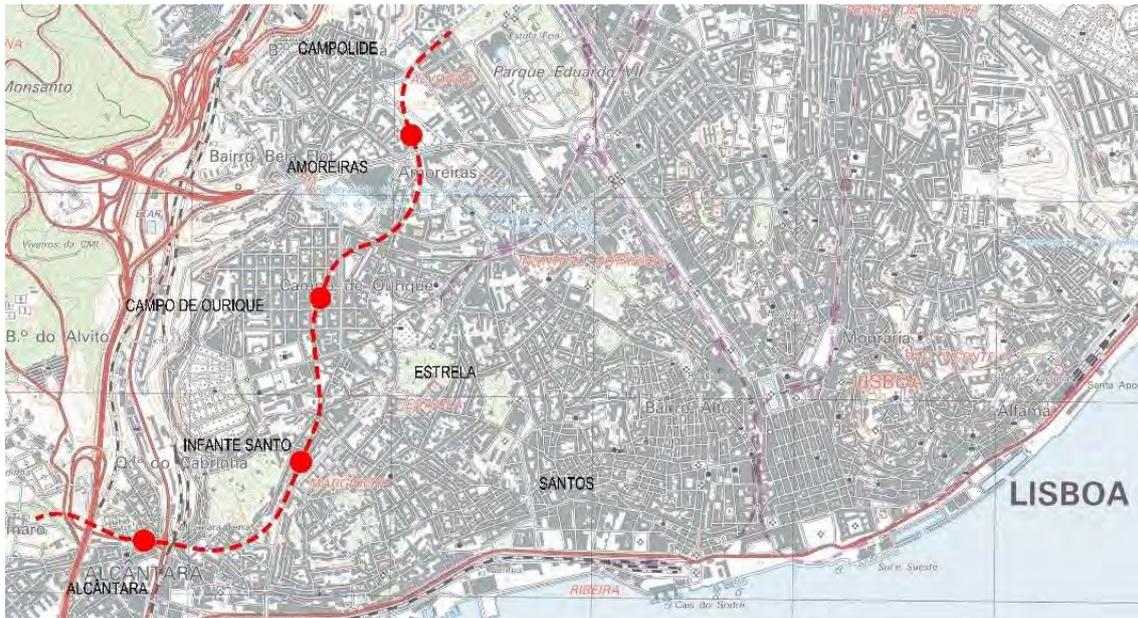


Figura 14 - Localização do Prolongamento da Linha Vermelha sobre carta militar de Portugal, folha 431 (imagem produzida a partir de desenho nº 7.1 (março de 2022).



Figura 15 – Planta das principais infraestruturas do Prolongamento da Linha Vermelha entre São Sebastião e Alcântara (LVSSA) – implantação no Google Earth.

4 TRABALHOS A REALIZAR

O presente PATA engloba os seguintes trabalhos:

- a) **estudos ambientais** da área do projeto na componente de património cultural (arquitetónico, arqueológico e etnográfico)
- b) **intervenção arqueológica** a realizar em fase de RECAPE

São objetivos desta fase dos trabalhos responder às seguintes Condicionantes (C), Elementos a Apresentar em RECAPE (EAR) e Medidas de Minimização (MM) da DIA.

- **C3** - Junto ao **Baluarte do Livramento** (...) realização do adequado **diagnóstico arqueológico** que demonstre que a plataforma defronte da muralha noroeste, à saída do túnel, corresponderá a um afloramento rochoso, e não a uma estrutura (desmoronada) pertencente à designada segunda muralha inferior existente a norte.
- **EAR 5.** Estudo histórico, arqueológico e arquitetónico rigoroso e criterioso das preexistências do Baluarte do Livramento, de modo a evitar a afetação das estruturas ainda preservadas.
- **MM29.** Prever a **execução de sondagens arqueológicas prévias de diagnóstico** nas áreas de afetação à superfície para definição e caracterização das sequências estratigráficas, nomeadamente nas áreas dos poços de ventilação e acesso, estações a construir, acessos viários da Estação de Alcântara, do Núcleo A, Rua da Alcântara e do Núcleo B, Rua da Costa.
- **MM32.** **Prospecção arqueológica das zonas de estaleiro, manchas de empréstimo e depósito de terras, caminhos de acesso à obra, caso as mesmas se encontrem fora das áreas prospectadas nessa fase ou caso tivessem apresentado ausência de visibilidade do solo.**

4.1 Revisão do Estudo Ambiental em Fase de RECAPE

Nesta fase será revisto o estudo anterior (componente de património integrada no EIA desenvolvido em fase de Estudo Prévio), designadamente:

- Revisão e Atualização da Caracterização da Situação de Referência
- Revisão dos Impactes sobre o Património Cultural
- Revisão das Medidas de Minimização
- Estudos Complementares, incluindo estudos histórico-arqueológicos mais aprofundados das ocorrências patrimoniais a afetar com o desenvolvimento do projeto.

Será levada a cabo uma revisão do inventário e aprofundamento da caracterização das ocorrências patrimoniais identificadas em fase de estudo prévio submetido a procedimento de AIA, circunscrevendo agora a área de estudo a um corredor de 60 metros centrado no eixo do traçado (nas áreas em que o túnel tem uma profundidade inferior a 25 metros) e áreas mais sensíveis com intervenção à superfície (estações, poços de ventilação e viaduto), de acordo com o definido na MM31 da DIA¹⁵.

A redução da área de estudo tem por objetivo a realização de uma análise mais aprofundada, em particular das ocorrências potencialmente sujeitas a algum tipo de impacte.

¹⁵ MM31. Apresentar um levantamento do estado de conservação interior e exterior do património arquitetónico localizado numa faixa de 60 m centrada a eixo dos traçados e onde a profundidade dos túneis seja inferior a 25 m.

Tendo em conta a indissociabilidade do património arquitetónico e arqueológico os resultados dos estudos históricos, registos e intervenção arqueológica serão alvo de análise de síntese conjunta nos estudos complementares e relatórios síntese.

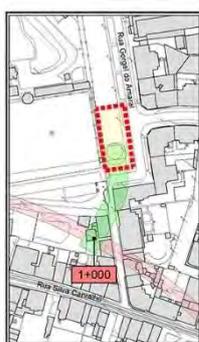
4.2 Prospecção arqueológica

A área de implantação do prolongamento da Linha Vermelha entre São Sebastião e Alcântara do Metropolitano de Lisboa enquadra-se no ambiente urbano da cidade de Lisboa. Apesar de densamente construída, tanto pelo casario e estruturas urbanas à superfície como por infraestruturas no subsolo, torna-se necessário acautelar a identificação de eventuais ocorrências com valor patrimonial e/ou arqueológico, cuja presença se possa dispor por entre as zonas que se associam ao presente projeto. Este princípio motivou a execução de uma ação de prospecção ao longo de todo o percurso da futura Linha, ainda em fase de Estudo de Impacte Ambiental (EIA).

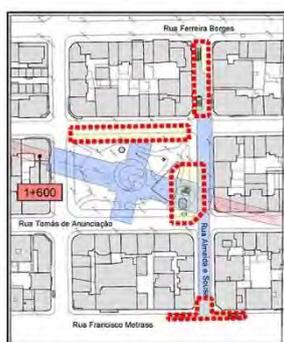
Tendo em vista o cumprimento da MM32 serão analisadas as peças do projeto referentes à localização dos estaleiros definidas em fase de anteprojecto e projeto de execução, complementando, se necessário, a prospecção levada a cabo no âmbito do referido EIA.

Em fase de diagnóstico arqueológico, propõe-se uma ação de prospecção e reconhecimento incidente às áreas reservadas para a instalação de estaleiros. Estas zonas correspondem às principais frentes de trabalho, sobretudo associadas à construção das Estações e Poços de Ventilação. No total contabilizam-se nove zonas onde se prevê delimitar áreas reservadas a estaleiro: 4 zonas associadas às Estações; 3 zonas associadas aos Poços de Ventilação; 1 zona associada ao viaduto de Alcântara e Baluarte do Livramento e 1 zona para estaleiro central.

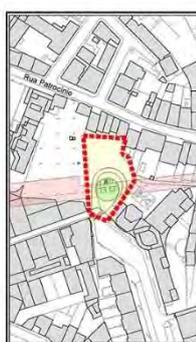
Esta proposta visa o cumprimento da MM32 da DIA, respeitante à prospecção arqueológica das zonas de estaleiro, manchas de empréstimo, depósito de terras e caminhos de acesso à obra. De momento estão propostas as áreas de estaleiro, reservando-se a realização de novas ações de prospecção assim que estabelecidas as zonas das manchas de empréstimo e depósito de terras.



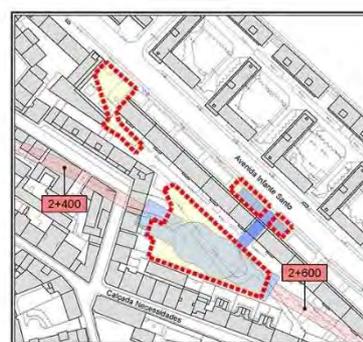
PV 211 (Km=1+000.000)
Escala 1:2000



Estação Campo de Ourique (Km=1+672.808)
Escala 1:2000



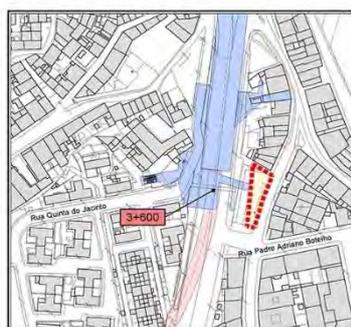
PV 215 (Km=2+103.037)
Escala 1:2000



Estação Infante Santo (Km=2+518.438)
Escala 1:2000



Viaduto de Alcântara / Baluarte do Livramento
Escala 1:2000



Estação Alcântara (Km=3+523.693)
Escala 1:2000



PV 217 (Km=3+889.338)
Escala 1:2000

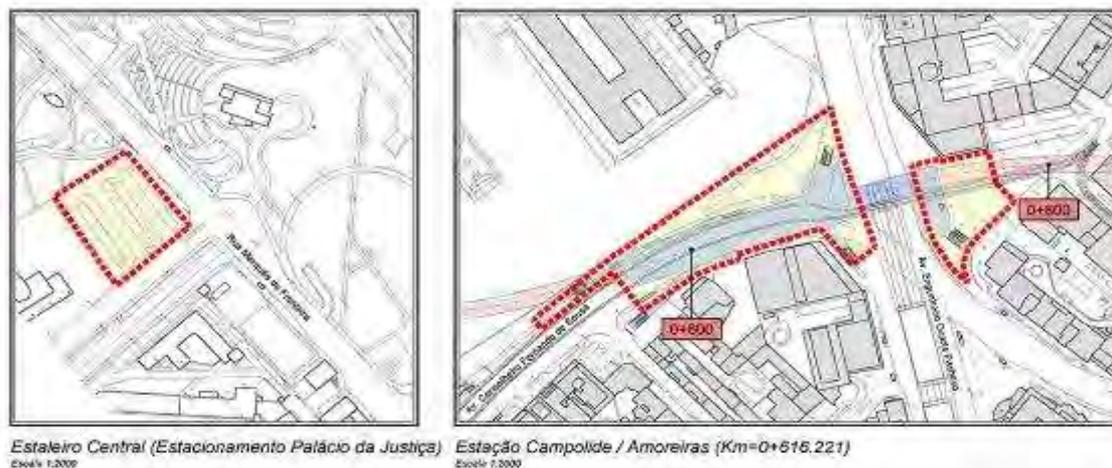


Figura 16 – Identificação das 9 zonas que comportam áreas reservadas a estaleiro.

4.3 Sondagens Arqueológicas

Os trabalhos arqueológicos preveem a realização de sondagens de diagnóstico em oito locais diferenciados, intimamente relacionados com as áreas de maior afetação que se antecipa para a fase de execução da empreitada. Entre estes locais, seis estão assim relacionados com as frentes onde foram projetados trabalhos de escavação desde a superfície e os outros dois encontram-se associados a elementos patrimoniais cuja localização revela uma estreita proximidade com os limites de obra e que, por esse motivo, poderão estar sujeitos a intervenções de consolidação ou afetação parcial.

Deste modo, os locais designados para a implantação de um conjunto de sondagens arqueológicas de diagnóstico são:

- Área de construção da Estação de Campolide/Amoreiras;
- Área de construção da Estação de Campo de Ourique;
- Área de construção da Estação Infante Santo;
- Área de construção do viaduto da Estação de Alcântara;
- Área de construção do PV211;
- Área de construção do PV215;
- Área de construção do PV217;
- Área do antigo Baluarte do Livramento;
- Área exterior do Palácio Fiúza.

A obra do novo túnel do Metropolitano será executada maioritariamente pelo método de escavação mineiro, ao longo do substrato natural. Contudo, para os locais de implantação das futuras estações, foram considerados para diagnóstico os limites dos acessos ao seu interior, os quais terão necessariamente de ser escavados desde a superfície para a sua ligação aos níveis inferiores. Para os poços de ventilação foi considerada a área de abertura da própria estrutura, tanto para os três poços ao longo do traçado (PV211, 215 e 217), assim como os que se associam às Estações. Para o caso dos elementos patrimoniais, neste caso o Baluarte do Livramento e o Palácio Fiúza, o número e disposição das sondagens obedeceu a objetivos próprios e adequados à construção, pelo que se especificam adiante.

De forma a apresentar o número de sondagens e respetiva distribuição, abordaremos individualmente cada uma destas frentes. As profundidades de referência para as sondagens em geral será de 2 a 2,50m.

4.3.1 Estação de Campolide/Amoreiras

A área reservada para a construção da Estação de Campolide/Amoreiras localiza-se na Avenida Conselheiro Fernando de Sousa, junto da interceção com a Av. Eng. Duarte Pacheco e o eixo do Túnel do Marquês. Confinada a nordeste com o lote de terreno desocupado que contorna o edifício da Direção Geral do Território.

Na sua planta foram associados cinco acessos à Estação, pelo que inicialmente foi estipulada a realização de 5 sondagens de diagnóstico abrangentes a cada uma destas posições. **Em resposta à informação I18417-202407-UC/DPC de 22/07/2024, acrescentamos mais uma sondagem no local do elevador, assim como foi aumentada para 3x3m cada uma das restantes sondagens, passando de 30m² para um total de 54m².**

Em alguns dos casos, a sua área de implantação será ligeiramente desviada do local previsto para os acessos à estação, de forma a evitar condicionamentos, tais como a sobreposição à via rodoviária.

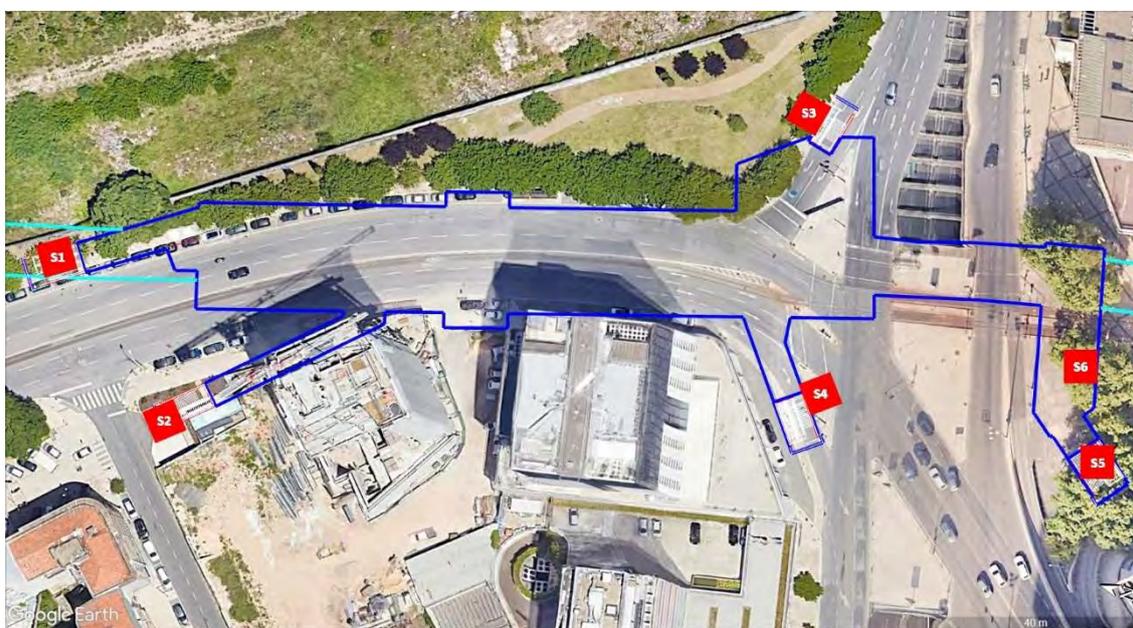


Figura 17 – Localização das 6 sondagens de diagnóstico para a Estação de Campolide/Amoreiras.



Figura 18 – Localização das mesmas 6 sondagens sobre a planta de projeto.

4.3.2 Estação de Campo de Ourique

Campo de Ourique terá acesso a uma das Estações projetadas para o prolongamento da Linha Vermelha, aqui prevista para o coração do bairro, sob o emblemático Jardim da Parada. Esta Estação prevê a serventia de acesso através de quatro pontos a construir na Rua Almeida Sousa e na Rua Francisco Metrass, assim como será dotada de um poço de ventilação cujo alinhamento da abertura incide com a área ocupada por um parque infantil e por instalações sanitárias localizadas na zona sudoeste do Jardim da Parada.

Perante as áreas de afetação previstas foram inicialmente propostas 4 sondagens de 3x2m cada, num total de 24m², por entre os dois acessos estimados para a Rua Francisco Metrass e um dos acessos da Rua Almeida Sousa, reservando-se a última sondagem para o Jardim da Parada, sobre os limites do poço de ventilação da Estação. **Em resposta à informação I18417-202407-UC/DPC de 22/07/2024, acrescentamos mais uma sondagem na localização do acesso 2, situado na Rua Almeida e Sousa e alteramos a dimensão das sondagens para 3x3m cada, passando para 5 sondagens com uma área total de 45m².**

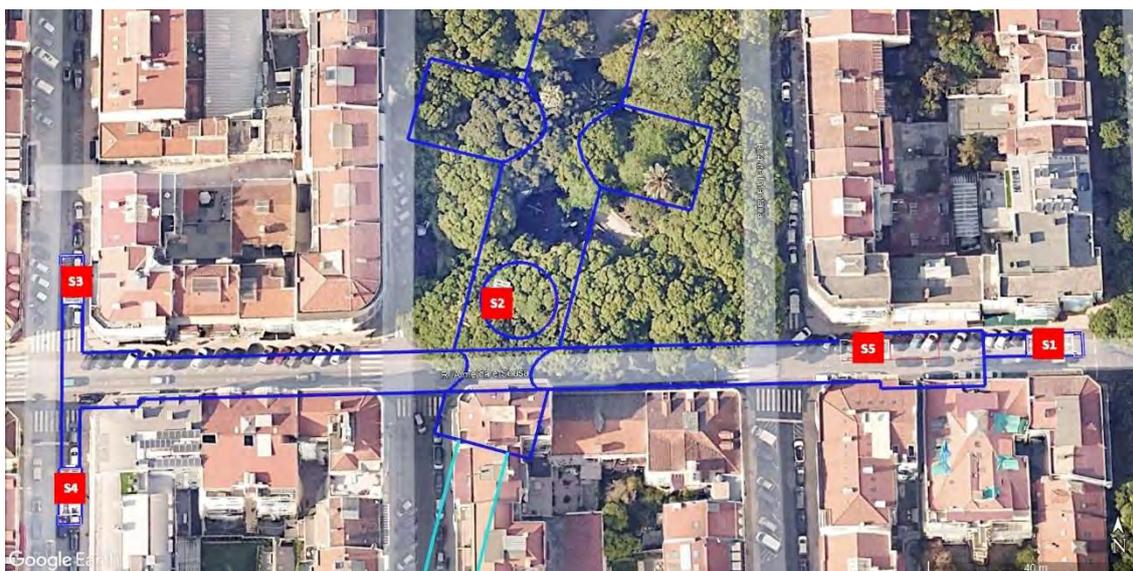


Figura 19 – Localização das 5 sondagens de diagnóstico para a Estação de Campo de Ourique.



Figura 20 – Localização das mesmas 5 sondagens sobre a planta de projeto.

4.3.3 Estação de Infante Santo

Junto da Av. Infante Santo, mais precisamente sob o terreno desocupado disposto entre esta e a Calçada das Necessidades, será construída a terceira Estação do novo troço da Linha Vermelha, a qual irá contar com dois acessos exteriores, ambos a construir na própria avenida.

Para esta frente foi inicialmente proposta a realização de 4 sondagens de 3x2m cada, num total de 24m², sendo duas das sondagens dispostas sobre a área dos futuros acessos e as restantes sobre a área central da Estação, onde futuramente se preveem afetações à superfície para a construção de estacionamento automóvel e arranjos de espaços ajardinados. **Em resposta à informação I18417-202407-UC/DPC de 22/07/2024, acrescentamos mais uma sondagem no local do elevador e alteramos a dimensão das sondagens para 3x3m cada, passando para 5 sondagens com uma área total 45m².**



Figura 21 – Localização das 5 sondagens de diagnóstico para a Estação de Infante Santo.

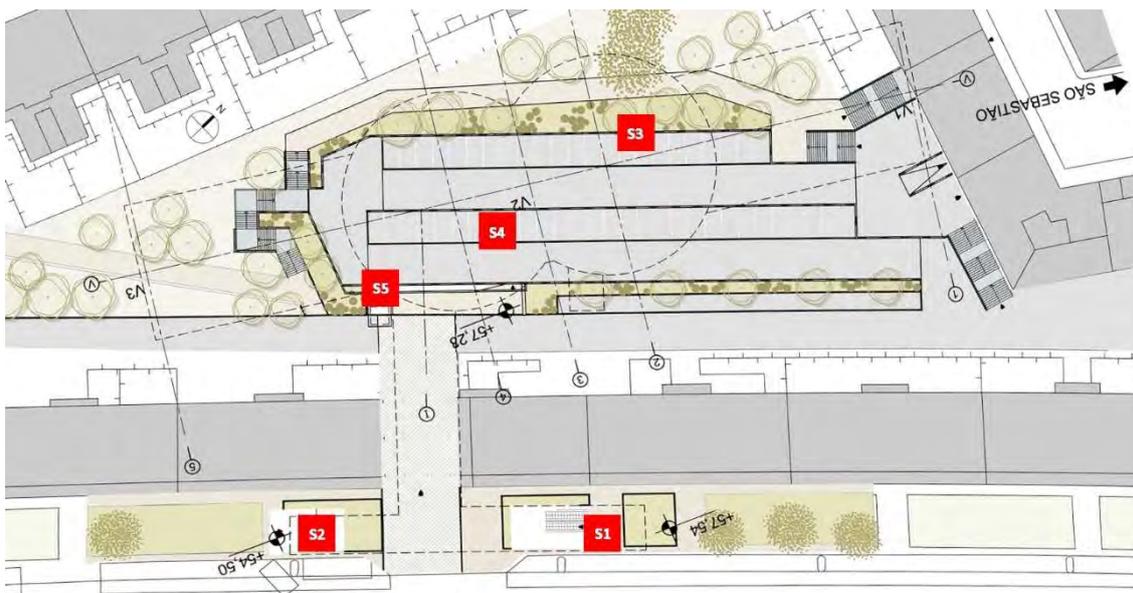


Figura 22 – Localização das mesmas 5 sondagens sobre a planta de projeto.

4.3.4 Estação de Alcântara

O prolongamento da Linha Vermelha terá como Estação terminal a de Alcântara. Esta Estação será construída em cota positiva e sobrelevada do nível de superfície por intermédio de um viaduto. De facto, entre o edifício localizado na interceção da Rua da Costa com a Rua Maria Pia, a nascente, junto ao Baluarte do Livramento, e o acesso à Ponte 25 de Abril, junto da Av. de Ceuta, a poente, todo o troço do Metropolitano será construído sobre um viaduto elevado. Deste modo, a afetação prevista ao nível do subsolo incide nos limites estipulados para a construção das sapatas dos pilares de suporte, tanto da Estação como do viaduto da Linha.

Em visita ao local, verificou-se que a encosta com o acesso à ponte, onde será construída a Estação de Alcântara, encontra-se com o substrato rochoso praticamente à superfície, derivado

da morfologia geológica do local, inserida no maciço calcário de Monsanto, e dos trabalhos de decapagem realizados para a construção da via que atualmente serve de acesso à ponte.

Por este motivo, as sondagens de diagnóstico inicialmente previstas para esta zona foram direcionadas para o local onde serão instalados os pilares de suporte do viaduto, previstos para três posições, duas destas em calçadas pedonais da Av. de Ceuta e uma na calçada da Rua Maria Pia.

Assim, para efeitos de diagnóstico, previa-se implementar 2 sondagens de 5x5m cada, num total de 50m², sobre os locais dos pilares a construir na Av. de Ceuta. No que respeita à Rua Maria Pia, o local onde será construído o terceiro pilar encontra-se numa zona de passeio estreito e junto a uma mancha de árvores de grande porte, onde se estima que o subsolo esteja massivamente ocupado por raízes de consideráveis dimensões. Estes condicionalismos inviabilizam a realização de uma sondagem neste local, para esta fase dos trabalhos.

A proposta teve em consideração as atuais condições do local, tanto pela ocupação da mancha de vegetação, como pelas vias de intenso movimento automóvel e pedonal que se associam à Av. de Ceuta e acesso à ponte 25 de Abril. Teve, portanto, a proposta inicial sido adequada às condições disponíveis e possíveis de implementar nesta fase do projeto.

Contudo, a determinação da DIA, conforme nos recorda informação I18417-202407-UC/DPC de 22/07/2024, é «efetuar a escavação arqueológica integral das fundações do viaduto de Alcântara», pelo que a proposta apresentada não cumpria com o requisito. Assim, para efeitos de cumprimento com o estabelecido pela DIA, propomos que seja realizada a escavação arqueológica integral em fase de obra, momento no qual se prevê que estejam reunidas todas as condições para a sua execução, tanto no que respeita aos condicionalismos de movimentação de pessoas e viaturas (obedecendo a um planeamento para desvio do tráfego), sendo, nessa face, o espaço integralmente vedado e removidas as realidades contemporâneas à superfície, incluindo o manto vegetal. Desta forma, propomos a transição da realização destas sondagens para a fase de execução do projeto, abrangentes à total dimensão de afetação prevista para a construção das sapatas dos pilares do viaduto e Estação de Alcântara.

4.3.5 Poço de Ventilação 211

O primeiro poço de ventilação (PV) projetado para o novo traçado da Linha será localizado num espaço ajardinado que se dispõe no limiar da Rua Gorgel do Amaral e término da Travessa do Barbosa, na zona das Amoreiras. Confinado a norte com os limites do reservatório de água da EPAL. No local será realizada uma sondagem de diagnóstico de 3x3m, num total de 9m², no alinhamento da abertura do poço.



Figura 23 – Localização da sondagem de diagnóstico para o PV211.

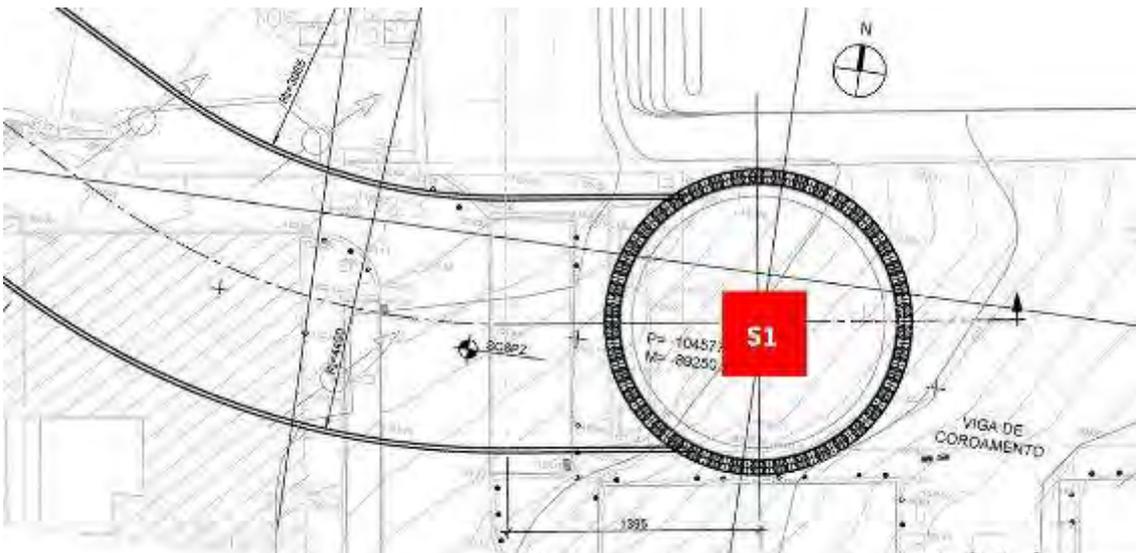


Figura 24 – Localização da mesma sondagem sobre a planta de projeto.

4.3.6 Poço de Ventilação 215

O seguinte poço de ventilação será construído em Campo de Ourique, mais precisamente no terreno desocupado que se dispõe no términus da Rua Professor Gomes Teixeira, limitado a norte pelo muro do Cemitério Alemão e a sul pela Escola Básica Eng. Ressano Garcia.

De forma semelhante ao caso anterior, também para o local do PV215 será implementada 1 sondagem de diagnóstico de 3x3m, num total de 9m², no alinhamento da abertura do poço.



Figura 25 – Localização da sondagem de diagnóstico para o PV215.

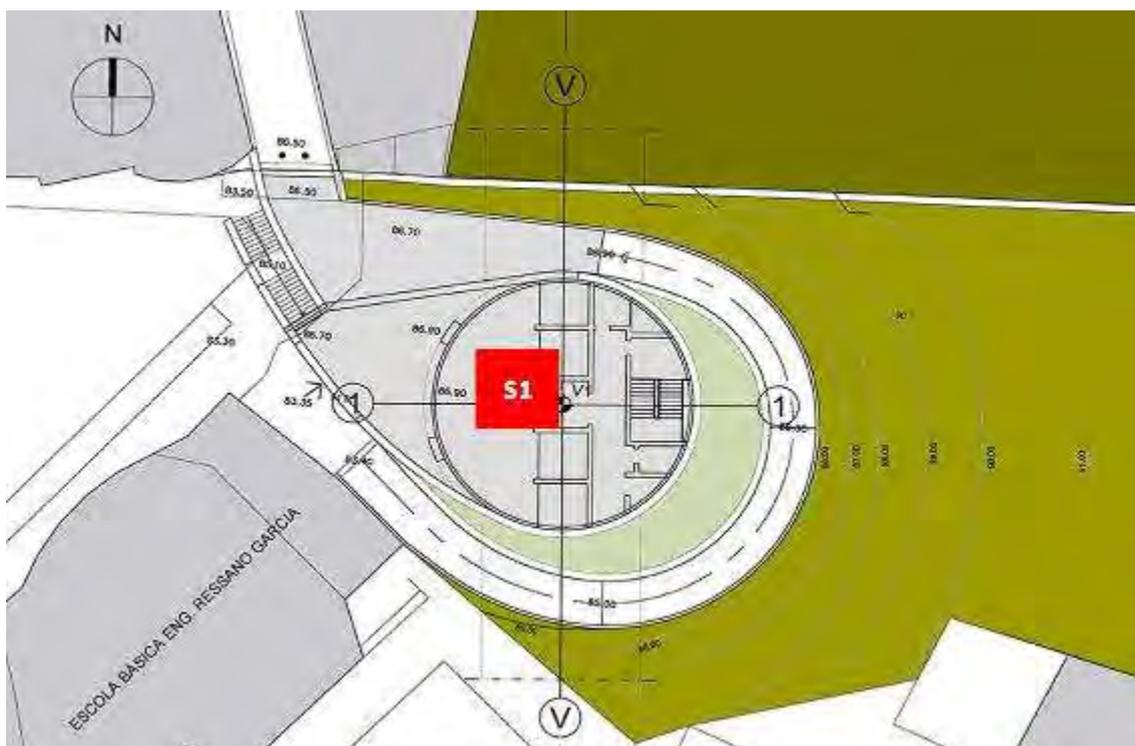


Figura 26 – Localização da mesma sondagem sobre a planta de projeto.

4.3.7 Poço de Ventilação 217

O terceiro poço de ventilação foi projetado para a zona terminal da nova Linha, após a Estação de Alcântara. O local incide na área florestada de Monsanto, entre o acesso rodoviário à Ponte 25 de Abril e a Rua da Quinta do Jacinto, no bairro do Alvito.

Considerando aqui a maior dimensão prevista para a abertura do poço, foi estipulada a realização de 2 sondagens de diagnóstico de 3x3m cada, num total de 18m².



Figura 27 – Localização das 2 sondagens de diagnóstico para o PV217.

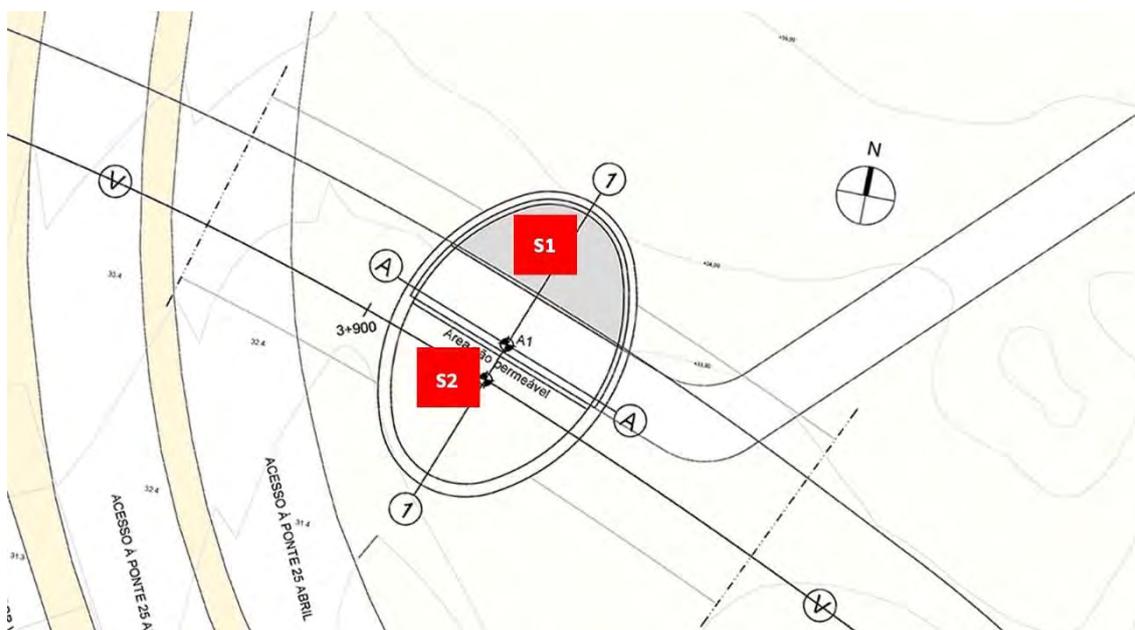


Figura 28 – Localização das mesmas sondagens sobre a planta de projeto.

4.3.8 Baluarte do Livramento

Do antigo Baluarte do Livramento apenas subsistem partes da sua estrutura, com especial destaque para uma das guaritas, que ainda se conserva no cunhal norte da muralha, assim como troços da sua muralha e o terraplano do lado norte a esta associado. O baluarte foi fustigado pelo terramoto de 1755, mais tarde pelas alterações e desmantelamentos sofridos no século XIX e pela construção civil que progressivamente foi ocupando os seus espaços e aproveitando parte dos seus materiais de construção. A última intervenção significativa verificou-se no seu interior, quando nos anos 90 do século XX o espaço foi convertido em área de restauração (Casa de Goa),

altura em que decorreram trabalhos arqueológicos que permitiram colocar a descoberto um troço de muralha mais antigo, da primeira metade do século XVII, anunciando assim uma fase construtiva anterior ao baluarte que aqui se erigiu na segunda metade da mesma centúria, após as *Guerras da Restauração* (vide DIOGO & TRINDADE: 2001).

Nesta secção do projeto da nova Linha, o seu traçado interceta os limites do baluarte e terá passagem a curta profundidade, pois será sensivelmente a partir deste ponto, a nascente dos limites da muralha, que o percurso da Linha passará de subterrâneo a exterior, isto é, de túnel a viaduto, pelo que será necessário a realização de trabalhos que envolvam a estrutura do baluarte.

Para o desenvolvimento do projeto de execução está prevista a realização de 3 carotes – C1, C2 e C3 – a realizar na base da muralha poente. A realização das referidas carotes tem como objetivo a caracterização das cotas e condições de fundação da muralha, prevendo-se a realização de furos inclinados a 45º com a horizontal. Os furos não ficaram visíveis e serão preenchidos com cal hidráulica natural.



Figura 29 – Localização dos carotes.

Considerando os eventuais trabalhos na área deste monumento, propusemos inicialmente a realização de 6 sondagens de diagnóstico, neste caso 2 de 4x2m e 4 sondagens de 3x2m, num total de 40m². **Em resposta à informação I18417-202407-UC/DPC de 22/07/2024, mantivemos as 6 sondagens propostas, alterando a sua dimensão para: 2 de 4x3m e 4 de 3x3m, passando a uma área total de 60m².**

A sua distribuição considerou dois fatores: o traçado do futuro túnel e as secções subsistentes das muralhas do baluarte. Para o efeito, propôs-se a realização das sondagens nos seguintes locais:

- 1) espaço ajardinado exterior;
- 2) sala interior junto ao troço de muralha mais antigo;
- 3) divisão interior associada às cozinhas, junto do alinhamento da muralha;
- 4) calçada exterior na entrada do recinto;
- 5) sala localizada nas construções do topo;
- 6) terraço exterior junto da muralha poente.

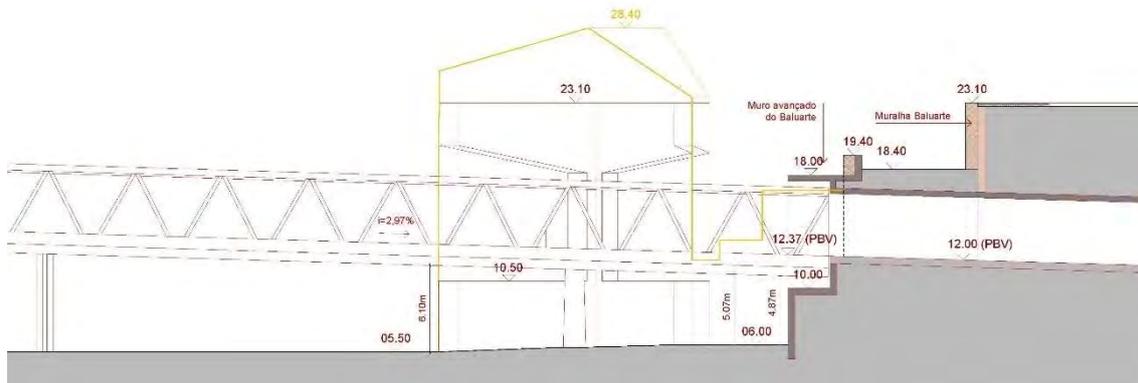


Figura 30 – Projeto da secção em corte onde o túnel se converte em viaduto, junto do baluarte.



Figura 31 – Localização das 6 sondagens de diagnóstico para o Baluarte do Livramento.

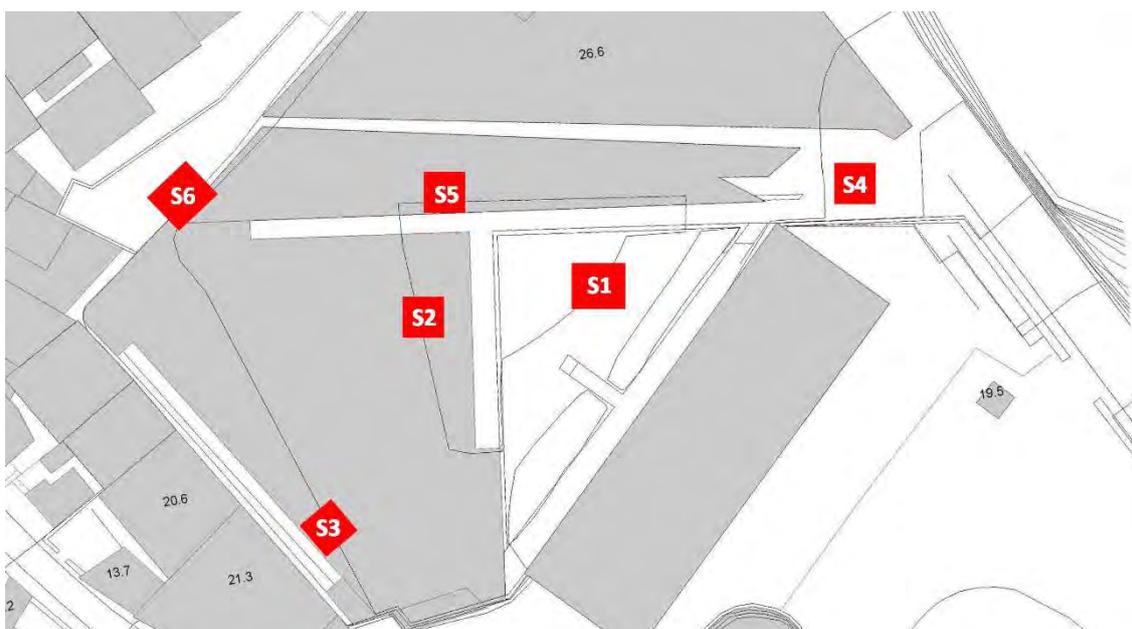


Figura 32 – Localização das mesmas sondagens sobre a planta de implantação do monumento.

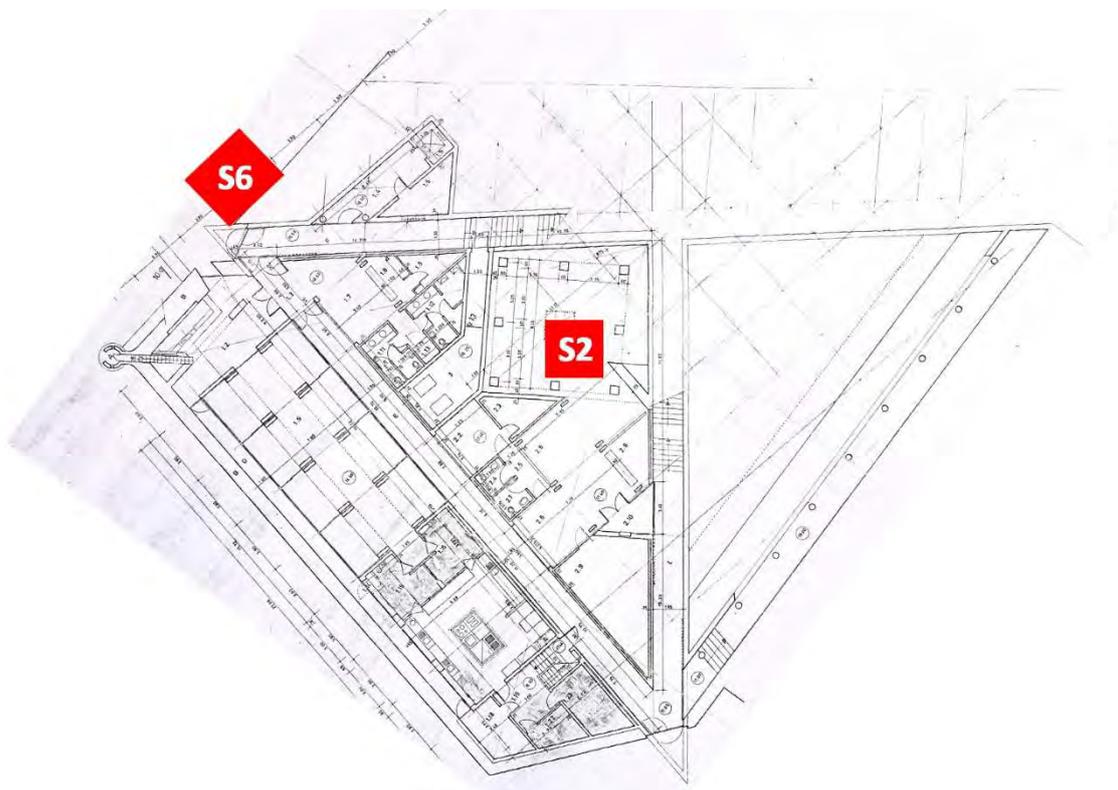


Figura 33 – Localização das sondagens 2 e 6 sobre a planta do piso 0.

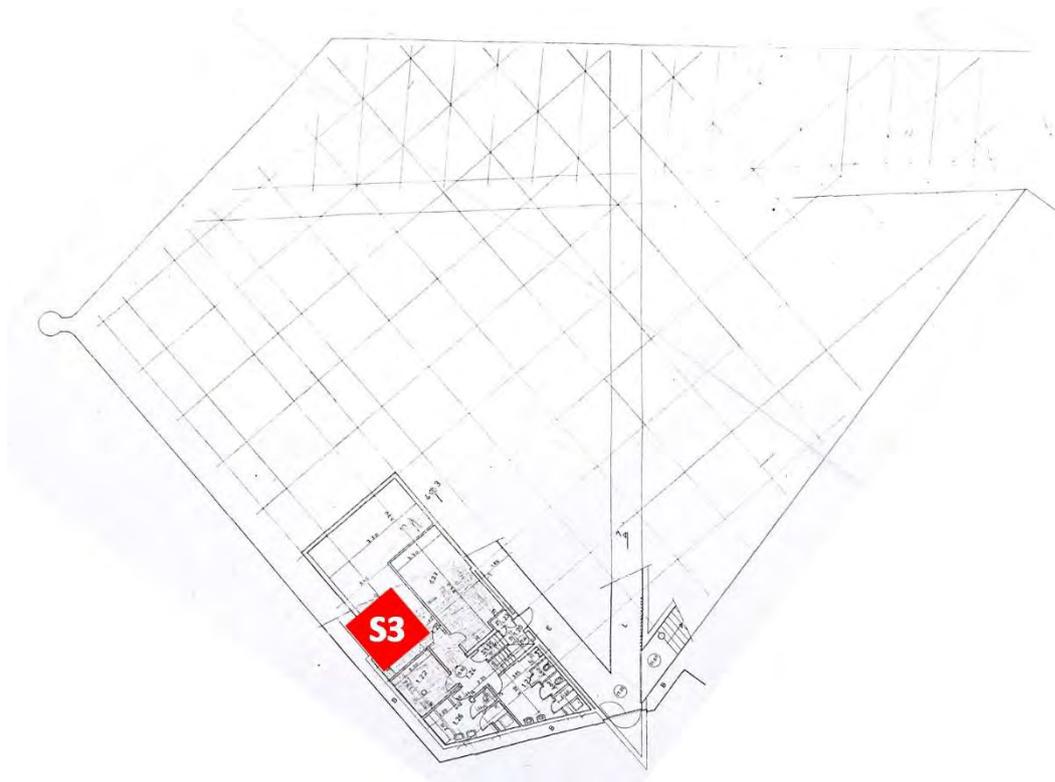


Figura 34 – Localização da sondagem 3 sobre a planta do piso -1.

4.3.9 Palácio Fiúza

O edifício que constituirá o Palácio Fiúza, de fundação seiscentista, encontra-se junto da atual Rua da Quinta do Jacinto, no bairro do Alvito. O seu bloco sul encontra-se no alinhamento do projeto, neste caso referente às novas vias rodoviárias de acesso à ponte 25 de Abril, a construir no âmbito da Estação de Alcântara. Parte do seu traçado interceta, inclusivamente, o cunhal em cantaria existente nessa vertente.

A atual composição do edifício revela a presença de anexos de construção claramente contemporânea, assim como a reformulação de algumas secções do topo, convertidas em espaços residenciais. Porém, junto ao cunhal sul a estrutura ainda ostenta as janelas de sacada com gradeamento de ferro, dispostas ao nível do primeiro piso, atualmente emparedadas com a cantaria a descoberto.

Considerando a provável afetação desta secção do edifício, propõe-se a realização de 1 sondagem arqueológica de 2x2m, num total de 4m², a implantar no exterior junto ao alçado sudoeste. Apesar de no local aflorar o substrato rochoso, esta sondagem tem como objetivo a caracterização da fundação deste alçado. Como trabalhos complementares a este diagnóstico, serão propostas sondagens parietais no mesmo alçado, conforme se detalha no subcapítulo seguinte.

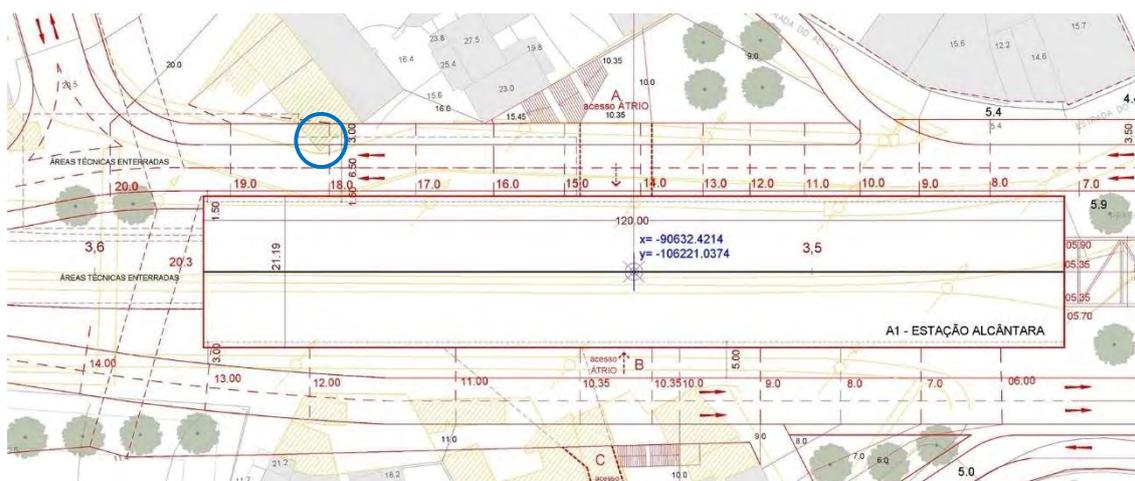


Figura 35 – Projeto das novas vias adjacentes à Estação de Alcântara. Assinala-se a azul a zona de interferência com o alçado sul do edifício do Palácio Fiúza.



Figura 36 – Localização da sondagem de diagnóstico junto ao alçado sul. A azul marcam-se os limites das novas vias a construir no âmbito da Estação de Alcântara, a rosa os limites do antigo Palácio Fiúza e a vermelho a sondagem de diagnóstico.

4.4 Sondagens Parietais

No seguimento dos trabalhos arqueológicos propostos para o edifício do antigo Palácio Fiúza, propõe-se a realização de sondagens parietais no mesmo alçado exterior, a sul, onde será implementada uma sondagem arqueológica de diagnóstico. Pretende com a análise parietal complementar proceder à caracterização fundacional e estrutural do cunhal aqui presente.

Para o efeito, serão realizadas 2 sondagens parietais, 1 de 3x1m disposta para poente do referido cunhal e outra de 5x1m para nascente, num total de 8m². Desta forma, propomos expor uma faixa ao longo do aparelho construtivo do alçado, de forma a alcançar uma leitura abrangente da sua estrutura interna e, simultaneamente, complementar à leitura obtida pela sondagem ao nível da fundação.

O interior do espaço nesta secção encontra-se ocupado e com as paredes cobertas por pladur, pelo que não será possível nesta fase realizar o diagnóstico pelo interior do edifício.



Figura 37 – Vista geral dos alçados sul/sudoeste do antigo Palácio Fiúza. Destaca-se a zona de afetação.



Figura 38 – Disposição das sondagens parietais, a vermelho, e da sondagem arqueológica, a azul, junto do cunhal sul do edifício.

5 PRAZOS

Para a execução do **trabalho de campo** está previsto um prazo de 12 semanas tendo em vista o tempo necessário à produção dos relatórios e a integração dos principais resultados no relatório síntese do RECAPE, cuja data prevista de entrega é 15 de outubro.

| Trabalhos a realizar | Em curso | Semanas | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|----------|-------------------|-----------------|------------------|-------------------|-------------------|------------------|-----------------|-------------------|-------------------|-------------------|-----------------|------------------|-------------------|-------------------|-------------------|--------------------|---------------------|
| | | 24/6 a 28/6 | 1/7 a 5/7 | 8/7 a 12/7 | 15/7 a 19/7 | 22/7 a 26/7 | 29/7 A 2/8 | 5/8 a 9/8 | 12/8 a 16/8 | 19/8 a 23/8 | 26/8 a 30/8 | 2/9 a 6/9 | 9/9 a 13/9 | 16/9 a 20/9 | 23/9 a 27/9 | 30/9 a 4/10 | 7/10 a 11/10 | 14/10 A 18/10 |
| Documentação e Estudos | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Prospecção e registo das OP | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Prospecção arqueológica | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Sondagens arqueológicas | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Relatórios IA | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Integração dos resultados da IA em RB e RNT | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Revisão / Entrega | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

OP = Ocorrências Patrimoniais

IA = Intervenção Arqueológica (Prospecção e Sondagens)

RB = Relatório Base

RNT = Relatório Não Técnico

Salvagar-se que o cumprimento do prazo estipulado para a realização dos trabalhos de campo está dependente de fatores alheios à responsabilidade do consórcio de arqueologia, tais como:

- Obtenção de licença para intervenção em via pública e eventual policiamento dos locais onde ocorram Trabalhos Arqueológicos;
 - Todos os meios necessários à adequada remoção e transporte de bens arqueológicos, tais como gruas, camiões, entre outros considerados necessários;
 - Segurança dos trabalhos arqueológicos (ex. Escoramentos);
 - Remoção de pisos e pavimentos (quando necessário);
 - Remoção de terras e entulhos para vazadouro (quando necessário);
 - Desvio de infraestruturas, quando necessário;
- e) emissão de pareceres, por parte da CCDR LVT / Património Cultural, IP, o que pode eventualmente atrasar o andamento dos trabalhos por motivos alheios à responsabilidade do Consórcio.

6 METODOLOGIA DA INTERVENÇÃO

Tendo em conta a dimensão, complexidade e antecedentes do projeto em causa a metodologia de trabalho seguirá as seguintes fases e integrará os seguintes trabalhos/componentes:

6.1 Fase 1 – Documentação

6.1.1 A. Estudo dos antecedentes relativos à Fase de Estudo Prévio

Recolha e análise da documentação produzida no âmbito da Avaliação de Impacte Ambiental do Projeto realizada em Fase de *Estudo Prévio* (n.º 3462), com particular atenção para tudo o que diz respeito ao projeto e ao Descritor Património Cultural, designadamente aos elementos adicionais acrescentados em função do parecer da CA, designadamente:

- Estudo de Impacte Ambiental (versão consolidada após o aditamento pedido pela CA);
- *Resumo Não Técnico*;
- *Relatório Síntese*;
- Anexo 5 – Património Cultural;
- Peças desenhadas ;
- Pedido de Informação Prévia;
- DIA.

6.1.2 Análise do Projeto

Será levada a cabo uma análise das peças escritas e desenhadas relativas ao projeto previsto, com particular atenção para as alterações desenvolvidas em fase de anteprojecto e projeto de execução.

6.1.3 B. Estruturação do estudo

Estruturação do estudo com vista à sua elaboração em conformidade com o enquadramento legal, designadamente:

- Procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) n.º 3462;
- Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 152-B/2017, de 11 de dezembro;
- Documento Orientador – “Normas Técnicas para a elaboração de Estudos de Impacte Ambiental e Relatórios de Conformidade Ambiental com o Projeto de Execução” (Documento n.º 01/2016/GPF, aprovado em dezembro de 2015);
- Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural;
- Decreto-Lei n.º 164/2014, de 4 de novembro, que aprova e publica o Regulamento de Trabalhos Arqueológicos;
- Circular da DGPC em vigor, emitida 10 de setembro de 2004, “Termos de Referência para o Descritor Património Arqueológico em Estudos de Impacte Ambiental” que determina os procedimentos a seguir neste tipo de estudos, quer se trate de anteprojecto e estudo prévio ou de projeto de execução.

6.1.4 C. Revisão e Atualização da Caracterização da Situação de Referência

Nesta fase proceder-se-á à revisão e atualização do inventário do património cultural feito em fase de Estudo Prévio, tendo agora em consideração as “áreas mais sensíveis”:

- uma faixa de 60 metros centrada no eixo do traçado;
- locais com escavação a céu aberto estações e poços de ventilação;
- construção do viaduto onde o túnel tenha uma profundidade inferior a 25m;

- localização dos estaleiros, acessos à obra e áreas de empréstimo/depósito de inertes.

Será levada a cabo uma caracterização dos mesmos, aprofundando o EIA efetuado em fase estudo prévio.

Para o efeito será realizada a seguinte pesquisa:

- a) **Estudos anteriores** efetuados em fase de estudo prévio;
- b) **Consulta das bases de dados e geoportais de entidades oficiais** relativas ao inventário de património arqueológico e arquitetónico, designadamente:
 - DGPC - Atlas do Património Classificado e em Vias de Classificação;
 - DGPC – Endovélico – relativo a sítios e trabalhos arqueológicos inventariados disponíveis no Portal do Arqueólogo;
 - DGPC - SIPA - Sistema de Informação para o Património Arquitetónico;
 - Plano Diretor Municipal de Lisboa (PDM) – Bens Culturais identificados na Carta Municipal do património elencados no anexo II (Imóveis, conjuntos e sítios classificados e em vias de classificação) e anexo III (lista de bens da carta municipal do património edificado e paisagístico)
- c) **Pesquisa documental e arquivística**, designadamente de cartografia antiga, plantas e, caso necessário, licenças de obra relativas a elementos do património arquitetónico de maior valor patrimonial ou cuja conhecimento mais aprofundado se considere essencial na cumprimento e preconização de medidas de minimização adequadas;
- d) **Levantamento bibliográfico** necessária ao aprofundamento da caracterização dos elementos patrimoniais afetados;
- e) **Preparação de cartografia** para implantação dos valores patrimoniais à escala 1:5000

6.2 Fase 2 - Trabalho de Campo

Após a fase anterior deverá ser realizado o trabalho de campo que compreenderá as seguintes componentes, que em seguida se apresentam.

6.2.1 Revisão das Ocorrências Patrimoniais

O trabalho de campo implicará o reconhecimento do terreno com o objetivo de localizar as ocorrências previamente identificadas e de proceder ao seu registo fotográfico. Será tida particular atenção às ocorrências patrimoniais sujeitas a maior impacte (como o baluarte do Livramento e o Palácio Fiúza), procedendo a um registo sistemático, com vista à elaboração de uma caracterização mais completa.

Nesta fase, o trabalho de campo terá ainda como objetivo a identificação de ocorrências eventualmente não identificadas em fase de estudo prévio e de pesquisa.

As ocorrências de interesse patrimonial detetadas serão ser alvo de registo em ficha de património individualizada com de número de ocorrência, descrição, georreferenciação ou referência cartográfica, acompanhada de registo fotográfico.

Este inventário, registo e caracterização servirá de base para a atualização da caracterização da situação de referência, reavaliação de impactes e definição de medidas de minimização e valorização do património cultural a implementar no PSPC e PCVPC.

6.2.2 Prospecção

Previamente à fase de execução e dos trabalhos preparatórios da empreitada, será realizada uma prospecção arqueológica sistemática de todas as áreas destinadas à instalação de estaleiros, manchas de empréstimo, depósito de terras e caminhos de acesso, estabelecidos para as diferentes frentes de trabalho.

As ocorrências de interesse arqueológico e patrimonial detetadas no âmbito da prospeção, deverão ser alvo de registo em ficha de património individualizada com atribuição de número de ocorrência, descrição detalhada, georreferenciação ou referência cartográfica, acompanhada de registo fotográfico e, caso a natureza do elemento o justifique, fotogramétrico.

6.2.3 Sondagens Arqueológicas

O diagnóstico arqueológico será executado em estreita articulação com o planeamento geral e especificidades da empreitada. A quantidade e disposição das sondagens teve em consideração as áreas de afetação ao nível do subsolo determinadas em projeto, nomeadamente, para a construção das futuras quatro Estações de Metropolitano previstas para a Linha Vermelha e dos três poços de ventilação (PV) associados ao traçado do novo túnel. Também se consideraram os elementos patrimoniais intimamente associados ao projeto de construção, como é o caso do Baluarte do Livramento e do Palácio Fiúza, ambos localizados na freguesia de Alcântara.

A escavação arqueológica a realizar respeita o método de decapagem por camadas (matriz de Harris) até alcançar o nível geológico ou a cota de afetação da obra. Estas cotas serão respeitadas a menos que se imponha a preservação de qualquer contexto ou estrutura relevante detetada antes de alcançada a mesma, procedendo-se à comunicação junto da Tutela por via dos canais próprios para o efeito. A escavação será efetuada manualmente com ferramentas adequadas à tarefa, contando com o recurso de meios mecânicos mais expeditos para a remoção de pavimentos, revestimentos, estruturas e aterros contemporâneos, ou caso a natureza dos depósitos o permita e justifique.

Para cada Unidade Estratigráfica (U.E.) será preenchida uma ficha-tipo e registado o espólio recolhido. Serão efetuados registos fotográficos digitais de cada U.E. (incluindo estruturas, planos, alçados, cortes e elementos arqueológicos relevantes), bem como desenho à escala 1/20 das camadas e estruturas detetadas, assim como dos cortes estratigráficos elucidativos da sequência ocupacional, com indicações altimétricas em cotas absolutas. O levantamento dos planos finais e de eventuais estruturas ou contextos cuja importância justifique individualizar, contam ainda com o registo fotogramétrico. Os contornos das sondagens e a disposição das estruturas eventualmente detetadas serão implantadas em planta georreferenciada.

Os registos serão devidamente organizados com referenciação individual e legendagem do material fotográfico produzido, complementado por tratamento informático dos desenhos dos principais cortes e plantas.

Todo o material recolhido durante a intervenção será tratado em gabinete apropriado por técnicos especializados nesta área. Após triagem, lavagem e etiquetagem, serão as peças devidamente acondicionadas e armazenadas em contentores adequados ao depósito em local a definir pela Tutela, sendo posteriormente transportadas desde o seu local de depósito temporário.

6.2.4 Sondagens Parietais

A realização das sondagens parietais constitui o processo de arqueologia da arquitetura e obedece ao mesmo princípio processual das técnicas aplicadas na escavação do subsolo, procedendo-se à identificação e registo das distintas unidades existentes, sendo, neste caso, descritas como Unidades Estratigráficas Murárias (U.E.M.).

Para os trabalhos parietais foram selecionados paramentos que permitam, por princípio, averiguar a composição dos aparelhos construtivos e camadas de revestimento, assim como a eventual presença de elementos arquitetónicos e patrimoniais ocultados pelas camadas superficiais.

6.3 Fase 3 – Trabalho de Gabinete e Produção de Relatórios

6.3.1 Relatório(s) Preliminar(es) das intervenções Arqueológicas

Serão elaborados relatórios preliminares das sondagens arqueológicas e parietais que serão apresentados em anexo, como estudos completos, do Relatório Base do RECAPE. Os principais resultados serão apresentados também, de forma resumida, no Relatório Base.

6.3.2 Relatório de Conformidade Ambiental do Projeto de Execução

Em conformidade com a legislação aplicável e com as determinações da DIA serão produzidos os seguintes documentos:

- Relatório Base
- Estudos histórico-arqueológicos (Estudos Complementares)
- Plano de Salvaguarda do Património Cultural (PSP)
- Plano de Valorização do Património Cultural (PVPC)

O relatório base integrará:

- identificação da **Equipa Técnica** Responsável pela Realização do RECAPE / PROJETO no descritor património cultural
- Atualização da Situação de Referência;
- (Revisão da) Avaliação de Impactes Ambientais;
- Enumeração dos estudos histórico-arqueológicos realizados remetendo para o respetivo anexo;
- Enumeração das diferentes componentes do PSP, remetendo para o respetivo volume;
- Lacunas de Conhecimento;
- Considerações Finais
- Bibliografia

6.3.2.1 Atualização da Situação de Referência

No relatório base serão, em síntese:

- enumerados os elementos patrimoniais - património arquitetónico, etnográfico e arqueológico - alvo de estudo sendo a sua caracterização apresentada de forma mais desenvolvida nos estudos complementares.
- identificadas as áreas de proteção legal do património arqueológico e arquitetónico coincidentes com a área do projeto, designadamente as Zonas de Proteção (ZP), Zonas Especiais de Proteção (ZEP), a Lista de Bens da Carta Municipal do Património Edificado e Paisagístico, Anexo III do PDM de Lisboa, e áreas de proteção arqueologias definidas no PDM;
- sintetizados os resultados da prospeção, sondagens arqueológicas e parietais realizadas em fase de RECAPE (cujos relatórios completos serão integrados no anexo *Estudos Complementares*).

6.3.2.2 Avaliação de Impactes Ambientais

Para a produção do relatório base serão revistos os impactes ambientais previstos para as fases de construção e exploração, sobre o património cultural, identificados na fase anterior do estudo, tendo em consideração as revisões do projeto e os novos dados entretanto obtido com os estudos histórico-arqueológicos realizados em fase de RECAPE.

Para a determinação dos impactes sobre o património arquitetónico serão considerados todos os edifícios de valor histórico localizados:

- numa faixa de 60 metros centrada no eixo do traçado;
- em locais com escavação a céu aberto estações e poços de ventilação;
- no área de construção do viaduto onde o túnel tenha uma profundidade inferior a 25m;
- no localização dos estaleiros, acessos à obra e áreas de empréstimo/depósito de inertes.

Para a avaliação de impactes será:

- identificado o Elemento Patrimonial (nº e designação)
- Identificado o Nº de impacte com referência ao nº do elementos patrimonial que se prevê sujeito a afetação
- descrito o impacto
- classificado tendo em conta os seguintes parâmetros:
 - a) Sentido - *Negativo* ou *positivo*
 - b) Efeito – *Direto* ou *Indireto*
 - c) Probabilidade – *Pouco provável*, *provável*, *certo*
 - d) Duração – *Temporário* ou *permanente*
 - e) Reversibilidade – *Reversível* ou *irreversível*
 - f) Tempo – *Curto prazo*, *médio prazo*, *longo prazo*
 - g) Magnitude – *Reduzida*, *Média* ou *Elevada*
 - h) Significância – *Pouco significativo*, *significativo*, *Muito significativo*

6.3.2.3 Conformidade com a Declaração de Impacte Ambiental

Neste capítulo verificar-se-á o cumprimento das condições estabelecidas no parecer da Comissão de Avaliação (CA) e respetiva DIA, através da análise das Condicionantes (C), Elementos a Apresentar em RECAPE (EAR) e Medidas de minimização (MM) propostas.

6.3.2.4 Estudos Complementares

Incluem-se os estudos a realizar em fase de RECAPE e preconizados na DIA, designadamente:

- **Fichas de Inventário dos Elemento Patrimoniais** suscetíveis de sofrer afetação em fase de construção e exploração, designadamente os que se inserem numa faixa de 60 metros centrada no eixo da via e em locais em que haja escavação à superfície (estações, poços de ventilação e viaduto) e onde o túnel tenha uma profundidade inferior a 25m.
- **Estudo Histórico-arqueológico do Baluarte do Livramento dando cumprimento ao EAR5¹⁶**. Neste estudo será levado a cabo o estudo do monumento através da pesquisa bibliográfica e documental, o seu registo fotográfico sistemático e o registo gráfico dos troços em que seja previsível alguma afetação. Os dados recolhidos no âmbito do estudo histórico serão cruzados com os resultados das sondagens arqueológicas. Com este estudo pretende-se em primeiro lugar aumentar o seu conhecimento, designadamente sobre as suas fundações, para evitar a sua afetação.
- **Memória Descritiva dos Elementos Arquitetónicos** cuja afetação direta pela implementação do projeto seja considerada inevitável, dando cumprimento a EAR2¹⁷.

¹⁶ EAR 5. *Estudo histórico, arqueológico e arquitetónico rigoroso e criterioso das preexistências do Baluarte do Livramento, de modo a evitar a afetação das estruturas ainda preservadas.*

¹⁷ EAR 2. *Demonstração de que o desenvolvimento do projeto de execução procurou evitar a afetação direta das ocorrências patrimoniais identificadas ou demonstração da inevitabilidade dessa afetação. Quando por razões técnicas do projeto, não houver possibilidade de proceder a alterações pontuais de*

6.3.2.5 Plano de Salvaguarda do Património Cultural

O **Plano de Salvaguarda do Património Cultural** dará resposta às condicionantes e medidas de minimização previstas na Declaração de Impacte Ambiental do Procedimento de AIA 3462, em particular ao ponto 1 dos Elementos a apresentar em RECAPE que refere expressamente:

*EAR 1. Plano de Salvaguarda do Património Cultural (PSPC) que envolva a sua **salvaguarda, monitorização, conservação e restauro**, quer numa fase prévia à obra, quer na fase de execução e de exploração. Este Plano terá que incluir uma **proposta metodológica de escavação arqueológica** que tenha em consideração: os **resultados dos trabalhos arqueológicos; os resultados das sondagens geológicas; os faseamentos previstos na realização do projeto; a natureza das intervenções e as soluções para os processos construtivos. Terá, ainda, em consideração a necessidade de proceder à **escavação integral dos contextos arqueológicos a afetar pelo projeto** e pelo necessário desvio de infraestruturas, bem como de salvaguardar os procedimentos e meios necessários para garantir a conservação preventiva dos bens arqueológicos exumados.***

O PSP incluirá:

- O **Plano de Formação** que deverá anteceder o início da obra e que, dirigido aos principais intervenientes da obra, procurará sensibilizar para a importância do património cultural na zona afeta à obra e para o cumprimento das medidas de minimização (MM33¹⁸).
- **Medidas Preventivas** a adotar no início e durante a obra, com vista a proteger os elementos patrimoniais de eventuais danos, designadamente aqueles que possam ser causados por acidentes decorrentes das demolições, pela movimentação de maquinaria pesada, pelas vibrações causadas pela escavação em túnel e pela dispersão de poeiras, em cumprimento das MM27¹⁹, MM28²⁰ e MM36²¹.
- **Trabalhos de registo** a realizar previamente à obra e que não tenham ocorrido em fase de RECAPE, de forma a assegurar a salvaguarda pelo registo dos edifícios cuja demolição está prevista.

*traçado ou de localização dos respetivos componentes, a afetação direta total ou parcial de uma ocorrência patrimonial deve ser plenamente justificada e assumida como inevitável. **Deve ficar também expressamente garantida a salvaguarda pelo registo** arqueológico da totalidade dos vestígios e contextos a afetar diretamente pela obra, independentemente do seu meio. **No caso de elementos arquitetónicos, tal deve ser assegurado através de registo gráfico, fotográfico e da elaboração de memória descritiva; no caso de sítios arqueológicos, através da sua escavação integral.***

¹⁸ MM33. *Realizar ações de formação e de sensibilização ambiental e patrimonial para os trabalhadores e encarregados envolvidos na execução das obras relativamente às ações suscetíveis de causar impactes ambientais e às medidas de minimização a implementar, designadamente normas e cuidados a ter no decurso dos trabalhos (incluído no Plano de Acompanhamento Ambiental da Obra) incluindo os cuidados a ter com a gestão e proteção do património cultural referenciado.*

¹⁹ MM27 *Prever a **colocação de barreiras** para minimizar a dispersão de partículas e lamas e a **rega** da área de circulação, de forma a minimizar a afetação das ocorrências patrimoniais, nomeadamente nos bens imóveis classificados ou em vias de classificação.*

²⁰ MM28. ***Sinalizar e vedar**, sempre que possível, tendo em atenção a tipologia e contexto, as ocorrências patrimoniais situadas até cerca de 50 m da obra (com expressão à superfície), condicionando a circulação de maquinaria, de modo a evitar a sua afetação. Esta medida deve ser adaptada aos condicionamentos existentes e articular-se com o plano de acessos à obra.*

²¹ MM36. ***Delimitar a área de acesso ao Estaleiro da Estação Infante Santo**, garantindo a menor afetação do pavimento em calçada de desenho abstrato geométrico em branco, preto e rosa do jardim poente da Av. Infante Santo com assinatura de Gonçalo Ribeiro Telles.*

- **Plano dos Trabalhos Arqueológicos** a realizar, desenhado com base nos resultados dos estudos realizados em fase de projeto de execução – estudo histórico, sondagens arqueológicas, sondagens geológicas e prospeção arqueológica, tendo em vista:
 - a escavação integral dos contextos arqueológicos a afetar pela execução do projeto (EAR2)²²;
 - a necessidade de acompanhamento arqueológico em todas as frentes de obra (MM88)²³, desde as fases de preparação da obra (MM89)²⁴, assegurando tanto quanto possível, a conservação *in situ* e salvaguarda pelo registo dos achados arqueológicos (MM90)²⁵ e propondo, em função dos seus resultados e caso necessário, medidas complementares de *minimização específicas* como *registo documental, sondagens de diagnóstico, escavações arqueológicas, entre outras* (MM91)²⁶;
 - a colaboração na avaliação de cavidades cársticas que possam ocorrer no decorrer da obra, em conjunto com *equipa especializada em espeleo-arqueologia e pela DGPC* (MM92)²⁷.
- **Planeamento dos trabalhos** tendo em consideração as diferentes fases da obra e o seu cronograma que, por sua vez, também deverá ser ajustado compreendendo o *tempo necessário à boa execução das medidas de salvaguarda do Património Cultural, nomeadamente para a realização de todos os trabalhos arqueológicos*²⁸.
- **Plano de Conservação e Restauro, incluindo:**
 - a conservação *in situ*, reabilitação e valorização do Baluarte do Livramento (MM4)²⁹.

²² Neste ponto o EAR 2 da DIA determina que: *Deve ficar também expressamente garantida a salvaguarda pelo registo arqueológico da totalidade dos vestígios e contextos a afetar diretamente pela obra (...) no caso de sítios arqueológicos, através da sua escavação integral.*

²³ MM88. Prever o **acompanhamento arqueológico** a ser efetuado de modo efetivo, continuado e direto por um arqueólogo **em cada frente de trabalho** sempre que as ações inerentes à realização do projeto não sejam sequenciais mas simultâneas.

²⁴ MM89. Efetuar o **acompanhamento arqueológico** da obra em todos os trabalhos, **durante a instalação de estaleiros, fases de decapagem, desmatação e terraplenagens, abertura de acessos, escavação das valas** e de todas as ações que impliquem revolvimento de solos desde as suas fases preparatórias.

²⁵ MM90. **Conservar in situ** (mesmo que de forma passiva) as ocorrências arqueológicas que forem reconhecidas durante o acompanhamento arqueológico da obra, tanto quanto possível, e em função do seu valor patrimonial, no caso de estruturas, de tal forma que não se degrade o seu estado de conservação atual **ou salvaguardar pelo registo.**

²⁶ MM91. **Os resultados obtidos no acompanhamento arqueológico poderão determinar a adoção de medidas de minimização específicas** (registo documental, sondagens de diagnóstico, escavações arqueológicas, entre outras) nomeadamente no caso de não ser possível determinar a importância científica e patrimonial das ocorrências então identificadas. Em caso de identificação de contextos arqueológicos preservados realizar a respetiva escavação arqueológica.

²⁷ MM92. *Avaliar, pela direção científica dos trabalhos arqueológicos, por equipa especializada em espeleo-arqueologia e pela DGPC, as **cavidades cársticas** que surjam no decurso da obra, dos trabalhos arqueológicos e de demolição do edificado.*

²⁸ MM26 e. *O cronograma da obra deve compreender o **tempo necessário à boa execução das medidas de salvaguarda do Património Cultural, nomeadamente para a realização de todos os trabalhos arqueológicos.***

²⁹ MM4 - Prever a **preservação in situ das preexistências do Baluarte do Livramento**, definindo um plano de **reabilitação e valorização**, face à intervenção para a construção do túnel e do viaduto de Alcântara.

- a conservação dos achados arqueológicos móveis encontrados no decurso da obra (MM93)³⁰.
- a conservação *in situ* das estruturas arqueológicas que possam ocorrer em fase de obra (MM90)³¹, sublinhando-se a necessidade em preservar integralmente o que resta do Baluarte do Livramento, devendo-se, caso a caso, e em articulação com a CCDD-LVT, ter em conta as condicionantes de segurança da obra, a estabilidade do substrato geológico, sedimentar e maciço rochoso, e ainda o estado de conservação do imóvel.
- **Plano de Monitorização do Património Cultural (PMPC)** - Com este plano pretende-se assegurar que seja avaliada, no decurso da obra, a ocorrência de impactes (que no momento se consideram eventuais) com vista a, caso necessário, adotar medidas de minimização complementares. O plano será desenhado conforme o estipulado no ponto relativo aos Programas de Monitorização da DIA, concretamente no que diz respeito ao Património Cultural (PMPC)³². Serão definidos os objetivos, parâmetros de monitorização, locais a monitorizar, frequência das amostragens, métodos de registo, forma de apresentação dos resultados e medidas a adotar em diferentes cenários.
- **Plano de Acompanhamento ambiental da Obra (PAAO)** – Neste plano será integrada a **Carta de Condicionantes** com a localização de todos os elementos patrimoniais identificados na área de afetação que, em fase de obra, deverá ser fornecida a cada empreiteiro dando cumprimento ao EAR28³³ da DIA.
Conforme determinado na DIA o PAAO incluirá todas as **medidas de minimização** previstas:

*Todas as medidas de minimização dirigidas à fase de preparação prévia à obra e à fase de execução da obra **devem constar no respetivo Plano de Acompanhamento Ambiental de Obra (PAAO)**, o qual deve integrar o caderno de encargos da empreitada.*

³⁰ MM93. Colocar em depósito credenciado pelo organismo de tutela os achados arqueológicos móveis encontrados no decurso da obra.

³¹ MM90. **Conservar in situ** (mesmo que de forma passiva) as ocorrências arqueológicas que forem reconhecidas durante o **acompanhamento arqueológico da obra**, tanto quanto possível, e em função do seu valor patrimonial, no caso de estruturas, de tal forma que não se degrade o seu estado de conservação atual ou salvaguardar pelo registo.

³² Programa de Monitorização (PMPC)

Em função do projeto de execução que vier a ser elaborado, devem ser desenvolvidos os seguintes programas de monitorização, tendo em conta o referido no EIA e as diretrizes a seguir elencadas.

(...)

6. Programa de Monitorização do Património Cultural (PMPC)

O Programa de Monitorização do Património Cultural deve conter os seguintes aspetos:

- *Objetivos concretos.*
- *Parâmetros de monitorização.*
- *Locais a monitorizar.*
- *Frequência das amostragens.*
- *Métodos de registo e de que forma devem ser apresentados e analisados os resultados, bem como as medidas necessárias adotar conforme os diferentes cenários, inclusive durante a fase de exploração.*

³³ EAR 28. Carta de Condicionantes à localização dos Estaleiros, manchas de empréstimo e depósito, com a **implantação dos elementos patrimoniais identificados**, a qual deve integrar o Plano de Acompanhamento Ambiental da Obra (PAAO); na fase obra a mesma deve ser facultada a cada empreiteiro.

Este plano incluirá o previsto no PSPC, designadamente as *normas e cuidados a ter no decurso dos trabalhos (...) incluindo os cuidados a ter com a gestão e proteção do património cultural referenciado* (MM33)³⁴.

Para a **fase de exploração**, o plano deverá prever:

- a atualização da carta de condicionantes no final da obra, com as ocorrências patrimoniais identificadas na fase de construção para servir de ferramenta, durante a fase de exploração, sempre que se verifique a necessidade de proceder a ações suscetíveis de impactar o património (MM112)³⁵.
- o acompanhamento arqueológico sempre que ocorram trabalhos de manutenção com impacto sub-solo e circulação de maquinaria pesada (MM113)³⁶.

6.3.2.6 Plano de Compensação e Valorização do Património Cultural (PCVPC)

O Plano de Compensação e Valorização do Património Cultural abrangerá, conforme preconizado na DIA³⁷:

- **plano de publicações** em que fique prevista a publicação dos trabalhos de minimização desenvolvidos (EAR4)³⁸ e a publicação das monografias produzidas (MM114)³⁹.
- um **programa de musealização** permita a divulgação dos principais resultados e exposição de achados arqueológicos, em **espaço público a construir ou reabilitar** (MM94), designadamente:
 - valorizando o Baluarte do Livramento (MM4)⁴⁰.

³⁴ MM33. *Realizar ações de formação e de sensibilização ambiental e patrimonial para os trabalhadores e encarregados envolvidos na execução das obras relativamente às ações suscetíveis de causar impactes ambientais e às medidas de minimização a implementar, designadamente **normas e cuidados a ter no decurso dos trabalhos (incluído no Plano de Acompanhamento Ambiental da Obra) incluindo os cuidados a ter com a gestão e proteção do património cultural referenciado.***

³⁵ MM112. *Fornecer aos empreiteiros e subempreiteiros a **Carta de Condicionantes atualizada** com a implantação de todos os elementos patrimoniais identificados, quer com os que se venham a identificar na fase de construção, sempre que se desenvolverem ações de manutenção ou outros trabalhos.*

³⁶ MM113. *Efetuar o acompanhamento arqueológico e cumprir as medidas de minimização previstas para a fase de construção, quando aplicáveis, sempre que ocorram trabalhos de manutenção na infraestrutura do Metropolitano de Lisboa, que envolvam alterações que obriguem a revolvimentos do subsolo, circulação de maquinaria e pessoal afeto, nomeadamente em áreas anteriormente não afetadas pela construção das infraestruturas (e que não foram alvo de intervenção).*

³⁷ EAR 4. *Plano de Compensação e Valorização do Património Cultural (PCVPC) que contemple um **programa para a criação de um espaço museológico** que permita albergar os principais achados (integrado no Projeto de Execução ou em espaço próprio), bem como um cronograma para a publicação monográfica dos trabalhos de minimização desenvolvidos. O PCVPC deve ser desenvolvido, em articulação com a DGPC, tendo por principal objetivo a valorização dos elementos patrimoniais com valor cultural mais significativo e diretamente afetados pelo projeto.*

³⁸ EAR 4. *Plano de Compensação e Valorização do Património Cultural (PCVPC) que contemple um programa para a criação de um espaço museológico que permita albergar os principais achados (integrado no Projeto de Execução ou em espaço próprio), bem como um cronograma para a **publicação monográfica dos trabalhos de minimização desenvolvidos.** O PCVPC deve ser desenvolvido, em articulação com a DGPC, tendo por principal objetivo a valorização dos elementos patrimoniais com valor cultural mais significativo e diretamente afetados pelo projeto.*

³⁹ MM114. *Publicar as monografias resultantes dos trabalhos patrimoniais.*

⁴⁰ MM4 - *Prever a preservação in situ das preexistências do Baluarte do Livramento, definindo um plano de reabilitação e valorização, face à intervenção para a construção do túnel e do viaduto de Alcântara.*

- valorizando os resultados obtidos com a intervenção arqueológica levada a cabo antes e durante a obra (MM94)⁴¹;

De acordo com a DIA (EAR4)⁴² este plano deverá ser *desenvolvido em articulação com a DGPC, tendo por principal objetivo a valorização dos elementos patrimoniais com valor cultural mais significativo e diretamente afetados pelo projeto*, devendo o projeto ser implementado no prazo de dois anos após o término da obra (MM29)⁴³. Com este plano pretende-se compensar os impactos residuais sobre o património cultural, aqueles que persistirão sejam quais forem as medidas a adotar, sobretudo porque naquilo que diz respeito ao património arqueológico, qualquer destruição é sempre irreversível e nunca anulada pela implementação da medida de salvaguarda pelo registo.

7 COMPOSIÇÃO DA EQUIPA

7.1 Estudos Ambientais

Para a revisão da componente de Património a incluir no RECAPE estão previstos os seguintes responsáveis: Teresa Silva (Coordenação da componente de Património do RECAPE e património arquitetónico e etnográfico), Helena Henriques Pinheiro (Património Arqueológico) e Nuno Pires (Paisagem Histórica Urbana).

7.2 Intervenção Arqueológica

Para a intervenção arqueológica estão previstos os seguintes diretores científicos: Nuno Pires, Helena Pinheiro, Rui Ribolhos e Luís Fernandes.

8 ESTADO ATUAL DOS CONHECIMENTOS E CARACTERIZAÇÃO SUMÁRIA DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO-ARQUEOLÓGICO DA ÁREA ENVOLVENTE

A freguesia de **Alcântara** deve a sua génese ao vale e ribeira com o mesmo nome, a qual percorre um troço com cerca de 10 km que se estendem desde a sua nascente na Falagueira (atual concelho da Amadora) até à foz no rio Tejo. A configuração do vale de Alcântara constitui um refúgio natural que oferece condições propícias ao desenvolvimento de atividades como a agricultura, a caça e a pesca, elementos que certamente teriam atraído a presença humana em tempos remotos. A estes elementos naturais acresce a riqueza geológica do vale, principalmente com a abundante presença de sílex que aflora entre os calcários de Alcântara, matéria prima por excelência para o desenvolvimento de ferramentas que caracterizam os períodos pré-históricos, com especial destaque para o Paleolítico Superior e Neolítico.

O **topónimo** remonta a uma palavra de origem árabe que significa *a ponte* (SILVA, 1942: 66). Sobre esta ponte, o ilustre olisipógrafo Augusto Vieira da Silva assume que teria sido

⁴¹ MM94. Implementar as propostas do Plano de Compensação e Valorização do Património Cultural (PCVPC) com vista à *valorização dos elementos patrimoniais ou dos resultados obtidos com os trabalhos arqueológicos nalguns dos espaços públicos a construir ou reabilitar em articulação com a DGPC.*

⁴² EAR 4. *Plano de Compensação e Valorização do Património Cultural (PCVPC) que contemple um programa para a criação de um espaço museológico que permita albergar os principais achados (integrado no Projeto de Execução ou em espaço próprio), bem como um cronograma para a publicação monográfica dos trabalhos de minimização desenvolvidos. O PCVPC deve ser desenvolvido, em articulação com a DGPC, tendo por principal objetivo a valorização dos elementos patrimoniais com valor cultural mais significativo e diretamente afetados pelo projeto.*

⁴³ MM99. *Executar, de acordo com o projeto de execução a ser aprovado pela DGPC, o espaço museológico para exibição pública dos principais achados arqueológicos, após a conclusão da obra, no prazo máximo de dois anos.*

primitivamente uma construção em madeira, mas que devido à existência das muitas pedreiras calcárias ao longo do vale de Alcântara seria provável que a ponte, desde tempos remotos, fosse dotada de cantaria. O mesmo autor questiona: “Seriam acaso os romanos, quando dominaram na península, os primeiros povos que se lembrariam de fazê-la de pedra, sólida e maciça, como era seu costume?” (SILVA, 1942: 66).

Esta proposta talvez fosse fundamentada pela descoberta de **vestígios romanos** não muito longe da ponte de Alcântara, tal como nos dá a conhecer o mesmo autor, recordando que à guarda do Museu Etnológico Dr. Leite de Vasconcelos, atual Museu Nacional de Arqueologia, se encontra uma pequena urna cinerária em mármore de Estremoz, a qual fora encontrada em 1846 em umas casas “perto do comêço inferior da Calçada da Ajuda” (SILVA, 1944: 78). Acrescenta ainda que “é esta lápide a mais distante de Olisipo, que, para o lado ocidental, foi encontrada dentro da área do actual município de Lisboa” (*ibidem*).

Ainda que esta associação não faça prova de uma ocupação local durante o domínio romano, ou nos permita associar a origem da ponte ao mesmo período, é comumente aceite como sendo certa a existência da ponte durante a **ocupação muçulmana** da região, entre os séculos VIII a XII. Podemos, no entanto, apontar para este período a origem do topónimo árabe *Al-quantãrã* que perdura até aos nossos dias na sua evolução linguística como Alcântara.

Apesar destes indícios, o que podemos constatar é a predominância de uma zona essencialmente rural e periférica à cidade de Lisboa até um período tardio, uma evidência encontrada ainda dentro do **reinado de D. Afonso III** (r. 1238-1279). As inquirições ao tempo deste monarca mostram que na região o povoamento permanecia disperso e fundamentalmente rural, tirando partido dos campos agrícolas, propícios à produção de cereal e vinha, pelas hortas que se alongavam nas margens da ribeira de Alcântara e pelos terrenos de solo fértil da aluvião do Tejo.

No reinado seguinte, em dezembro de 1298, **D. Dinis** (r. 1279-1325) promove o aforamento de uma propriedade localizada junto à ponte de Alcântara a favor de Afonso Miguéis e de Margarida Peres, sua mulher, moradores em Alcabideche, na condição de que aí construírem um engenho de moagem do qual deveriam entregar o terço do rendimento (SILVEIRA, 2017). Contudo, a concretização deste aforamento apenas viria a ocorrer com um novo contrato, datado de em julho de 1300, no qual o monarca concede nova carta de aforamento relativa às azenhas de Alcântara a favor de Francisco Domingues, tabelião em Lisboa (*ibidem*). Finalmente construído e operacional, este moinho de maré mantivera-se em atividade até 1760, aquando por ordem de Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês do Pombal, seu proprietário de então, ordenara a demolição desta estrutura e o aterro da caldeira que a ribeira fazia na sua foz, onde se retinham as águas que movimentavam a azenha.

Retomando o **século XIV**, Alcântara mantinha o seu perfil rural com as suas “vinhas e barrocaes que hi avia muitos” (CDF, cap. CXXXVII, p. 482), conforme descreve Fernão Lopes para o ano de 1381. Avançando para o **século XVI**, data de 1549 a construção da ermida de Santo Amaro por iniciativa dos frades da Ordem de Cristo, sobreposta a uma outra mais pequena que existia numa barroca a meia encosta voltada para o Tejo, junto do limite da Junqueira para o lado de Belém.

A partir deste período, a periferia de Lisboa junto à linha do Tejo tornara-se numa zona tradicional de implantação para novos conventos e mosteiros, cujo centro da cidade espartilhado pelo constante crescimento urbano não oferecia as condições necessárias à construção e dinâmica de funcionamento que este tipo de edifícios requeria.

Recuando um pouco ao período que antecedeu a dinastia filipina, foi justamente neste local que ocorreu a **Batalha de Alcântara a 25 de agosto de 1580**, entre apoiantes de Filipe II de Castela, coroado como Filipe I de Portugal, e apoiantes de D. António Prior do Crato (1531-1595), neto de D. Manuel I (r. 1495-1521). A batalha foi perdida pela facção portuguesa e abriu portas à

anexação da Coroa Castelhana que perdurara até 1640, aquando da *Restauração da Independência*.

Passado este conturbado período de domínio castelhano, a partir de 1645 a presença da Corte no local intensificara-se com a criação da Real Tapada de Alcântara, mais tarde conhecida como **Tapada da Ajuda**, o que viria a, simultaneamente, intensificar a construção de mais **quintas e palácios de famílias nobres**, tais como a residência do Conde Sabugosa, Conde da Ponte, Conde da Ribeira Grande, entre outros.



Figura 39 - Pormenor da Ponte de Alcântara, com três arcos sobre a ribeira e portal ao centro; com moinho mais acima na imagem e Capela de Santo Amaro do lado direito, no topo da colina.

Ao longo dos séculos XVII e XVIII a zona de Alcântara manteve-se predominantemente rural, contrastando com a densidade urbana do centro de Lisboa, sendo, aqui, ocupada maioritariamente por domínios conventuais e quintas de recreio. Esta ambiência, sentida com maior intensidade para poente da ribeira de Alcântara e próxima à margem do Tejo, encontra-se registada em um painel de azulejos de 1699 da autoria do pintor espanhol Gabriel del Barco, exposto no Museu Nacional do Azulejo, onde se mostra um panorama de Lisboa vista a partir do Tejo desde o seu extremo ocidental ao oriental.



Figura 40 - Pormenor do Panorama de Lisboa de Gabriel del Barco. 1- Ermida de Santo Amaro; 2- Convento das Flamengas; 3- Convento do Calvário, frente ao qual se encontra o Paço Real, do outro lado da rua; 4- moinho de maré; 5- ponte de Alcântara.

Entretanto, em Alcântara, o **terramoto de 1755** provocou uma considerável destruição das áreas ajardinadas junto à linha do Tejo, cujas águas invadiram por completo as suas margens, apesar do casario ter sofrido, na maioria dos casos, poucos danos. Este aspeto constitui o principal motivo da **transferência permanente da Corte para o Paço Real do Alto da Ajuda**, transformando os lugares de Alcântara e Belém num polo central e dinamizador da cidade, o que, inclusivamente, motivaria a ocupação permanente de muitos dos palácios que até então serviam apenas de veraneio.

Junto ao Tejo, a extensão outrora ajardinada tinha-se transformado num pantanal, parte do qual foi vendido ou aforado. Esta progressiva ocupação dos terrenos agora livres e parte das quintas da nobreza começa, após o terramoto, a ser ocupada por **estruturas fabris**, principalmente associadas à **produção têxtil e louça**.

No **século XIX** assistimos a profundas alterações na fisionomia local, principalmente nas faixas ribeirinhas do Tejo. Tinha-se iniciado o século da **industrialização**, da modernização e das grandes obras públicas. Com a reconstrução do centro lisboeta após o terramoto e uma densa ocupação populacional no centro da cidade, o espaço para remodelar e ampliar a indústria era diminuto. Também o facto das novas fábricas, muitas delas convertendo os seus engenhos em maquinaria automática, exigirem espaços de maior dimensão, quer para a produção como para armazenamento e facilidade de acesso às vias de comunicação, fluviais e rodoviárias, foi determinante para a expansão industrial verificada nas áreas periféricas de Lisboa. As margens do Tejo sofreram uma ocupação maciça com a expansão industrial, tal como se verificou em Xabregas, Beato e Marvila, na vertente oriental da cidade, e para Santos, Alcântara e Belém na vertente ocidental. É neste período que se promovem e projetam os **grandes aterros** que visam entulhar as praias ribeirinhas e conquistar terra firme ao Tejo, justamente para favorecer a indústria e as vias de comunicação.

Em Alcântara assistimos ao **entulhamento da bacia da foz da ribeira de Alcântara**, desde finais do século XVIII, e posteriormente nas margens do Tejo com os aterros para **construção da linha férrea de Lisboa a Cascais, do novo Porto de Lisboa e das rodovias** que viriam a constituir a estrada marginal, principalmente a partir da segunda metade do século XIX. Porém, a principal fonte dinamizadora da indústria de Alcântara viria a ser a **reestruturação do Porto de Lisboa**, o

qual estaria concluído em 1890, e cujos novos aterros tinham já oferecido espaço nobre para a implantação de mais fábricas (PISTOLA, 2009: 30).

O **novo porto** torna-se na principal via para a importação de matéria prima e combustível, sobretudo carvão vindo de Inglaterra, e para o escoamento da produção. Alcântara oferecia, desta forma, o espaço e os recursos necessários ao crescimento industrial e com ele um novo crescimento urbano, principalmente com a proliferação de bairros operários. No que respeita a recursos naturais, intensificou-se a exploração das pedreiras calcárias e fornos de cal do vale de Alcântara, assim como o curso da própria ribeira, a qual oferecia água limpa e abundante para servir a indústria têxtil.

Alcântara acolhe o processo da moderna industrialização, em especial o sector dos têxteis, tinturarias, curtumes, estampas, fundição, moagem, entre outros. O bairro reverte o seu urbanismo de cariz nobre e senhorial em um carácter mais popular, incorporado pela construção de habitação modesta destinada aos trabalhadores das dezenas de fábricas em laboração. Com um **crescimento populacional** na ordem dos 59,4% entre 1801 e 1864, este número subiu para 123,5% até à passagem para o século XX (PISTOLA, 2009: 48), valores que ilustram o abrupto crescimento da freguesia.

As antigas quintas e conventos são agora abafados pelas fábricas e bairros que dominam a silhueta de Alcântara, ocupando a maioria dos seus espaços outrora reservados às atividades recreativas e de veraneio. Ao longo da primeira metade do século XX o bairro deixara de ser periférico, perdera o perfil rural e conquista a categoria de freguesia de Lisboa e espaço citadino da capital, ainda que vocacionado para a indústria. Esta dinâmica industrial ainda se encontra bem marcada na arquitetura de Alcântara, ainda que a maioria das suas fábricas tenham cessado atividade ao longo da segunda metade do século XX, muitas sucumbindo a uma concorrência estrangeira extremamente competitiva, outras vencidas pela pressão urbana carente de espaços residenciais próximos ao centro de Lisboa, vendo as suas instalações transferidas para áreas mais distantes, e menos densas, da capital.

A história da freguesia da **Estrela** decorre de forma semelhante à de Alcântara. Também situada numa zona ribeirinha, zona de arrabalde da cidade cuja ocupação foi, até finais da época moderna, predominantemente rural e marcada pela presença de mosteiros, conventos e palácios.

Desde o século XVI que o Bairro da Madragoa, a sudoeste do convento da Esperança, e o Bairro Alto, a este, vinham sendo ocupados, principalmente por habitantes cujas atividades de subsistência se ligavam ao rio e às atividades marítimas. Insere-se numa zona ribeirinha que, desde épocas remotas, reunia condições excelentes para a entrada e saída de produtos comerciais, como o atestam os vestígios arqueológicos de estruturas portuárias, que têm vindo a ser descobertos, de diferentes cronologias, remontando os mais antigos à época romana. Com a expansão comercial ultramarina este foi um local de eleição, não só para a construção naval como também para a residência de todos aqueles cujas vidas se ligavam ao Tejo e ao Atlântico. A partir desta altura, sobretudo no século XVI, encontramos instalados nesta área (continuando pela freguesia da Misericórdia) diversos estaleiros de construção naval, cujos vestígios nos surgem no registo arqueológico, materializados quer nas áreas de ancoradouro e cais, como nos próprios aterros efetuados para a sua construção. A par das atividades relacionadas com a construção naval e o comércio, encontramos ainda instaladas na área algumas indústrias de produção oleira, moagem, vidro e sabão, das quais com frequência se recupera espólio no âmbito das intervenções arqueológicas. O grande desenvolvimento que se observa nesta área de Lisboa a partir do século XVI encontra-se ainda intimamente ligado à instalação do Paço Real de Santos que, em conjunto com o Paço da Ribeira, polarizam definitivamente a cidade para o

rio, alargando a estrutura urbana a arrabaldes até aí ocupados praticamente apenas por ordens religiosas.

O terramoto de 1755 não provoca grandes danos nesta zona, registando-se apenas alguns estragos, mas impulsiona um verdadeiro desenvolvimento, com o reordenamento urbanístico e a abertura e reestruturação de vias. O crescente influxo populacional levou, por sua vez, à multiplicação de telheiros e barracões na praia de Santos, que ladeavam com cascos abandonados, conduzindo inevitavelmente ao avanço gradual sobre o rio e à progressiva degradação da orla ribeirinha.

A zona sul foi aterrada no denominado Aterro ou Aterro da Boavista que conquistou terreno a área antes ocupadas por praias e pântanos, pondo termo a graves problemas de insalubridade, criando melhores condições para as estruturas portuárias, instalação de unidades fabris e armazéns e instalação de redes viárias e ferrovia junto ao rio.

Entre 1875 e 1880 é construído o primeiro quarteirão sobre o aterro, em frente ao atual Largo Vitorino Damásio e, em 1873, é inaugurada a primeira linha do “Americano”, que ligava Santa Apolónia ao fim da atual Avenida 24 de Julho, passando por Santos e Boavista (DIAS 1990, p. 112). Em 1879 é inaugurada a Avenida D. Carlos I e o primeiro veículo sobre carris passa pela Boavista em 1901. A progressiva industrialização desta zona veio a substituir a quase exclusividade das atividades profissionais ligadas ao rio e ao mar, pelo operariado das novas unidades fabris, conduzindo ao término das antigas atividades, como a construção naval, que se mantém apenas até 1885.

No final do século XIX, a cidade de Lisboa estava em plena expansão, em consequência do crescimento demográfico, da industrialização e das migrações para as cidades. Os seus habitantes multiplicavam-se, faltavam habitações para uma população em crescimento, urgia construir edifícios residenciais e criar vias de circulação mais fluidas. Inicia-se um denso processo de urbanização destas áreas da cidade onde surgem cada vez mais edifícios de rendimento, para habitação de várias famílias.

A área que atualmente compreende a freguesia de **Campolide** encontra-se intimamente ligada ao vale de Alcântara. Este vale estende-se ao longo do percurso final da ribeira de Alcântara, cuja nascente se localiza na Falagueira (concelho da Amadora), desde a zona de Campolide até alcançar a linha do Tejo.

A ocupação do vale de Alcântara, e zonas periféricas, remonta à **Pré-história** considerando que a sua configuração constitui um refúgio natural que oferece condições propícias ao desenvolvimento de atividades como a caça e a pesca e, posteriormente, a agricultura. Dentro da freguesia de Campolide, na sua vertente voltada para o vale de Alcântara, foram identificados, a título de exemplo, à superfície vestígios que remontam ao Paleolítico (CNS 18775); manchas de ocupação do mesmo período (CNS 18773); uma galeria coberta Neocalcolítica (CNS 6834), assim como, do lado contrário do vale no mesmo alinhamento, vestígios do Paleolítico Inferior (CNS 18772); uma oficina de talhe Paleolítica e Neocalcolítica (CNS 11801) e vestígios de superfície do Paleolítico e Neolítico (CNS 18782).

Entre as várias estações arqueológicas referenciadas, encontramos na área de Campolide a presença humana desde o Paleolítico (Alto da Serafina, Calçada dos Mestres, Casal do Sola, Terras do Pita, Santana, Rabicha) ao Neolítico e Calcolítico (Sete Moinhos, Vila Pouca), a maioria atualmente destruída e o seu espólio disperso pelos museus: Nacional de Arqueologia, Serviços Geológicos, e Museu da Cidade. Destaca-se a descoberta de duas galerias para exploração de sílex no decorrer da construção do túnel do Rossio (do lado de Campolide chamado da Rabicha). A abundância de calcário em Campolide e vale de Alcântara motivou a exploração e talhe de sílex em períodos bastante recuados.

A ocupação de Campolide, inserida nos arrabaldes ocidentais de Lisboa, prolongara-se por épocas posteriores, tais como os períodos de domínio romano e árabe. A este último é atribuída a origem do topónimo Campolide, que significa “campo de Olide”, sendo *Olide* nome árabe de homem, referenciado na documentação medieval desde o século IX. Ainda sobre o topónimo de Campolide, já o ilustre olisipógrafo Norberto de Araújo, nos seus volumes das *Peregrinações em Lisboa*, recorda-nos que em 1147 o cruzado Osberto⁴⁴ se referia à zona de Santos por “Campolet” ou “Campolit”.

Ao longo do **período medieval** toda esta zona marcada pelo percurso da ribeira de Alcântara mantinha um perfil maioritariamente rural dedicado, essencialmente, à exploração agrícola e piscícola, cujas práticas se mantiveram até um período tardio. Esta evidência é encontrada na documentação para o reinado de D. Afonso II (r. 1211-1223), através da referência a “duas vínas in Campolide”, assim como no reinado de D. Afonso III (r. 1238-1279), cujas inquirições mostram que na mesma região o povoamento permanecia disperso e fundamentalmente rural, tirando partido dos campos agrícolas e hortas que se disseminavam pelas margens da ribeira de Alcântara, propícios à produção de cereal e vinha, e pelos terrenos de solo fértil da aluvião do Tejo. Um outro documento datado de 1340 refere-se à “vinha de D. Fernando em Campolide”.

No século XIII uma grande parcela do território que atualmente constitui a freguesia de Campolide era pertença da Ordem Militar dos Hospitalários (posterior Ordem de Malta), a qual manteve a propriedade até ao século XVIII.

Outra atividade importante que se desenvolvera no local foi a extração de pedra, referida desde o século XV para esta área, onde ainda atualmente se conservam vestígios das antigas pedreiras, nomeadamente para a extração de calcário e produção cal.

Campolide era ainda um enorme descampado com escassos moradores, tendo sido uma zona **fortificada a partir do século XVII**, durante a *Guerra da Restauração*, acabando por ser integrado no sistema de fortificações defensivas da cidade. **Em 1651 começaram a construir-se baluartes desde o Livramento tendo, depois dessa data, sido construídos os de Campolide (um na Cascalheira, outro perto da Ribeira de Alcântara), e os da Atalaia e Palhavã.**

Em **finais do século XVII e inícios do XVIII** começaram a surgir novas quintas, propriedades de nobres e Ordens Religiosas. Contudo, o grande proprietário em Campolide era, neste período, o conde de Oeiras Sebastião José de Carvalho e Melo, mais conhecido como Marquês de Pombal, detentor de propriedades desde a Cruz das Almas até à Ribeira de Alcântara. Era dono de casas, terras, olivais, pedreiras, fomos de cal, moinhos e azenhas.

Simultaneamente, o acentuado crescimento populacional da cidade de Lisboa carecia de novos meios para abastecimento de água. Assim, **em 1728** o procurador da cidade, Claudio Gorgel do Amaral, propõe a construção de um aqueduto para garantir o abastecimento de água a Lisboa, tendo sido emitido um decreto de D. João V (r. 1706-1750), no mesmo ano, ordenando uma consulta à Câmara relativa à proposta de condução da Água Livre à cidade de Lisboa. A 12 maio de **1731** seria decretado o alvará régio que ordenou o início da obra do **Aqueduto das Águas Livres**, especificando que esta se fizesse através das terras, fazendas, moinhos etc., sem qualquer impedimento e independentemente da condição dos seus proprietários.

O aqueduto seria construído entre 1732 e 1748, atravessando o vale da ribeira de Alcântara de Monsanto para Campolide com recurso a uma icónica estrutura composta por imponentes arcos. O gigantesco empreendimento veio alterar profundamente a paisagem, pois ao mobilizar numerosa mão-de-obra muitos dos trabalhadores acabariam por se fixar em Campolide, na

⁴⁴ Fonte documental que corresponde à carta escrita por um cruzado britânica a Osberto descrevendo os principais acontecimentos ocorridos na tomada de Lisboa por parte dos Cristãos aos Muçulmanos, em apoio ao rei Afonso I. Para uma leitura detalhada recomenda-se a obra *A conquista de Lisboa aos Mouros: relato de um Cruzado* de Aires do Nascimento.

chamada Encosta de Campolide, nascendo então o que passou a ser o Bairro da Liberdade com vista em acolher os milhares de operários do Aqueduto. Ainda relacionado com esta empreitada foram abertos caminhos e estradas que condicionaram a organização do espaço urbano nesta zona.

Em meados do século XVIII já se notava o crescimento urbano de Campolide com dois núcleos de povoamento mais concentrados: um junto à Quinta de Estêvão Pinto (Campolide de Baixo) e outro na Cruz das Almas (Campolide de Cima); e um povoamento disperso ao longo do caminho que é hoje a Rua de Campolide, assim como uma estrada para S. Sebastião, sem correspondência com as atuais artérias.

O **terramoto de 1755** pouco estrago provocou em Campolide, não afetando a monumental estrutura do aqueduto. A segurança do lugar motivou Manuel da Maia a propor ao rei D. José I (r. 1750-1777) a construção de um palácio real em S. João dos Bem Casados, perto da Rua das Amoreiras.

No século XIX esta zona foi cenário de violentos combates entre as tropas absolutistas e os liberais entrincheirados nos redutos de Campolide, Atalaia e Palhavã, este último o único de que restam vestígios (perto da Escola Marquesa de Alorna). Em 1852, com a construção da Estrada da Circunvalação, uma parte de Campolide ficou dentro dos limites da cidade (intramuros) e outra fora de portas (extramuros), assim se mantendo até às delimitações de 1885 e 1922.

No ano de 1889 os terrenos que pertenciam às quintas do Marquês do Pombal, na zona que deu nome à Calçada da Quintinha, foram parcelados e vendidos em lotes a preços acessíveis. Parte do desenvolvimento urbano processara-se a partir destes novos lotes e da abertura de novas ruas, como seria o caso da Rua Particular N.º 2, no mesmo local onde surgiram três Vilas Operárias: Vila Amarante; Vila Cabaço e Vila Maia. A área urbana envolvente seria consolidada no ano de 1950, motivando novas ocupações, como é o caso dos bairros de habitação social que proliferaram nas zonas inferiores da encosta nascente do vale de Alcântara.

A freguesia de **Santo António**, originalmente designada como São José de Entre as Hortas, foi criada em 1567 por desanexação da freguesia de Santa Justa, constituída paróquia por ordem do Cardeal D. Henrique.

O topónimo advém de uma ermida do século XVI erguida no local, dedicada a São José. Foi justamente entre as quintas, hortas e olivais que existiam neste arrabalde norte de Lisboa, que os oficiais de pedreiro e carpinteiro fundaram uma ermida conhecida então como de S. José entre as Hortas, ou S. José dos Carpinteiros. Após o terramoto de 1755 o templo foi reconstruído e a sua memória se manteve-se através de uma inscrição e uma data: 1757. A obra de restauro ficou a dever-se a Caetano Tomás.

Nas suas proximidades, neste caso no Largo da Anunciada, encontrava-se instalado desde 1539 o Convento da Anunciada das religiosas dominicanas, edificado no local onde existia o Convento dos Frades Agostinhos Descalços de Santo Antão. Segundo Norberto de Araújo, o Convento da Anunciada “muito ligado à nobreza”, tivera sido dos mais importantes de Lisboa “pela austeridade de que gozava fama e pelo bom-nome das suas religiosas, algumas delas escritoras e artistas”. O terramoto não poupou o cenóbio e as religiosas mudaram-se para Santa Joana. No local foi construída a Igreja Paroquial de São José.

A partir do século XX a actual freguesia de Santo António, assim como as áreas circundantes, foram-se modernizando através de remodelações e recuperações de espaços devolutos em espaços requalificados para habitação e/ou comércio.

Relativamente à freguesia de **Avenidas Novas** trata-se de uma área da cidade que, até ao início do século XX, seria ocupada por quintas e campos que contribuía para o abastecimento da população de Lisboa. Na primeira metade do século foram projetadas para esta zona as

designadas “Avenidas Novas”, que viriam a conferir a Lisboa uma área urbana exponencialmente maior.

Em finais do século XIX, o Mercado Geral de Gados é um dos maiores equipamentos edificados na área entre a Avenida António Maria de Avellar (atual Avenida 5 de Outubro) e Avenida Ressano Garcia (atual Avenida da República). Este conjunto foi construído em 1888 e os seus terrenos viriam a ser ocupados posteriormente pela Feira Popular, entre 1943 e 2003.

A abertura da Avenida 28 de Maio (atual Avenida das Forças Armadas), inaugurada em 1951, surge integrada na urbanização de toda a zona da Cidade Universitária, que decorre a partir de 1950.

9 DOCUMENTAÇÃO E BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA

9.1 Documentação

APA [Agência Portuguesa do Ambiente]

- Processo AIA 3462. Em linha, consultado a 2/6/2024. Disponível em:

<https://siaia.apambiente.pt/AIA1.aspx?ID=3462>

EIA

- Estudo de Impacte Ambiental do Prolongamento da Linha Vermelha entre São Sebastião e Alcântara do Metropolitano de Lisboa Estudo Prévio **Aditamento, 4 de abril de 2022**

Estudo Prévio

Metro de Lisboa - Linha Vermelha Entre São Sebastião e Alcântara, Empreitada de Conceção e Construção do Prolongamento da Linha, Tomo I – Apresentação do Projeto - Estudo Prévio. Volume 1 - Apresentação do Projeto, Memória Descritiva e Justificativa. Documento Elaborado por Rui Rodrigues e Afonso Guerreiro, Atualizado Em 2023-06-23

9.2 Bibliografia

ARAÚJO, Norberto de, *Peregrinações de Lisboa*, XII vols., Veja, Lisboa, 1992.

ATAÍDE, M. Maia, *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa*, Lisboa, 1988.

BRITO, José Joaquim Gomes de, *Ruas de Lisboa. Notas para a História das Vias Públicas Lisbonenses*, vol. II, Sá da Costa, Lisboa, 1935.

COSTA, Mário, “O Sítio de Santo Amaro”, in *Olisipo*, N.º 78, Grupo Amigos de Lisboa, Lisboa, 1957, pp. 59-89

DIAS, M. T. , *Lisboa desaparecida*. Vols. II e III. Lisboa: Quimera, 1990.

FRANÇA, José-Augusto, *A Reconstrução de Lisboa e a Arquitectura Pombalina*, Lisboa, 1978.

FREIRE, João Paulo, *Alcântara, apontamentos para uma monografia*, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1929.

FREIRE, João Paulo, *Alcântara, apontamentos para uma monografia*, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1929.

FREITAS, Jordão, “Paço Real de Alcântara, Sua localização - Elementos para a sua história desde o domínio filipino”, in *Olisipo*, N.º 36, outubro, Grupo Amigos de Lisboa, Lisboa, 1946, pp. 177-200.

HARRIS, Edward C., *Princípios de Estratigrafia Arqueológica*, Editorial Crítica, Barcelona, 1991.

MACEDO, Luís Pastor, *Lisboa de Lés-a-Lés. Subsídios para a história das vias públicas da cidade*, 5 vols., Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1942.

MOITA, Irisalva (coord.), *O Livro de Lisboa*, Livros Horizonte, Lisboa, 1994.

OLIVEIRA, Cristóvão Rodrigues de, *Sumario e[m] que breuemente se contem algumas cousas assi ecclesiasticas como seculares que ha na cidade de Lisboa*, Casa de Germão Galharde, 1554.

OLIVEIRA, Eduardo Freire de, *Elementos para a história do Município de Lisboa*, Tomo IX, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1943.

OLIVEIRA, Nicolau d', *Livro das Grandezas de Lisboa*, Impressão Régia, Lisboa, 1804.

PISTOLA, Renato José B. J. da Silva, *Alcântara, a evolução industrial de meados do século XIX ao final da I.ª República*, Dissertação de Mestrado em História apresentada à Universidade Nova de Lisboa da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas em Fevereiro de 2009.

RATTON, Jacome, *Recordações de Jacome Ratton sobre ocorrências do seu tempo de Maio de 1747 a Setembro de 1810*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1920.

SA, "Relaçam em que se trata e faz hua breve descrição dos arredores mais chegados à Cidade de Lisboa & seus arrebalde, das partes notaveis, Igrejas, Hermidas, & Conventos que tem, começando logo da barra, vindo corredo por toda a praya até Enxobregas, & dahi pella parte de cima até Saõ Bento o novo", SILVA, A. Vieira (nota explicativa), in *Anais das Bibliotecas, Arquivo e Museus Municipais*, n.º 11, Câmara Municipal de Lisboa, 1934, pp. 16-33.

SANTANA, Francisco (Recolha e Índices), *Lisboa na 2ª metade do séc. XVIII: (plantas e descrições das suas freguesias)*, E.N.P. Anuário Comercial de Portugal, Lisboa, s.d.

SANTANA, Francisco; SUCENA, Eduardo, *Dicionário da História de Lisboa*, Carlos Quintas & Associados - Consultores, Lda., Lisboa, 1994.

SILVA, A. Vieira da, "A Ponte de Alcântara e suas circunvizinhanças", in *Olisipo*, N.º 18, Grupo Amigos de Lisboa, Lisboa, 1942, pp. 63-95.

SILVA, A. Vieira da, *Epigrafia de Olisipo (Subsídios para a História da Lisboa Romana)*, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1944.

SILVA, Augusto Vieira da, *As freguesias de Lisboa (estudo histórico)*, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1943.

SILVEIRA, Ana Cláudia Oliveira, "Alcântara: um moinho de maré medieval no termo de Lisboa (séculos XIII a XVIII)", in *Cadernos do Arquivo Municipal*, Vol. 2, N.º 8, Lisboa, dez. 2017, versão online ISSN 2183-3176: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2183-31762017000200005

9.3 Consulta On-line

DGPC [Direção Geral do Património Cultural]

- Atlas do Património Classificado:

https://geo.patrimoniocultural.pt/flexviewers/Atlas_Patrimonio/default.htm

- Portal do Arqueólogo: Geoportal

<https://www.arcgis.com/apps/webappviewer/index.html?id=5cb4735d7d7743a39a16d7269a753a4a>

- SIPA - Sistema de Informação para o Património Arquitetónico

http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/Default.aspx

AML [Arquivo Municipal de Lisboa]

<https://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/X-arqWEB/>

CML [Câmara Municipal de Lisboa]

- Lisboa Interativa

<http://lxi.cm-lisboa.pt/lxi/>

JFC [Junta de Freguesia de Campolide]

<https://www.jf-campolide.pt/>

ANEXO 2
ESTUDOS HISTÓRICO-ARQUEOLÓGICOS
APÊNDICE DOCUMENTAL – BALUARTE DO LIVRAMENTO

DATA DO DOCUMENTO

Reinado 18. Filipe I, 1580-1598

Século 16 Ano 1580 Mês Dia

DATA A QUE SE REPORTA

Reinado Doc. Nº 01

Século Ano

Identificação

Portraict du site et ordre de La bataille donnee entre Le sr. don Antonio nommé roy de portugal et Le duc dalbe Lieutenant et capp.ne general du Roy cath. Don philippe 2º deuant Lisbonne par mer et par terre en un mesme jour Le 25. d' aoust 1580. -[1580?]. - Plano de batalha : manuscrito, pena a sépia e aguadas a sépia e bistre sobre papel ; 44x58 cm, colado em suporte de cartão prensado: 49,4x64 cm

Local de Depósito / Cota / Código de Referência

BND, Cota do exemplar digitalizado: D. 319 A. Disponível em: <https://purl.pt/1237>

Edição Impressa

Observações

Plano de batalha, desenho a lápis sépia e lavagens sépia e bistre sobre papel existente na Biblioteca Nacional de Portugal. "Vista panorâmica de Monsanto, centrada na margem do rio Alcântara, desde o antigo convento de São Vicente de Fora (?) até à Torre de Belém, representando o Batalhão de Alcântara, entre Portugal (com tropas sob o comando de D. António Prior do Crato, aclamado Rei de Portugal), em Espanha (com tropas sob o comando do Duque de Alba, representando Filipe II, Rei de Espanha), em 25 de agosto de 1580" (Informação associada ao registo da Biblioteca Nacional).

É primeira representação gráfica conhecida do lugar em estudo. É uma vista captada a partir do norte, com o rio ao fundo, pejado de embarcações intituladas como "galeras de Sua Magestade". Em terra, no conjunto da imagem, sobressai a ondulação da topografia natural e a existência de poucas e pequenas construções neste território. Entre as pequenas elevações, serpenteia uma pequena ribeira, legendada como "Riacho Alcantara" que, antes de desaguar no Tejo, passa por uma ponte onde são visíveis três arcos – "Ponte de Alcantara" – e, logo adiante, por uma pequena construção legendada como "moinho".

A este da ponte, do lado esquerdo da imagem, encontra-se representada a elevação natural onde, anos mais tarde, se construiria o Baluarte do Livramento. Observa-se, nesta posição (no local onde também se pode ler "Portugueses"), que existem homens armados e quatro canhões voltados para a margem oposta da ribeira, mas não se descortinam quaisquer estruturas defensivas. Mesmo em frente, na margem oposta, nove canhões dispõem-se em primeira linha, e uma extensa companhia de homens apeados e a cavalo estende-se por ambas as margens.

Vue de la ville et ordre de la bataille donnée entre les Portugais et le Duc d'Albe Lieutenant et capitaine general du Roy cath. Don Philippe II. devant Lisbonne par mer et par terre en un mesme jour Le 23. d'Avril 1580.



Palmeira e Logua de Alca

Almaia

Armada de S. Antonio

Galvez de S. Maria

S. Ilse

S. Pedro de S. Antonio

Cast. S. Paulo

Arrabal de S. Catalina

Cast. S. Antonio

Cast. S. Pedro

Cast. S. Antonio

Cast. S. Antonio

Campo de S. Antonio

Cast. S. Antonio

DATA DO DOCUMENTO

Reinado 19. Filipe II, 1598-1621

Século 17 Ano 1607-1617 Mês Dia

DATA A QUE SE REPORTA

Reinado Doc. Nº 02

Século Ano

Identificação

TERSIO, Felipe - Folio 80 da *Descrição e plantas da costa, dos castelos e fortalezas, desde o reino do Algarve até Cascais, da ilha Terceira, da praça de Mazagão, da ilha de Santa Helena, da fortaleza da Ponta do Palmar na entrada do rio de Goa, da cidade de Argel e de Larach,*

Local de Depósito / Cota / Código de Referência

ANTT, PT/TT/CCDV/29, Fls.79-80. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=3908671>

Edição Impressa

Observações

Documento integrado numa obra depositada no ANTT, cuja informação associada data de 1607 a 1617. Trata-se de uma planta existente numa obra sobre os castelos e fortalezas de Portugal, folio 80, da autoria de Felipe Tersio, desenhada entre 1607 e 1617, onde se encontram representadas as muralhas de Lisboa (A), o sítio de Alcântara (B) e, entre estas duas, uma ribeira com sua ponte, naturalmente correspondentes à ribeira e respetiva ponte de Alcântara, junto à qual não se representa qualquer estrutura defensiva.

A seguinte Tráca hé a Descripção do Rio de Lisboa
Feitto por Felippe tersio em tempo dos Sors Governadores ~

A, Cidade de Lisboa ~

B, Alcantara ~

C, Mosteiro de Belem ~

D, Torre de Belem ~

E, forte de Sam João ~

F, Most. de S. Antonio ~

G, Villa de Cascais ~

H, Os Cachipos ~

I, Cabena segra ~

L forte que se fes em Cabena segra de mad.
em tempo dos Sors Governadores ~

M, Aldea galega ~

N, O Barreiro ~

O, Coima ~

P, Castello dalmida ~

Q, Torre velha ~

R, forte da tra faria que se fes em tempo dos
Sors Governadores ~

S, Cabo despichel ~

T, Sezimbra ~

V, forte de Ancua ~

X, Torre de Outao ~

Z, Setubal ~

n^o 2 forte q propunha felippe
tersio se fizem de nouo ~

n. 3 Palmella ~





DATA DO DOCUMENTO

Reinado 19. Filipe II, 1598-1621 / 20. Filipe III,

Século 17 Ano 1619-25 Mês Dia

DATA A QUE SE REPORTA

Reinado Doc. Nº 03

Século Ano

Identificação

Planta do sítio de Alcântara, c.1619/1625,

Local de Depósito / Cota / Código de Referência

Museu de Lisboa, Coleção do Museu de Lisboa | CML | EGEAC, MC.DES.1779

Edição Impressa

SILVA, 1942: 77

Observações

Planta publicada em 1942 por Augusto Vieira da Silva, no seu artigo “A Ponte de Alcântara e suas circunvizinhanças: notícia histórica” que pertenceria à sua coleção particular e cuja data e autor seriam desconhecidos mas cuja datação poderá situar-se entre 1619-1625. Mais uma vez, chamamos a atenção para a inexistência de qualquer representação de estruturas defensivas junto à Ponte de Alcântara. O local do futuro baluarte situar-se-ia à direita na imagem, onde se veem representadas árvores sobre uma elevação sobranceira à ponte.

É curioso notar que, a este e oeste da ponte, surgem já alinhamentos de casas junto à estrada e a formação de quarteirões, a oeste da ponte. Vieira da Silva detém-se na análise deste desenho sendo de destacar:

- o carácter fantasioso do desenho quando representa a ponte com dez arcos (SILVA, 1942: 73-74) e que nos obriga a relativizar a fiabilidade da informação que podemos retirar da imagem.
- a identificação do moinho de maré outrora existente em frente à ponte, em primeiro plano na figura abaixo (SILVA, 1942: 77);
- à esquerda da caldeira deste moinho uma propriedade murada interpretada como sendo “uma casa nobre ou palácio”, que, segundo as vagas indicações que se encontram nos livros, devia ser a do Aposentador-Mor Lourenço de Sousa: “quinta nobre que fica sobre a ribeira de Alcântara, da estrada para o mar”. (SILVA, 1942: 78).



DATA DO DOCUMENTO

Reinado 20. Filipe III, 1621-1640

Século 17 Ano 1620 Mês Dia

DATA A QUE SE REPORTA

Reinado Doc. Nº 04

Século Ano

Identificação

OLIVEIRA, Nicolau de - *Livro das grandezas de Lisboa. Composto pelo Padre Frey Nicolao d'Oliveyra Religioso da Orde[m] da Sãctissima Trindade, & natural da mesma Cidade. Dirigido a D. Pedro d.Alcaçova Alcaide-mór das tres Villas*, Impresso em Lisboa : por Jorge Rodriguez, 1620, Cap. IV, p.117

Local de Depósito / Cota / Código de Referência

Biblioteca Nacional, Reservados, Cota: RES. 531//1 P.

Disponível em:

- Biblioteca Digital Hispânica em: <https://bdh-rd.bne.es/viewer.vm?id=0000076594&page=1>

- Google Books em: <https://books.google.pt/books?id=at4rtCgU1POC&printsec=frontcover&hl=pt-pt#v=onepage&q&f=false>

Edição Impressa

OLIVEIRA 1620: 117

Observações

Descrição de Alcântara no Livro das Grandezas de Lisboa, publicado em 1620, da autoria do Padre Frey Nicolao d'Oliveyra, onde não se refere a existência de qualquer estrutura fortificada em Alcântara. "fresca Ribeira de Alcântara, povoada de algumas quintas e hortas com muitas fontes; das quais saem abundantes águas. em que se lava a maior parte da roupa da cidade"

LIVRO DAS
GRANDEZAS
DE LISBOA.

COMPOSTO PELO PADRE
FREY NICOLAO D'OLIVEYRA
Religioso da Ordē da Sãctissima Trindade,
& natural da mesma Cidade.

* * 33854

DIRIGIDO A D. PEDRO D'ALCACOFA
Alcayde mor das tres Villas, Campo mayor,
Ouguela, & Idanha a noua, &
Comendador das
Idanhas.

De la Libreria del coll. de D. Pedro de Alcafofa
de M.

*



*



Com todas as Licenças necessarias

IMPRESSO EM LISBOA
por Jorge Rodriguez. Año 1620.

TRATADO QVINTO DO
CAPITVLO QVARTO.

Das entradas desta Cidade da parte do Occidente, Norte, & Meodia.

SA indo da Igreja da Misericordia pera a parte do Sul se dà em hũa praça muy a praziuel, que tem de comprido seiscentos & vinte passos, & de largo duzētos, a qual da parte do Meodia a vay cercando o Rio, & dà parte do Oriente o terreiro do trigo com Alfandega, & Contos, da parte do Norte muy grandes, altos, & nobres edifícios, & da parte do Occidente os Paços Reais com hum grande, & alto forte de obra noua, & muy vistosa, em cujos muros bate o mar em maré cheia. Iunto a este forte està a caza da India, que no tempo dos Reys antigos seruia de almazens d'armas, & he obra muy grande, forte, & custosa, & nas costas desta caza ficão agora os Almazens das armas, dos quais, & da Ribeira das naos fica dito acima. E como este sitio fica no meo da cidade vindose a elle da parte do Occidente, a primeira couza, com que se encõtra (ou se venha por mar, ou por terra) he a fermosa quinta do Prouedor d'Alfandega, ficã-dolhe quasi fronteira a do Conde d'Atalaya, as quais, ficando no meo dellas a estrada, saõ como duas balizas do fim desta Cidade daq̃lla

parte

parte Occidental, & em pouco espaço se chega ao grande, & sumptuoso mosteiro de Belê, que pella fermozura de seu edificio; & vizinhãça do mar, & terra firme, que lhe fica defronte, faz o sítio, & caminho muy delectoso, sendo hum seco areal, que poderà ter cem passos do mar té o mesmo mosteiro. E passando daquy se entra em o lugar, q̄ por respeito do mosterio conferua o mesmo nome de Belem; & vindo entre o mesmo Rio, & rendosíssimas quintas se vem a dar na muy fresca Ribeira d'Alcantara pouoada de algũas quintas, & hortas com muitas fontes, de que saem abundatíssimas agoas, em que se lava a mayor parte da roupa da Cidade.

¶ Daquy se vem entrãdo pera a Cidade por hũa muy apraziuel entrada, & tanto que por excellencia se chama a boa vista, ficando da parte direita o Rio com muitas embarcações de muy grandes Naos, Galeões, Nauios mais piquenos de todo o commercio, & conquista com suas Galces, ficando logo alem do Rio a muy apraziuel costa, que corre de Cacilhas té a Trafaria, que tem hũa legoa de comprido, toda occupada de pomares, vinhas, quintas, & terras de pão, passando quem sae da Cidade com a vista a ver toda abarra, & da parte esquerda vindo pera a Cidade, tudo quanto se pode alcançar com a vista he muita, muy nobre, & sump-

tuosa

DATA DO DOCUMENTO

Reinado 20. Filipe III, 1621-1640

Século 17 Ano 1625/1626 Mês Dia

DATA A QUE SE REPORTA

Reinado Doc. Nº 05

Século Ano

Identificação

ALVAREZ, Antonio - *Relaçam em que se trata e faz hu[m]a breve descrição dos arredores mais chegados à cidade de Lisboa & seus arrebaldes, das partes notaveis, igrejas, hermidas & conventos..., começando logo da barra, vindo corre[n]do por toda a praya até Enxobregas & dahi pella parte de cima até Saõ Bento o Novo. - Em Lisboa : por Antonio Alvarez, 16[26?].*

Local de Depósito / Cota / Código de Referência

BND, Cota do exemplar digitalizado: res-219-4-v. Disponível em: <https://purl.pt/39383/service/media/pdf>

Edição Impressa

SILVA 1933

Observações

Referido por diversos autores (SILVA 1933; TRINDADE & DIOGO, 2003, p. 95; MONTEIRO 2022: 7), este poema, publicado em 1625 ou 1626, não faz qualquer referência à existência de estruturas fortificadas junto à ponte de Alcântara, "citando, no entanto, todos os outros que sabemos já estarem construídos em 1625." (TRINDADE e DIOGO, 2003: 95).

RELAC,AM, EM QUE SE TRATA, E FAZ
 hũa breue descripção dos arredores mais chegados à Cidade de
 Lisboa, & seus arrebaldes, das partes notaveis, Igrejas,
 Hermidas, & Conuentos que tem, come çandologo
 dabarra, vindo corredo por toda a prayá atè
 Enxobregas, & dahi pella parte de
 cima, atè S.õ Bento o nouo.

Com Privilégio Real, & Taxado, em 8, reis em papel,



A Cidade de Lisboa,
 cujas famosas grandezas,
 excedem quacsquer do mûdo
 no valor, & na opulencia.

Cujos nobres edificios
 abatem aos da soberba
 Babylonia, que de todas
 foy marauilha primeira.

A que no culto diuino
 & nas famosas Igrejas,
 compete com a mesma Roma
 & na policia com Grecia,

Cujas armas assombraraõ
 com valerosas empresas
 tão varias gentes do mundo,
 em mil batalhas, & guerras.
 Não sòmete em nossa Europa
 contra a Mahometana feita
 mas nos campos Asianos,
 & nas Africanas terras.

Aquellas que triumpharaõ
 de Turcos, Moabitas, Perlas
 Coracones, & Mogores,
 Rumes, Arabes, &c.

Em cujos reynos puserão,
sendo partes tão diuerfas
com valor por tantas vezes
as triunfantes bandeiras.
Finalmente hũa Cidade
que bem pode ser Princesa
de quantas tem todo mundo
pois vence nas excellencias.
He cidade populosa
muy grande sobre maneira
emperio de todo quanto
pellos mares se nauega.

Situada no Occidente,
na mais vltimas das terras
que abrazada deixa o sol,
quando este emispherio deixa.
Quasi em trinta, & noue graos
estã situada, & logoita
a tal clima, que parece
estar sempre em primavera.
De mil boninas, & flores,
rosas, jasmins, violetas,
crauos, crauilina, goiuos,
faz todo o anno capellas.

Polla parte q̄ he mais baixa,
hum Rio que he mar acerca
cujo porto he mais soberbo,
que os de toda a redondeza.
E pella parte do Norte
com montes altos, & serras,
se defende, que do frio
nunca sente resistencia.
Quando o Sol cõ maior força
de seus rayos reuerbera,

os dourados orizontes
abrindo bocas na terra.
He muy fresca, & apraziuel;
muy deleitosa, & amena,
com viraçõs com que o mar
toda a Cidade refresca.
As quintas que tem por fora
Villas, lugares, & aldeas
por ser numero infinito
he bem que cale, & suspenda.
A multidão de vezinhos,
que dentro nella se encerra,
he tão grande, q̄ he impossivel
poderlhe dar conta certa.

Porque ver sua grandeza
casas, becos, & rraueffas,
praças, ruas, & arrabaldes,
nã ha quem contar se atreua.
Eu serei pouco arrogante
deixando tão grãde empreza,
por me não ver Phactonte,
onde atreuido me perca.
Mas andarei pella rama
por fora donde conheça,
quanto no difficultoso
dizêr menos he prudencia.

Nã bairra logo entrando,
tem muy grande fortaleza,
de São Giaõ, cujo sitio
he sô bastante defenfa.
De roirres, & baluartes
muy forte sobre maneira
com bombardas, bazaliscos,
canhoes, colobrinas, espheras.

Tem

Tem valeroso presidio
 Capitaes, & soldadesca,
 dextrissimos bombardeiros
 com perpetua assistencia.
 Defronte dentro no mar
 he fica cabeça seca
 hum baluarte muy forte
 sobre alicerces de area,
 Rodeado de estacada
 vigas de grossa madeira,
 por donde o mar se entulhou
 de emmensidade de pedras.

O Conuento dos Cartuxos
 ordem de tanta aspereza
 que pellos rigor que guarda
 so diz ser das mais perfeitas,
 Aqui junto desta praya
 dentro no mar de scarrega
 suas aguas cristalinas
 o rio da Barquerena.
 Logo Santa Catharina
 onde quando a monção cessa,
 toda nao lança seu ferro,
 ou quando sae, ou quando entra.

He mosteirinho de frades,
 & casa muy recoleta,
 que guarda de S. Francisco
 a rigorosa pobreza.
 Mais auante S. Ioseph
 hu mosteiro que se obserua
 por Capuchinhos descancos
 o mesmo preceito, & regra
 Não muito longe Belem,
 onde hua torre sobeiba

com tiros, & baluartes,
 faz mostra espátosa, & horréda
 Meida dentro no mar
 de quadrada bombardeiras
 num fortissimo cubello
 com varias sortes de peças.
 Aqui se fazem registros
 com que a entrada so frãquea,
 das naos que vem polla barra,
 ou se saem dando á vella.

Ha nella tambem soldados,
 que por cima das ameias
 com cuidado, & vigilancia
 dão perpetua sentinella.
 Logo junto della está
 hua obra real immensa
 hua machina do mundo
 de muy notauel grandeza.
 O mosteiro de Belem
 de tão fermosa presença
 que pode ser maravilha
 anteposta a de Caldea
 He de frades obseruantes,
 cujos preceitos, & regra
 são do Santo. que em Belem
 com Paula fez penitencia:
 Neste mosteiro Real
 de notaueis excellencias
 polla rara architectura
 de seu cruzeiro, & capellas
 Estão fermosos sepulchros
 de obra mais que Mausolea
 de alguns Reys de Portugal
 em varios jalpes, & pedras.

Com tão notauéis columnas
toda esta obra sustenta,
que ha mister ver, & palpar
pera que tanto se creia.

Neste lugar tão famoso
por ser de grão preminencia,
fazem aos Reys de Portugal
suas honradas exequias.

Dentro muitos corredores,
com dormitorios, & cellas
muitas obras curiosas,
de muy galharda aparentia.
Tem por cima hũ frõtelpicio,
fobre o dormitorio, & Igreja
de pedraria laurada
por muyta arte, & foteleza.

Hum portico muy fermoso
cuja laçaria, & pedras
a todo mais edificio
faz igual correspondencia.

Mais adêtro grandes claustras
muy conformes na grandesa,
casas fermosas, jardins,
pumares, ortas, & cerca.
Logo junto do mosteiro
hum pouo, cuja presença
na grandesa, & fermosura
grande Villa representa.

Por estes montes acima
que são de pouca aspereza,
antes ferteis, & abundantes
de quanto aqui se semea.
Ha muito fermosas quintas,
de casarias soberbas

frescas aguas, & pumares,
jardins, vinhas, & parreiras.
Santo Amaro mais euante,
em distancia que não chega,
fazer quatrocentos passos,
ou no mais quando esta seja,
Estã posto, & situado
no cimo de hũa ladeira,
que se sobe facilmente,
por ser distancia pequena.

He muy fermosa hermidã,
de grão concurso, & frequêcia
todo anno, & no seu dia
parece ser cousa immensa.
Entrãdo tem logo hũ patco,
de muy bastante largueza
que paramentão de altares
no dia de sua festa.

Estã tambem por diante,
de mulheres estrangeiras,
hum mosteiro muy deuoto,
que se chama das Framengas.
Não longe defronte deste,
a quem vem à mão direita
outro fies do Caluario
que juntamête he de freyras.

A quinta del Rey famosa
logo aqui não nos esqueça,
de inuêções dagua, & de flores
& figuras tão diuersas.
Segue-se a ponte de Alcantra,
fobre hũa fresca Ribeira,
cujas cristalinas aguas
por entre montes, & serras

Vem

Vê correndo brandamente
como escutando de veras
as cantigas que ali cantão
as rústicas lauadeiras.

Logo a antiga freguezia,
de Santos aqui começa
esse bairro da Pampulha,
que Cidade representa.

A Virgem do liuramento
em noua hermda, & pequêna
obra de cento deuoto
muy curiosa, & bem feyta.

Tambem de nossa Senhora
outra mais por cima desta
a qual das necessidades
commummente se nomea.

Logo junto a dos Prazeres,
cujá festa se celebra,
o dia logo primeiro,
depois do da Pascoela

E neste mesmo lugar
se vé de quem quer se chega,
hãr ealã de faude,
o por melhor de miserias.

Destoutra parte da rua
hum Mosteiro estã de freyras,
com hũ vista sobre o mar
de a prãziuel eminencia,

E tem por inuocação
aquella rara excellencia,
que Christo estando no mũdo
por remate de grandesas.

Pera eternizar memórias,
celebrãdo a vltimã cea

27
nã mais diuino misterio
quiz deixar memoria eterna.

Da mesma parte adiante
estão de hũã regra estreita
as Carmelitas descalças
da reforma de Teresa.
Nã mui longe da outra parte
de frades da mesma regra
outro deuoto Conuento
observante em penitencias.

A noua Igreja de Santos,
onde entrando à mão direita,
ha de sua inuocação,
hũã brincada Capella.

Nã muy distante por cima
aqueilas freyras Ingresas
que estão pella sancta Fè
desterradas de Inglaterra.

He mosteirinho pequeno
mas nã falto de excellencias
porque padecer por Christo
he soberana grandesa.

O mosteiro da Esperança
mais abaixo: cujas freiras
professão de São Francisco
a perfeitissima regra.

Oiteiro da boa vista
comparapeitos de pedra
onde tem gente do mar
hũã ordinaria assistencia.

Daqui numa larga praya
fermosa por excellencia
parecem muytos nauios,
que vem de partes diuersas.

São varias embarcações
de alto bordo, & das rasteiras
vrcas, naos, galès, pataxos,
setias, & carauellas.

Aqui se lanção a monte,
& de ordinario dão crena,
fazem de nouo, & desfazem
as embarcações ja velhas.

A meyo quasi da praya
o monte correo de terra
que outra vez ja noutrostêpos
correndo fez mayor perda.

Adiante esta Sam Paulo
onde nações estrangeiras
Espanhola, Catalam,
Italiana, & Tudisca.

A Francesa, & Biscainha,
Ceciliania, & Framenga,
finalmente quantas ha
parecem dar obediencia.
Cruz de Cataquefaras
celeberima frequencia
de Espanhoes que nesta parte,
tem sua Audiencia, & cadea.

Adiante o Corpo Santo,
hũa curiosa Igreja,
Cujo edificio he custoso
com ser hũa obra pequena.

Junto della logo as casas
de architectura soberba
de Mouras, Corterreays,
de bem Real apparencia.
E a milhares de fragatas
na praya aqui junto dellas

em que por pouco dinheiro
quem quer no mar se recreya!

Logo a Ribeira das Naos
onde a machina stupenda
das que vão pera Oriente
chamadas Naos da carreira?

Com notaveis artificios
pregarias, & madeiras,
carpinteiros, calafates
faz excessiuas despezas.

O lugar da Campainha
onde de varias maneiras
conforme as embarcações
ha mil ancoras diuersas.

Logo junto hum grãde pateo,
todo lageado de pedras
figura quasi quadrada,
mas não da quadra perfeita.

A grande casa da India
officinas, & despensas
casas adonde se aloja
tanto fardo de canella.

Tantas drogas Orientais
tantos quintaes de pimenta,
tanta maça, tanto crauo,
& tam preciosas pedras.

Redondos fardos de arroz,
buzios barbara moeda
de Eryopes Africanos
de retrocidas gnedelhas.

Aquelle branco marfim
dentes tam grandes de feras
que ha dente q por si sò
quatro, & cinco arrobas pesa:

Caças;

Caças, colchas, alcatifas,
& cortes de varias cedas
ambar, coral, bejoim,
noz, encêço, & brâcas perolas.
Os varios brincos da China
escritorios de gaudas
mil obras tam marchetadas
de contadores. & mesas.
Finalmente tantas cousas,
que pera poder dizellas
me vay saltando a memoria,
& assi passemos depressa.
Os passos del Rey famosos,
machina soberba, & imensa,
os tetos de cujas casas
competem co das estrellas.
Aquella primeira sala
rodeada de janellas
onde sempre os seus turnos
assiste a guarda Tudisca.
Os compridos corredores
quartos de tanta grandeza
onde infinita familia
facilmente se aposenta.
As grandes salas de cuna
& outras mil casas soberbas
em cuja capacidade
cabem tantas excellencias.
Aquella forte Real
cuja fermosa presença,
& leua mais o sentido,
que toda a oitava esphera.
As varias mercaderias
que dentro nas ricas tendas,

28
de diuersas inuencões
ha no pateo da Capella.
O concerto, & ceremonias,
com que nesta se celebra
aquelle culto diuino
com notavel frequencia.
Os tres graues tribunaes
Conciencia, Paço, & Fazenda,
por cujos graues ministros
este Reyno se gouerna,
Esses vastos almazens,
onde se recolhe, & fecha
prouimento das armadas
que cada anno aqui se aprosta,
Logo o terreiro do Paço
cuja fermosa largueza
bem terá de comprimento
duas mui largas carreiras.
Na largura em porporção
tambem parece da mesma,
que de figura quadrada
fica fazendo apparencia.
Esta famosa planicie
conser de tanta grandeza
de tal sorte he frequentada,
que sempre está quasi cheia,
Fica da parte do mar
toda larga, & descuberta
com vista muito apraziuel
de mar, nauios, & terras.
Neste lugar tão famoso
de ordinario descarrega
tanto nauio de trigo
que parece cousa imensa.

Ficallhe a parte de cima
a Alfandega donde se pesa,
ou marca tudo o que passa
com seu registo, & licençã.

Aqui vem mercaderias
de mil nações estrangeiras,
que por ser trato sabido
he bem que não me detenha.

Junto logo a grande casa,
dos contos, que da fazenda,
real toma toda conta
onde importa dalla certz.

També junto as sette casas,
onde noutras tantas mesas,
se despacha tudo quanto
da Cidade saye, ou entra.

Logo terreiro do trigo
onde tantas mil fanegas
ou moios delle se gastaõ
pellas mãos de medeiras.

Segue logo hũa rua
que tem de hũa parte tendas,
de outra da misericordia
hũa-das portas traueffas.

As escadas desta porta
infinitas camponezas
todo anno estão vendendo
flores de cheirosas eruas.

Casa da Misericordia,
cujo gashõ, & cujas tendas;
a tanto milhão de pobres
da mui ordenada despesa.

Onde se diz tanta Missa,
que desde antes q̃ amanheça,

atê meio dia dado,
as ouue quem quer que chēga.

A qual ordinariamente
tantos deixão por herdeira
& com rezão, pois a Christo
pera seus pobres se deixa.

Correndo mais a diante,
faimos logo à Ribeira
lugar que basta seu nome,
pera que a si se engrandeça,

Toda cheia de cabanas,
onde tantas regateiras,
de contino estão vendendo
tudo quanto o mundo encerra

Immensidade de frutas
de muytas castas diuerfas
por todo anno em grão copia
conforme os produz a terra.

A parte de cima estão,
em lugar sem differença,
vendendo seu pão fermoso
muytas molheres padeiras.

Otras logo junto vendem
passas de vuas, & de ameyxas.
queijos, fartens, & letrias,
vidros, barças, pe derneiras.

Logo a czinha adiante
por cuja mesa se ordena
que em conta, peso, & medida
tanta abundancia se venda.

A diante as ortalicas
coaes, endros, eigurelha
alças, coentros, nabos,
rabãos, cinouras: aceicas.

Oitêã, chicorias: car das,
abobaras, beldroegas,
cebolas, bredos, & salça,
& outras eruas de panella.

E passando a rua larga,
que dalto abaixo atraveffa,
lhe ficão pella outra parte,
as cabanas das fruteiras.

Mil milhares de maçãs
aqui vendem colarejas,
a rubicunda chainha,
pero de Rey, camoezas.

Laranjas, limas, limoens,
as mais das limas azedas
que a gente de Portugal,
não planta como em Valença.

No tempo muitos meloês,
immensidade de peras,
das carualhaes infinitas,
que he fruta só Portuguezas.

Vuas de muy varias castas,
asi brancas como negras
bastardo da banda daíem,
que bastardos, só a vua presta.

Fruitas novas. & marmelos
pecegos de mil differenças
damascos, figos, castanhus,
balancias, & sevejas,

Nozes, junças, auelans
doces, azeitonas Deluas,
as fermo sas Seuilhandas,
mansilha & cordouza.

Finalmente, toda a fruta,
que produzem quantas terras

o mndo tem, & o sabor
he nesta por excellencia:

Mais abaixo contra a praya
cabanas de manteigueiras,
onde sempre estão vendendo
infinita da framenga.

Abundancia de mariscos
logo junto se apresenta
lagostas, & carangejos
camarões, ostras, anejoas.

A liante sem cabanas,
infinitas pescadeiras,
que por mais agua que chova,
sempre, são caras na venda.

Ha aqui tão fresco pescado
que ainda saltando chega,
de muy diferentes castas,
que no rio, & mar se pesca.

A muy lombuda azeuia,
vnica só desta terra,
lingoado çapateiro,
chachucho, raya, lampreia,

Sauel, tainha, vizugo
xaroco, ciba, saueiha,
carapao, caualla, pargo,
folho, roballo, faneca.

Saños, pescadas, chernes,
congros, ruiuos, & moreas,
& infinitos que aqui calo,
por ir passando de pressa.

Mas he bem que se celebre
quem mais que todos sustenta
& por ser mais abundante,
he fartura da pobreia.

A sabrosa sardinha
que a diuina providencia
na abundancia, & calidade
no sabor, & em ser piquena.
Bem parece quis mostrar
acudir com diligencia
a falta de tantos pobres
do que o rico se aproueita.
Aqui se gista infinita
da salgada, & sem cabeça
sem sal, & a que comumente,
chamão carregação fresca.
De secos o bacalhao,
& tambem peicada seca,
raya, & luel escalado,
atum de lombo, & ventrecha.
Tem tal arte no vender
as salgadas pescadeiras,
que o que vem a dar por dez,
pedem por elle nouenta.
E se a caso lhe acontece
hauer quem pouco prometa,
ou responde com anexins,
ou com palauras soberbas.
Esta regra he muy seguida,
por todas as regateiras,
que pouco estimão vender
com seu trato a consciencia.
Logo junto muitas caças
& varias anes de penna
que trazem mil regatoês
la de fora das aldeyas.
Coelhos, lebres, cabritos,
galinhas, patos, marrecas,

pêrús, adês, & leuancos,
tordos, perdizes, vitellas.
Muitos alhos mais auante,
cebollas postas em restas
que aqui sempre estão vedêdo
as rusticas lauradeiras.
Finalmente aqui se vê
a nossa fresca ribeira
que quanto mais abundante,
então parece mais fresca.
Saindo logo daqui
à praya acima direita
pellos muy fermosos Caes
rodeados de moletas.
Logo a muy pouca distancia
grandemente nos recrera
esse chafariz del Rey
com tantas bocas abertas.
Onde tantos aguadeiros
tantos negros, tantas negras,
galegos, cubras, rainhos
a quarta de agoa sustenta.
A casa de Jorge seco,
& não he piquena grandeza,
que pera açções naturais
aja publicas secretas.
Hum chafariz muy famoso
de agoas muy claras, & bellas,
adiante está, que sem falta
leua excessão às da Beyra.
He tão fermosa, & tão pura,
& de tanta preminencia
que por mais q' anda no mar
corrupção nunca entra nella.

A praya logo da Alfama
 se mostra mais descuberta,
 & o lugar donde ancorão
 suas lindas Carauellas.
 As muitas q̄ aqui se ajuntão
 em qualquer dia de festa
 com as anchoras ao mar,
 & as proas postas em terra.
 Fazem visita tão apraziuel,
 & tão galharda presença
 que julgareis que Neptuno
 coroado vos festeja.
 Aqui está a torre da poluora
 que tem por titulo, & empreza
 este lugar he terribel
 por hũas latinas letras.
 Junto do mar mais auantê,
 da coroa de Castella
 almazês, & fundição
 de toda a sorte de peças.
 O cais do caruão por cima,
 casa muy tismada, & fea,
 que bem parece na cor
 ter de Vulcano a materia.
 E metendose no meyo
 hũa entulhada caldeira
 lhe fica logo por cima
 por larga circunferencia.
 Hũ cais mui largo, & fermoso
 chamado cais da madeira
 obra forte muy custosa
 mui grandiosa, & bem feita.
 Fora da porta da Cruz,
 a tiro quasi de pedra,

da Virgem do Paraiso
 hũa muy deuota Igreja,
 Por cima a de S. Engracia
 o traues á mão esquerda,
 onde quantos Santos ha
 saõ de nação Portugueza.
 O campo de sancta Clara
 hũa costa pouco enfesta
 muy apraziuel, & alegre
 a quem quer que alli passeia.
 Pera o cimo deste campo
 lhe fica Villagalega
 hum lugar que pera Villa
 tinha bastante grandeza.
 O fermoso pera peito
 em que se estriba, & sustenta
 esta grande obra do campo
 q̄ he de puro entulho, & terra.
 Traça de certo ministro,
 cuja fama bem pudera
 eternizando mil obras
 tocar sonora trombeta.
 Não sò pellas que publicão
 suas grandes excellencias,
 de que esta gran de Cidade
 vemos estar toda cheya.
 Se não pellas grãdes partes,
 que tuerão concurrencia,
 entre er conitos de fortuna,
 & quilates de nobreza.
 Mas como em fim tudo acaba,
 anda a fortuna alterna,
 acha sò memorias tristes,
 com sentimentos de ausencias

Ficou

Ficou somente a lembrança,
onde sentimento, & pena,
em viuo terrato d'alma,
mil grandesas representa.

Mosteiro de santa Clara,
logo junto, cujas freiras
do Seraphico Francisco,
guardão preceitos & regra.

Logo a bica do çapato
se segue numa ortafresca,
cujas christalinas aguas,
competem co a pimenteira.

He lugar muy deleitoso
que muyta gente frequenta
onde em lugar apraziuel
a vista do mar passa.

Santa Apollonia adiante
hũ hermedinha pequena,
onde vão por deuação
mil matronas, & donzellas,

Mais a diante o mosteiro,
de Sanctos que da comenda
& da regra que professa
se diz das commendadeiras.

Este Cõuento he muy graue
doado de muytas rendas,
onde senhoras illustres
tem recolhida assistencia.

Cutro logo junto nouo,
de hũa fabrica soberba,
em lugar mais eminente
faz muy fermosa apparencia

Santos o nouo se chama,
para mudança se ordena,

deste Conuênto famoso
fundado sobre nobresa.

Andando mais adiante
em passando a Cruz de pedra
outro estã que em santidade,
paraíso representa.

Este he da Madre de Deos,
de tal concurso, & frequencia
de gente que muy bem mostra
ter santidade suprema.

Dê grande recolhimento,
& tal, que muy bem pudera
ser de santo enuejado,
se nos santos cabe enueja.

Aqui faz muytos milagres,
a Virgem de graças chea,
que ficou Virgem muy pura,
sendo Mãy muy verdadeira.

Iunto estaõ paços famosos,
cuja traça representa,
em retrato de principios
vistigios de mil grandesas.

Mas como a Parca inimiga
dando hũs fios, outros suspeda
deixando sò por memoria,
mostras, sòbras, & apparencias.

Entrando neste lugar
por remate nas grandesas,
& em lugar de perfeição
deixou esta obra imperfeita.

Sò ficou conhecimento,
na mostra das excellencias,
que este lugar ja foi forte,
& acabar he grão certeza.

Adiante o muy famoso
 são Francisco de Enxobregas,
 mosteiro de deuação,
 & de muy grande apparencia.
 No valle logo seguinte,
 que o mesmo monte reserva
 outro está de Padres Loyos
 que são Bento se nomea.
 Pello vale mais acima
 sobre o alto contra a serra
 num muito fresco lugar
 o mosteiro está de Chelas.
 Logo mil lugares frescos,
 olivais, quintas, & terras,
 punares muy delectosos,
 casas, jardins, & ortas frescas.

E por toda a larga chapa
 que do valle de Enxobregas,
 pello campo de Alualade
 voltando os Anjos se cerca.
 Casas mil entremetidas
 muy famosas, & soberbas,
 alegres recreações
 entre bosques, & arvoreda.
 Cuja graue ostentação
 aquem vem de Aldea galega
 parece mais apraziuel,
 por ficar mais descuberta.
 Toda se mostra ondeada
 por muitos valles, & terras
 tumulos que se leuantaõ
 com muito pouca aspereza.
 Tudo são fertilidades,
 tudo são abundâncias de terra,

que entre todas as do mundo
 pode em tudo ser primeira,
 Por aqui muitos lugares
 muitas hermidas, & Igrejas,
 são tantos os oliuaes,
 que parece cousa immensa.
 Logo as ortas de Alualade,
 cuja ortaliça se rega
 com tanta abundância de agua
 que noras lanção nas prezas.
 Donde á mais q̃ na Cidade
 se gasta que he cousa immensa,
 trazem rusticas saloyas
 a noder das regateiras.
 He tão fertil, & abundante
 toda esta fermosa Veiga
 apraziuel, & jocunda
 alegre, fresca, & amena.
 Que não sòmẽte a antepõho
 às de Granada, & Placencia,
 as frescas terras de Marcia
 de garagoça, & Valença.

Mas direi com fundamẽto,
 sem falta de ue ser esta
 a que chamarão Gentios
 Ehsios campos na terra.
 Que cousa mais apraziuel,
 mais grandiosa, & soberba,
 que ver desse campo grande,
 a larga circunferencia.
 Certamente, que do nome
 dar semelhança pudera,
 por ser tão plaino, & tão lizo.
 todo campo, & toda veiga.

Dizendo

Dizendo bem com rezaõ
que na lingua Portugueza
podemos chamar Vhizios
por ter mais bella presença.
De-mais, q̃ sendo de Oliffes
edificada esta terra
depois que a tantos trabalhos,
dando fim descansou nella.
Iulgando a gentildade
seguirse logo a misérias
como premio merecido
hã gloria sempiterna.
Vendo que aqui descansaua
por ser deleitosa, & fresca
ju'garão ser paraíso
pellas raras excellencias.

Donde vejo que de Oliffes,
por diuinação muy certa
forão chamados Elifios
em que ha pouca diferença.
Sendo cousa aueriguada,
& opinião muy verdadeira,
ser estes campos de Espanha
nas vteriores terras.
Depois os nossos latinos,
com noticia mais inteira
destes apraziuéis campos
& destas ortas amenas.
Declarão neste nome
esta escondida certeza,
pondo-lhe este de Almalatens,
que corrupto ainda referua.
Pois neste lugar fermoso
toda alma liure de pena.

como em paraíso, & gloria,
julgarão ter vida eterna.
E porque as humanas formas,
nossa vista não penetra
por grande disporporção
que ha nas duas naturezas.
Vendo que não parecia
aquillo que entre elles era
por plauzo vniuersal
aueriguada sentença.

Almalantes lhe chamarão
que na lingua Portuguesa
he dizer alma escondida
que Alualade corrompera.
Outros dizem que Albalatens
tendo que mais se assemelha
este nome de Alualade
por outra diferença.
O que muy pouco importara
dizer com menos certeza
pois quando a fermosa aurora
aqui estuésse encuberta.

Então puderão dizer
que como aqui não se veja
quando a luz falta no mundo
por opposição da terra.
Hã alua aqui mais fermosa
cuidara ter assistência,
& chamando-lhe Albatens
mostrarão ser do otra esphera.
Logo o chafariz de Arroyos,
Santa Barbora, que pudera
por espanto de más obras
no seu campo dar em manda.

A frêguêzia dos Anjos
& no mais alto da serra,
parece penha de França
com mui galharda apparencia.
Esta soberana Virgem
neste lugar se frequenta
de gente quasi infinita
com visitas, & nouenas.
Nossa Senhora do Monte
tambem de graue presença
num monte donde descobre
da Cidade mil grandezas.
Doutra parte a do Desterto
em cujo louor quísera
para contar seus milagres
hãa angelica eloquencia.

Que num deuoto Mosteiro,
que aos preceitos se sogera
de seu deuoto Bernardo
mil maravilhas opera
Aqui temos esta Virgem
tão soberana, & tão bella
que tanto alcança pedindo
quanto Deos dá de potencia.
Logo junto santo Antão,
lugar de escolas, & letras
Collegio da Companhia
com perpetua assistencia.
Aqui muitos Estudantes
como em frequente academia
ocupaõ tempo, & cuidado
nas grandezas de mineraua.

Este campo de santa Anna,
donde tantas mil cabeças

de gado de seus curraes
esta terra se sustentã.
Logo aparece do Occidente
a quem sae a mão direita,
hãa Igreja desta Santa,
com seu Conuento de freiras;
S. Antonio dos Capuchos
de hãa obseruancia suprema
tanto exemplares na vida,
quanto obseruantes na regra.

O chafariz de Andaluz
hãa grão circunferencia
de casas, quintas, jardins
sam Sebastião da Pedreira.
Mosteiro de Santa Marta
Palhauãa donde pudera
fazer larga relação
tendo amplissima materia.
Nossa Senhora da Luz,
que será quasi hãa legoa
por aqui tem seu caminho,
& as saloyas de Tilheiras.

São Domingos de Benfica,
que a mesma distancia chega,
da sorte que pellos Anjos
o Mosteiro de Oluellas.
Aqui fica sam Ioseph,
no valle mil ortas frescas
que nos jardins, & frescuras
nenhãa iguala esta terra.
Mais abaixo a Annunciada
Igreja das mais bem feitas,
mais perfectas, & acabadas,
que tem toda a redondeza.

Onde

Onde hũ fermoso Conuentõ,
de muitas freiras professas,
guardão do grãde Domingos,
a muita obseruancia. & regra,
Nossa Senhora da Gloria
onde mancebos de Hibernia
estudauão com grãdo cuidado,
diuinãs. & humanas letras.

Mais auante hũa hermidã,
que tendo humilde apparencia
tem tão grande inuocação,
que he da Virgem da Pureza.
Subindo daqui pera o alto,
por hũa costa, ou ladeira
no verão pouco aprazuel,
quãdo as sôbras são pequenas.
Fica no cimo são Roque,
hum templo de tal presença,
que succede em marauilha,
às que hoje faltão na terra.

Mais auante a Colonia,
Collegio de obra modernã,
de Padres cujo instituto
he puro exemplo, & modestia.
São João dos bem cazados,
esta hermidã se frequenta
de poucos, porq̃ he de poucos
deuendo ser todos della.

Chamase aqui Campolide,
hũa saidã muy bella
pollos largos orizontes
que descobre a redondeza.
Abaixo logo os Cardais
onde estão de ordem terceira;

hũs frades que aqui professão,
a Franciscana pobreza.
Defronte são Bento nouo,
hũa marauilha immensa
de soberbos edificios
que a todos faz mil enuejas.

He hũa obra posta em quadro
de muy notauel grandeza,
& de quanta relatei
pode ser angular pedra.
Eu a tomei por remate,
desta obra que nas soberbas
a pedra com que se fecho
sempre tem grãde excellencia

E nesta fabrica minha
que tão notauéis encerra
se lhe falta o architecto
sobre pujanhe a materia.
Bem vejo q̃ com razão
todo mudo me condena
de quereir com tantas faltas
relatar tanta eminencia.
Mas como a mi me desculpaõ
exemplos que dar pudiera
ey tomado atreuimento
para relatar grandezas.
Que na boa prespectiua
bastante noticia dera
da grandeza de hum gigante
pintar parte mais piquena.

Estes são os arredores
com que Lisboa se cerca
querer contar o de dentro
sera temeraria empresa.

Com licença. Em Lisboa. Por Antonio Alvarez. Anno 1624.

DATA DO DOCUMENTO

Reinado 20. Filipe III, 1621-1640

Século 17 Ano 1625 Mês 07 Dia 03

DATA A QUE SE REPORTA

Reinado Doc. Nº 06

Século Ano

Identificação

Assento de vereação de 3 de julho de 1625

Local de Depósito / Cota / Código de Referência

Liv II d' Assentos fs 224 v

Edição Impressa

OLIVEIRA 1888 - OLIVEIRA, Eduardo Freire de (1882-1911). Elementos para a História do Município de Lisboa. Lisboa: Tipografia Universal, Tomo III, 1887. Pág 191.

Observações

Assento de vereação de 3 de julho de 1625” em que se refere que, para dar cumprimento à ordem do rei, a Câmara adquiriu por empréstimo dois mil cruzados para que não se interrompessem as obras das trincheiras

«ros e aduogados tem, e a forma em q̃ se fará, e auisarmeeis
«com breuid^e do q̃ se appontar e se vos offerecer.»

Nota escripta á margem pelo secretario de estado:

«A cid^o cōsultara o q̃ parecer sobre se pora por Padroeira a
«Rainha S^{ta} Isabel. Chruão Soares.»

**Assento de vereação de 3 de julho
de 1625 ¹**

Por ter el-rei ordenado que as trincheiras se fizessem por conta da cidade, resolve a camara, para não pararem as obras, e na conformidade do que já tinha assentado, adquirir por emprestimo até *dois mil* cruzados sobre suas rendas; «e q̃ jūtam^{to} se pedise «loguo a S. Mg.^{de} lhe fizese merce mãodar respomder ao cre- «sentam^{to} de suas remdas, e l^{ca} p^a sobre elas poder vemder du- «zentos mil r^s de juro p^a gastos das dytas trimcheyras e obra «delas; e q̃, em q^{to} S. Mg.^{de} lhe não respomdese, se valesse, cō «hordem dos sorēs guovernadores, do d^{ro} mais prompto q̃ se pu- «der aver de emprestimo.»

Em cumprimento da resolução constante d'este assento foi expedida a seguinte

¹ Liv.^o II d'Assentos, fs. 224 v.

DATA DO DOCUMENTO

Reinado 20. Filipe III, 1621-1640

Século 17 Ano 1625 Mês 07 Dia 05

DATA A QUE SE REPORTA

Reinado Doc. Nº 07

Século Ano

Identificação

Carta da camara a el rei em 5 de julho de 1625

Local de Depósito / Cota / Código de Referência

Liv de Propostas e respostas e regº de cons. do tempo d el -rei D Fillipe III, fs.88

Edição Impressa

OLIVEIRA 1888 - OLIVEIRA, Eduardo Freire de (1882-1911). Elementos para a História do Município de Lisboa. Lisboa: Tipografia Universal, Tomo III, 1887. Pág 191-193.

Observações

Carta da camara a el rei em 5 de julho de 1625" (Doc. 7) onde se refere que a ordem do "marquez de Injoza, de que se faça mais fortificações de trincheiras e reductos até Alcantara, e madam os governadores que a câmara siga a ordem que der o dito marquez"

**Carta da camara a el-rei em 5 de julho
de 1625 ¹**

«No correio passado teve esta camara carta de V. Mag.^{de}, em
«que lhe manda V. Mag.^{de} que siga a ordem, que os governado-

paço e o conselho de estado, expediu el-rei a seguinte carta em 14 de novembro de 1625 :

«Havendo visto as consultas do presidente e officiaes da camara d'essa cidade e da mesa da consciencia e ordens, do desembargo do paço e do conselho de estado, sobre se tomar por padroeira d'esses reinos a rainha Santa Isabel, hei por bem que se faça assim ; e que a de ordenar que o seu dia seja festa de guarda, se deixe á devoção dos povos e prelados e disposição da Sé apostolica.» — *Dita coll.*

¹ Liv.^o II d'Assentos, fs. 224 v.

² Liv.^o de Propostas e respostas e reg.^o de cons. do tempo d'el-rei D. Filipe III, fs. 88.

« res lhe derem sobre a obra das trincheiras, e lhe ordenaram e
« mandaram precisamente, da parte de V. Mag.^{de}, e que as despe-
« zas d'ellas se fizessem á conta da cidade. E vendo como a camara
« não tinha fazenda nem dinheiro de suas rendas, que tão empe-
« nhadas estão, e tambem as do real d'agua, e o pouco que d'estas
« havia de estar applicado, por provisões de V. Mag.^{de}, á compa-
« nhia, para cabedal e distratos dos juros; e a ultima ordem, por
« carta de V. Mag.^{de}, de 24 do passado, contem que no dinheiro,
« que está junto para o dito distrato, se não bula n'elle, nem em
« parte nem em todo, no dito effeito, sem outra ordem de V.
« Mag.^{de}, e não trata de mais; e os governadores disseram no prin-
« cipio á camara que as trincheiras, que sómente desde as portas
« dos Cobertos, pela marinha, até ao caes do Carvão, que foi o
« sitio que até agora em outras occasiões mais urgentes se fize-
« ram, e que a despeza, que a camara faria n'ellas, seria até qua-
« tro mil cruzados, e ainda menos; com isto a camara, por serviço
« de V. Mag.^{de}, deixando de acudir a outras cousas forçadas de
« sua obrigação — não sendo esta obra das trincheiras nunca feita
« por conta de suas rendas, senão das de V. Mag.^{de} —, se dispôz
« n'esta fórma a acudir á obra, buscando *dois mil* cruzados do
« mais prompto de sua fazenda, e outros *dois mil* cruzados da re-
« nunciação de um officio de sua data, de escrivão do *vér-o-peso*,
« com licença do governo; e com estes *quatro mil* cruzados se
« continuou a obra estes dias, com toda a brevidade, buscando
« todos os officiaes, que puderam achar, que trabalham n'ella até
« nos dias santos.

« E vendo a camara que a obra se estendia a mais partes, em
« conformidade da traça do marquez de Inojosa, que os governado-
« res mandavam se seguisse, foi fazendo trincheiras desde as casas
« do marquez de Castello Rodrigo até ás casas do duque d'Aveiro,
« que é uma distancia muito grande, e além d'isso com reductos
« n'estas partes e no Terreiro do Paço para a artilheria, de muito
« mais custo que nunca até agora se fizeram; e sentindo que a
« falta e aperto de dinheiro era grande, e que esta obra não po-
« deria ir ávante, assentou em mesa, em 3 d'este mez, que por
« quanto para estes gastos, que se acrescentaram, não tinha di-
« nheiro, se pedisse emprestado sobre as rendas da camara até
« quantia de *dois mil* cruzados, e que juntamente se pedisse logo

«a V. Mag.^{do}, como pede, que lhe faça V. Mag.^{do} mercê mandar
 «responder ao acrescentamento de suas rendas, que tem escripto
 «a V. Mag.^{do}, e requer o vereador Luiz Vieira n'essa côrte; e
 «outrosim licença a V. Mag.^{do} para do sobredito acrescentamento
 «d'ellas poder vender *duzentos mil* réis de juro, para não parar a
 «obra das ditas trincheiras; e que, emquanto V. Mag.^{do} não man-
 «dasse responder, se valesse esta camara, com ordem dos gover-
 «nadores, do dinheiro mais prompto que pudesse haver de em-
 «prestimo, porque d'outra maneira se não podia continuar com a
 «dita obra.

«E porque ora além d'isto trata o dito marquez de Inojosa, de
 «que se faça mais fortificações de trincheiras e reductos até Al-
 «cantara, e mandam os governadores que a camara siga a ordem
 «que der o dito marquez, e que faça a despeza d'esta fortifica-
 «ção á sua custa, pareceu devia dar a camara conta a V. Mag.^{do},
 «como faz, para que V. Mag.^{do} o tenha entendido, e a falta de di-
 «nheiro e aperto em que está, sem saber com que possa fazer es-
 «tes gastos; e que não permitta V. Mag.^{do} passem ávante em
 «tempo de tanta necessidade d'este povo, nem a camara fique im-
 «possibilitada, como já está, porque não convém ao serviço de V.
 «Mag.^{do} que esteja ella n'estes apertos, cousa em que nunca se
 «viu, e se lhe encarreguem despezas tão excessivas com que não
 «póde em nenhuma maneira, e que em nenhum tempo se fizeram
 «por sua conta, senão da fazenda real de V. Magestade.»

² Liv.^o de Propostas e respostas e reg.^o de cons. do tempo d'el-rei D. Filipe III, fs. 88.

DATA DO DOCUMENTO

Reinado 20. Filipe III, 1621-1640

Século 17 Ano 1625 Mês 07 Dia 06

DATA A QUE SE REPORTA

Reinado Doc. Nº 08

Século Ano

Identificação

Assento de vereação de 6 de julho de 1625

Local de Depósito / Cota / Código de Referência

Liv. II d' Assentos fs 225

Edição Impressa

OLIVEIRA 1888 - OLIVEIRA, Eduardo Freire de (1882-1911). Elementos para a História do Município de Lisboa. Lisboa: Tipografia Universal, Tomo III, 1887. Pág 193.

Observações

Assento de vereação de 6 de julho de 1625” em que a Câmara toma “por empréstimo do rendimento do real d'agua” o valor necessário para contruir as trincheiras, até um limite de “dois mil cruzados”: "Em harmonia com o assento de 3 do mesmo mez e anno resolve a camara tomar por empréstimo do rendimento do real d'agua o mais prompto que se fosse cobrando todo o dinheiro que se julgasse necessario para a construcção das trincheiras até á quantia de dois mil cruzados "

**Assento de vereação de 6 de julho
de 1625 ¹**

Em harmonia com o assento de 3 do mesmo mez e anno, resolve a camara tomar por emprestimo do rendimento do real d'agua, o mais prompto que se fôsse cobrando, todo o dinheiro que se julgasse necessario para a construcção das trincheiras, até à quantia de *dois mil* cruzados.

¹ Liv.º II d'Assentos, fs. 225.

DATA DO DOCUMENTO

Reinado 20. Filipe III, 1621-1640

Século 17 Ano 1625 Mês 07 Dia 07

DATA A QUE SE REPORTA

Reinado Doc. Nº 09

Século Ano

Identificação

Assento de vereação de 7 de julho de 1625

Local de Depósito / Cota / Código de Referência

Liv. II d Assentos fs. 226

Edição Impressa

OLIVEIRA 1888 - OLIVEIRA, Eduardo Freire de (1882-1911). Elementos para a História do Município de Lisboa. Lisboa: Tipografia Universal, Tomo III, 1887. Pág 194.

Observações

Assento de vereação de 7 de julho de 1625” em que a câmara decide que se cumpra “a ordem”:
"Por ser materia de direito e interpretação de provisão e ordem d' el-rei, resolve a camara, por votação dos vereadores letrados, conforme o estylo que se cumpra a dita ordem, não se mechendo no dinheiro que estava junto para distrato dos juros o que não impedia que esse distrato continuasse fazendo-se com outro qualquer dinheiro"

**Assento de vereação de 7 de julho
de 1625 ¹**

Por ser materia de direito e interpretação de provisão e ordem d'el-rei, resolve a camara, por votação dos vereadores letrados, conforme o estylo, que se cumpra a dita ordem ², não se mechendo no dinheiro que estava junto para distrato dos juroz, o que não impedia que esse distrato continuasse, fazendo-se com outro qualquer dinheiro.

¹ Liv.º II d'Assentos, fs. 226.

DATA DO DOCUMENTO

Reinado 20. Filipe III, 1621-1640

Século 17 Ano 1625 Mês 07 Dia 25

DATA A QUE SE REPORTA

Reinado Doc. Nº 10

Século Ano

Identificação

Carta regia de 25 de julho de 1625

Local de Depósito / Cota / Código de Referência

Liv. 1 de Juros fs. 55

Edição Impressa

OLIVEIRA 1888 - OLIVEIRA, Eduardo Freire de (1882-1911). Elementos para a História do Município de Lisboa. Lisboa: Tipografia Universal, Tomo III, 1887. Pág 194.

Observações

Carta regia de 25 de julho de 1625 em que o rei ordena que apenas se recorra ao referido imposto do real d'água "a fim de ocorrerer ás despesas com as fortificações, só se tornaria efectiva, depois de n'ellas se dispender todo e qualquer dinheiro, que houvesse de prompto e em ser, e que por qualquer via pertencesse á mesma camara."

Carta regia de 25 de julho de 1625 ⁴

Que a provisão, que mandara passar, para sobre as rendas da cidade e imposto do real d'agua poder a camara constituir juros

na importancia que os governadores do reino indicassem, a fim de occorrer ás despesas com as fortificações, só se tornaria effectiva, depois de n'ellas se dispender *todo e qualquer* dinheiro, que houvesse de prompto e em ser, e que por qualquer via pertencesse á mesma camara.

«E posto que tenho por certo que hauendo de ser esta despesa
«tanto em utilidade publica, e assegurandome do animo e prom-
«ptidão com que sempre accudistes as cousas de meu seruiço, na
«presente uos adiantareis muito; todavia me pareceo significar-
«uos, por esta carta, que me hauerey por muy seruido do que fi-
«zerdes para o facilitar, de modo que, por meo de vossa diligen-
«cia, se consiga breuemente o q̄ tanto conuem, estando certos que,
«no que se offerecer toquante a essa çidade, folgarey sempre de
«lhe fazer fauor e merçe.»

⁴ Liv.º 1 de Juros, fs. 55.

DATA DO DOCUMENTO

Reinado 20. Filipe III, 1621-1640

Século 17 Ano 1636 Mês 04 Dia 16

DATA A QUE SE REPORTA

Reinado Doc. Nº 11

Século Ano

Identificação

Decreto da duquesa de Mantua de 16 d'abril de 1636

Local de Depósito / Cota / Código de Referência

Liv. II de cons. e dec. d'el-rei D. Filippe III, fs-24

Edição Impressa

OLIVEIRA 1888 - OLIVEIRA, Eduardo Freire de (1882-1911). Elementos para a História do Município de Lisboa. Lisboa: Tipografia Universal, Tomo IV, 1889. Pág 184.

Observações

"Decreto da duquesa de Mantua de 16 d'abril de 1636" em que a duquesa manda que se trate da defesa da cidade, procedendo-se à reparação das muralhas e à continuação das obras das trincheiras cuja construção teria, de facto, sido iniciada mas não se tinha terminado de acordo com o plano previsto. Preocupada com o facto de "as armadas dos inimigos" estarem "já prestes para poder sair e navegar", chama a atenção para a importância de investir na defesa da cidade incumbindo disso a Camara "vendo que nisto está a sua conta, trate logo de dispor, assy e da manra que o fez em outras occaziões, reconheçendosse os muros e reformandosse onde for neçess.rio, fazendo-se portas nas q nelles ouver, e as mais perperações para se haverem de serrar quando assy cumprir, o que se executara logo. E da mesma manra se reconhecerão as trincheiras, que no anno de1625 se havião feito com occazião da armada ingreza, e se reformarão e continuarão até onde estava assentado que se fizessem"

**Decreto da duqueza de Mantua de 16 d'abril
de 1636 ¹**

«S. M.^{do}, que Deos guarde, considerando o a q̄ obrigação os mo-
«nim^{tos} q̄ ha entre os inimigos desta monarchia, e os duplicados
«auizos q̄ se tem das armadas e grandes perperações que fazem,
«deuendosse recear que, irritados dos bons sucessos q̄ Deos Nosso
«S^{or} ha querido dar ás catholicas armas de S. M.^{do} ², emprendão
«algũa facção p^{ia} deuirtir em damno deste R.^{no}, manda, e por
«diferentes cartas suas encarrega, que, com particular cuidado,
«se disponha tudo o q̄ toca a deffenção d'elle, para q̄, suçedendo
«algum cazo, se acuda promptamente a elle com a rezolução e na
«forma que a occasião o pedir.

«E porq̄ se tem de nouo entendido que as armadas dos enimi-
«gos estauão já prestes para poder sair a nauegar, e importa-
«tanto, como se deixa bem uer, aperseberçe o que toca a esta
«cidade, pois quanto mayor he o empenho em q̄ elles se tem met-
«tido, tanto mais obriga a se attender á deffenção della, a cam.^{ra},
«vendo o que nisto está a sua conta, trate logo de o dispor, assy
«e da man^{ra} que o fez em outras occasioēs, reconheçendosse os
«muros e reformandosse onde for neçess.^{rio}, fazendosse portas
«nas q̄ nelles ouuer, e as mais perperações para se hauerem de
«serrar quando assy cumprir, o que se executara logo. E da
«mesma man^{ra} se reconheçerão as trincheiras, que no anno de
«1625 se havião feito com occasião da armada ingreza, e se re-
«formarão e continuarão até onde estaua assentado q̄ se fizessem;
«reformandosse tambem as plataformas que então se tinhão feito
«no Terreiro do Paço e praya de Sam Paulo; acudindo a tudo a
«cam.^{ra} com o cuidado e na forma em q̄ costuma empregarse nas
«couzas de tanta obrigação sua, como esta he. E do q̄ se fizer e

¹ Liv.^o II de cons. e dec. d'el-rei D. Filippe III, fs. 24.

² Vid. Capitulo da carta regia de 24 de setembro de 1636.

«se lhe offereçer q̄ representarme, me dará conta, ajuntandosse,
«para entender no que a isto toca, todas as tardes. Lix.^a, a 16 de
«abril de 1636. E reformadas as plataformas se prouerá p^{ia} cap-
«pitania general de artellharia e o mais ⁴. — Margarida.»

DATA DO DOCUMENTO

Reinado 20. Filipe III, 1621-1640

Século 17 Ano 1636 Mês 04 Dia 19

DATA A QUE SE REPORTA

Reinado Doc. Nº 12

Século Ano

Identificação

Assento de vereação de 19 de abril de 1636

Local de Depósito / Cota / Código de Referência

Liv III d' Assentos fs 95

Edição Impressa

OLIVEIRA 1888 - OLIVEIRA, Eduardo Freire de (1882-1911). Elementos para a História do Município de Lisboa. Lisboa: Tipografia Universal, Tomo IV, 1889. Pág 185-186..

Observações

·Assento de vereação de 19 de abril de 1636: em resposta à ordem da duquesa de Mantua, o Senado diz que as “trincheiras e plantaformas” não era sua obrigação e que as mesmas se deveriam fazer “por conta da fazenda real”. Lembra que no ano de 1625 havia emprestado à fazenda real “catorze mil cruzados” os quais até ao momento não lhe haviam sido pagos. A camara estava, portanto, naquele momento impossibilitada de “acodir a esta obra” “por estar empenhada”

Assento de vereação de 19 d'abril
de 1636 ²

«Em 19 d'abril de 636, lendosse no tribunal da camera lū
«decreto da snorã princesa Margarida, feito em 16 do dito mes,
«pello qual, per ordem de Sua Mag.^{de}, declara q̄ os inimigos da
«monarchia, irritados com os bons successos q̄ hão tido as armas
«catholicas, tinhão armado muitos nauios de guerra e outras pre-
«parações, e se podia temer q̄, para diuertir, intentem algũa fac-
«ção em dano deste Reyno, pello q̄ ordenaua que o senado se
«dispuzesse logo, e com toda a breuidade, tudo o q̄ tocasse a sua
«obrigação, reparando os muros e portas da cidade, de maneira
«que, suscedendo algum caso, se possa rebater o inimigo com a
«segurança q̄ se require; e que da mesma maneira se refizessem
«as trincheiras e plantaformas, pello modo que se auiam feito no
«anno de 625 com a occasião da armada ingresa ³; e, conside-
«randosse tudo, conforme ao estado presente, se assentou, pellos
«abaixo assinados, q̄ o Vereador das obras, com os menistros de-
«putados, vezite logo e reconheça os muros e portas da cidade,
«ordenando q̄ se repare tudo o q̄ estiner quebrado ou tiuer ne-
«cessidade de fortificação; e que, porquanto era notorio q̄ os mu-
«ros, na mayor parte, estauão occupados com casas q̄ sobre elles
«se tinhão feito, sem terem seruentia nem se poderem comonicar
«em occasião de aperto, se desse conta disto a Sua Alt.^a, para
«mandar ordenar o q̄ parecesse necessario de presente, ou se de-

¹ O gabinete de Madrid tratava de provêr á defeza do reino, com receio d'algum conflicto repentino com a França, d'onde muito bem podia resultar ser tentada a fidelidade dos portuguezes, que, fartos já de supportar as oppressões do governo de Hespanha, só ambicionavam emancipar-se da sua odiosa tutela.

² Liv.^o III d'Assentos, fs. 95.

³ Vid. «Elementos», tom. III, pag. 162.

«clarase o que se auia de fazer, chegada a occasião; e que, a
«resp.^{to} das trincheyras e plantaformas, de q̄ trata o decreto de
«Sua Alt.^a, se lhe respondesse logo que o senado não estaua obri-
«gado a fabrica das dittas trincheiras e plantaformas; e que, as-
«sentandosse em concelho de guerra q̄ erão necessarias, se de-
«nião mandar obrar por conta da fazenda real, por a cidade não
«ter esta obrigação; e q̄, no anno de 625, comcorrera a camara
«cō emprestar a fazenda real o dinheyro necessario para a dita
«obra, por se entender q̄ não tocava a dita camara, e que por en-
«tão ter deposito de suas rendas acodira com catorze mil cruza-
«dos, per emprestimo, os quaes atee agora lhe não erão pagos;
«mas que de presente estauão tam impossibilitadas as rendas da
«camara, assi por Sua Mag.^{de} lhe não mandar pagar os juros q̄
«fez nellas para acodir a seu real seruiço, como elle lhe ordenou,
«e por outras occasiões q̄ se offerecerão, q̄ não era possiuel com-
«correr em cousa algũa para ajudar a dita obra, por estar empe-
«nhada, e não poder acodir as obrigações presizas, p.^o q̄ Sua Alt.^a
«deuia mandar acodir a esta obra pella via q̄ lhe parecesse.»

DATA DO DOCUMENTO

Reinado 20. Filipe III, 1621-1640

Século 17 Ano 1636 Mês 04 Dia 22

DATA A QUE SE REPORTA

Reinado Doc. Nº 13

Século Ano

Identificação

Consulta da camara á duqueza de Mantua em 22 de d'abril de 1636

Local de Depósito / Cota / Código de Referência

Livro de consultas e respostas do tempo de Castella, fs11v.

Edição Impressa

OLIVEIRA 1888 - OLIVEIRA, Eduardo Freire de (1882-1911). Elementos para a História do Município de Lisboa. Lisboa: Tipografia Universal, Tomo IV, 1889. Pág 186.

Observações

“Consulta da camara á duqueza de Mantua em 22 de d'abril de 1636” em que a câmara reitera a posição definida no documento anterior.

**Consulta da camara á duqueza de Mantua
em 22 d'abril de 1636 ¹**

«N'este tribunal da camara se viu o decreto de V. Alteza, que
«a elle veiu em 19 d'este mez, sobre se haverem de reparar os
«muros e portas da cidade, nas partes que estiverem damnifica-
«das, e se refazerem as trincheiras e plataformas nos logares em
«que se fizeram no anno de 1625; e praticada a materia se re-
«solven o que se contém no assento, cuja copia será com esta,
«que V. Alteza será servida mandar vér.

«Á obrigação da cidade toca só reparar os muros e portas, e
«n'isto desde logo se irá obrando com a brevidade que o nego-
«cio pede; porém a fabrica das trincheiras e plataformas não é
«da obrigação da cidade. E por este respeito acudiu ella na occa-

¹ Liv.^o de consultas e respostas do tempo do governo de Castella, fs. 11 v.

«sião do anno de 1625 com quatorze mil cruzados, por empres-
«timo que fez á fazenda real, e se gastaram nas trincheiras e ou-
«tras prevenções de guerra, os quaes até ao presente se lhe não
«pagaram e estão em divida. E com a mesma vontade com que
«este senado se empregou sempre nas occasiões do serviço de S.
«Mag.^{de}, o fizera n'esta, que é tanto da conservação da mesma
«cidade; porém, o zelo de não faltar em tudo o que S. Mag.^{de}
«lhe ordenou de seu serviço, a tem impossibilitado, de maneira
«que não pôde pagar os juros que por este respeito vendeu, nem
«as despesas ordinarias e precisas do governo da mesma cidade,
«como por vezes se tem significado a S. Mag.^{de}

«E para o reparo de muros e portas se empenhará mais, ainda
«que fique faltando nas despesas ordinarias; mas não lhe será
«possivel concorrer em cousa alguma para a fabrica das trinchei-
«ras, as quaes V. Alteza mandará obrar como parecer que mais
«convém ao serviço de S. Mag.^{de} — Guarde Nosso Senhor a real
«pessoa de V. Alteza.»

DATA DO DOCUMENTO

Reinado 21. João IV, 1640-1656

Século 17 Ano 1650 Mês 03 Dia 24

DATA A QUE SE REPORTA

Reinado Doc. Nº 14

Século Ano

Identificação

Carta de D. Fernando de Mascarenhas, conde da Torre, presidente do senado da camara, para ser presente ao mesmo senado

Local de Depósito / Cota / Código de Referência

Liv.º III de cons e dec. dél rei D. João IV, fl 35

Edição Impressa

OLIVEIRA 1889, Vol.V, pp. 200-203

Observações

Em 1650 “o Senado encarrega o arquiteto Mateus do Couto de proceder à vistoria das cercas antigas. O parecer do arquitecto (régio e municipal) incluía a proposta de alterações às estruturas existentes” (CONCEIÇÃO 2015: 181) mas este documento apenas se refere às muralhas de Lisboa.

24 de março de 1650 — Carta de D. Fernando de Mascarenhas, conde da Torre, presidente do senado da camara, para ser presente ao mesmo senado¹

«O secretario Pedro Vieira da Silva me remetteu a ordem de «S. Mag.^{de}, que com esta será; e porque nos não avistamos o outro dia n'esta casa da cavallaria para a vêr, por alguns dos companheiros estarem ausentes, por se não perder tempo mandei fazer a diligencia que v. m.^{ce} verá da vistoria inclusa.

«De tudo dê v. m.^{ce} conta ao senado, como S. Mag.^{de} manda, ouvindo ao architecto Matheus do Couto, que é o que fez o papel, e ouvindo tambem ao mester Agostinho Rodrigues, a quem já escrevemos, o dr. Gregorio de Valcacer e eu, que por ficar n'esta occupação e eu ir ao conselho de estado nos tira o irmos hoje ao senado; e nos pareceu bem, para que esta obra se faça em poucos dias, aproveitar do conselho do mester, que é applicar a cada porta seu mestre, de empreitada, e depois medir-se-lhe a obra que cada um fizer, e pagar-se-lhe pelo preço da cidade; e assim se fará com desengano e com a brevidade que S. Mag.^{de} manda e o tempo requer.

«E ao mesmo mester, assim pelo ser e acompanhar-nos, como tambem por official que bem o entende, deve esse senado encarregar a superintendencia d'esta obra; e assim me parece a mim e ao dr. Gregorio de Valcacer.

«Guardede Deus a v. m.^{ce} como desejo. Do paço, quinta feira, 24 de março de 1650. — Conde da Torre».

O relatorio da vistoria feito pelo architecto Matheus do Couto, a que esta carta allude, é o seguinte²:

«Fui por mandado d'este senado vêr as portas das muralhas d'esta cidade, todas em torno, e do estado em que ellas estão e o de que

¹ Liv.^o III de cons. e dec. d'el-rei João IV, fs. 35.

² Ibid., fs. 37.

«necessitam consta d'esta relação. E começando do Corpo Santo para a banda da porta da Cruz achei o seguinte :

«A porta por onde são dos Cobertos para o Corpo Santo tem portas de madeira com seu ferrolho e fechadura ; e os dois postigos, «o dos ditos Cobertos, um entra para Corte Real, outro para a Ferraria ; um d'elles tem uma só metade de porta, o outro tem «ambas com seu ferrolho e fechadura ; e o postigo que do Corpo Santo sobe para S. Francisco ¹ não tem portas.

«O Arco do Ouro tem portas e ferrolho e fechadura.

«O Arco dos Pregos ² não tem portas ; e o dos Barretes sim, com seu ferrolho e fechadura.

«No Pelourinho Velho se tiraram as duas portas que havia, e está «aberto ; e o postigo da Portagem ³ não tem portas.

«Tambem da outra parte da Misericórdia, da banda da rua das «Canastras, está aberto, que se lhe tirou o muro.

«A porta do Mar e a de D. Gil Annes da Costa e a do chafariz «d'El-Rei têm portas, com seus ferrolhos e fechaduras.

«O postigo de S. Pedro d'Alfama e o de S. Miguel ⁴ e o do chafariz d'Alfama não têm portas ; este d'Alfama necessita de portas, e os dois se taparão e a porta do ferrador que aqui ferra.

«O postigo mais adiante, que se abriu ás Lavadeiras, e o que está «no muro antigo ⁵ se taparão ambos, e não têm portas.

«Tambem o postigo junto á Torre da Polvora ⁶ se abriu, não tem «portas. Tapal-o.

«O postigo da Lapa e a porta da Cruz e a do Arcebispo têm «portas, fechaduras e ferrolhos.

«Os dois postigos que se abriram em S. Vicente, um que entra «no campo de S.^{ta} Clara e o outro que está dentro no telheiro ⁷, onde «trabalham os officiaes, tapal-os.

«O postigo da Graça para a Penha de França tem portas e ferro-

¹ Cóta escripta por Matheus do Couto — «Este se tape».

² Ibid. — «Tapal-o».

³ Ibid. — «Tapal-o».

⁴ Ibid. — «Os dois se taparão».

⁵ Ibid. — «Tapados estes dois».

⁶ Ibid. — «Tapal-o».

⁷ Ibid. — «Tapal-os ambos».

«lho com fechadura ; e o postigo que desce para as Olarias, ¹ tapal-o.

«O postigo de S.¹⁰ André tem portas, ferrolho e fechadura.

«O postigo da Rosa ² não tem portas. Tapal-o.

«As portas da Mouraria têm portas e ferrolho com fechadura ;
«as duas serventias de fóra, tapar a da banda do poente ³.

«O postigo da Palma e o do Estudo ⁴ não têm portas. Tapal-o.

«O postigo de Sant'Anna tem portas com seu ferrolho e fe-
«chadura. As portas de S.¹⁰ Antão, de dentro tem portas, e as duas
«de fóra uma as tem, a outra não ⁵. Esta se ha de tapar.

«O postigo de S. Roque tem portas, fechadura e ferrolho ; e o
«da Trindade ⁶ não. Tapar-se-ha.

«As portas de S.¹² Catharina têm portas e ferrolho com sua fe-
«chadura ; e o postigo do Duque ⁷ não. Tapar-se-ha.

«Conforme a esta relação ha em torno da muralha exterior d'esta
«cidade quarenta portas, entrando as duas de fóra da Mouraria e
«S.¹⁰ Antão, das quaes se hão de tapar de pedra e cal dezoito, e
«ficam vinte e duas as que hão de servir ; e n'estas vinte e duas
«as vinte estão para servir e as duas se farão de novo : uma ao
«chafariz d'Alfama, outra á Mouraria. E para estas duas portas,
«portas novas, e para as vinte que é necessario reformarem-se e
«põem-se correntes com suas chaves, são necessarios cento e cin-
«coenta mil réis..... 1505000

«E para as dezoito que se hão de tapar se porão em
«cada uma d'ellas, logo, até cinco barcadas de pedra de
«alvenaria, e quatro moios de cal com sua areia ; e cus-
«tará o tapar d'estas dezoito portas, acabado de todo,
«com mãos dos officiaes e trabalhadores e todas as mais
«achegas, duzentos e vinte mil réis..... 2205000

«Os quaes juntos aos cento e cincoenta das portas de
«madeira e ferragens fazem somma de trezentos e se-
«tenta mil réis, com que saio..... 3705000

¹ Cóta escripta por Matheus do Couto. — «Tapal-o».

² Ibid. — «Tapal-o».

³ Ibid. — «Tapal-o».

⁴ Ibid. — «Tapal-o».

⁵ Ibid. — «Tapal-o».

⁶ Ibid. — «Tapal-o».

⁷ Ibid. — «Tapal-o».

«E assim mais convém encamisarem-se as muralhas do postigo da Graça até S. Vicente e até ás portas de S.^{to} André, que estão cabindo, e é necessidade precisa acudir-se-lhe logo, e juntamente a um pedaço de muralha que está cabindo no mosteiro da Encarnação, que só está com parede de dois palmos e meio para resguardo da clausura.

«E no que toca ás casas que estão sobre os muros me parece que, por se evitarem queixas e reboliços e inquietações, se mande notificar aos donos d'ellas que logo n'ellas, de umas para as outras e para as muralhas, abram serventias para estarem correntes, e acabada a occasião as tornarão a pôr no estado em que as têm, aliás se lhes mandarão derribar. Em Lisboa, a 24 de março de 1650. — Matheus do Couto».

DATA DO DOCUMENTO

Reinado 21. João IV, 1640-1656

Século 17 Ano 1652 Mês 03 Dia 11

DATA A QUE SE REPORTA

Reinado Doc. Nº 15

Século Ano

Identificação

Decreto do príncipe D. Theodosio de 11 de março de 1652

Local de Depósito / Cota / Código de Referência

Liv.º de reg.o de cons. e dec. dos srs reis D. João IV e D. Affonso IV, fs, 94

Edição Impressa

OLIVEIRA 1889,Vol.V, pp. 342-343

Observações

Pensa-se que o “Decreto do príncipe D. Theodosio de 11 de março de 1652” se refere ao início desta construção em 1650, quando se mencionam as “trincheiras no anno de 1650” (OLIVEIRA 1889,Vol.V, 343; CONCEIÇÃO 2015: 199). Aqui o príncipe manda dar continuidade à obra das trincheiras iniciada em 1650. De acordo com a opinião de Eduardo Freire de Oliveira o príncipe refere-se ao novo plano de fortificações já revisto por João Gilot que tinha reduzido o projeto inicial de 32 baluartes para 16 (OLIVEIRA 1889,Vol. V, 343). Este é, portanto, o documento que assinala o início da construção do baluarte do Livramento em 1650. Através dele ficamos também a saber que em 1652 ocorre uma revisão do plano.

**Decreto do principe D. Theodosio
de 11 de março de 1652¹**

«Com este serão os decretos que el-rei, meu senhor e pae, e eu
«mandamos remetter ao senado da camara d'esta cidade, para se
«fazer a obra da fortificação d'ella²; e porque convém executar
«de uma vez resoluções tão atrazadas e tão importantes, como
«aquellas são, hei por bem que o senado passe o despacho neces-
«sario para o thesoureiro, que tem em sen poder o dinheiro que

«que lhe assisto em tudo com o real poder e autoridade necessaria, sem li-
«mitação alguma. E d'esta patente, pela preeminencia d'ella, se não tomará
«razão em algum livro, mas só em virtude das cartas e decreto que mando
«escrever aos tribunaes, governadores das armas e camaras principaes do
«reino será a todos notorio, para que assim o cumpram e guardem pelo que
«a cada um tocar. E por firmeza de tudo o que dito é lhe mandei dar esta por
«mim assignada. Pantaleão Figueira a fez em Lisboa, a 25 de janeiro do
«anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1652. Pedro Vieira
«da Silva a fez escrever». — *Provas da Hist. Geneal.*, tomo iv, pag. 797.

¹ Liv.º 1 de reg.º de cons. e dec. dos srs. reis D. João iv e D. Affonso vi, fs. 94.

² Vid. decretos de 27 d'outubro de 1651 e de 15 de fevereiro de 1652, re-
tro publicados.

«restou dos vinte mil cruzados que se apartaram para as trinchei-
 «ras no anno de 1650⁴, ir pagando d'elle as férias aos officiaes que
 «mando começar esta obra; e para que se continue com muita
 «brevidade e haja para isso dinheiro prompto, ordeno por este
 «decreto a Luiz de Mello, presidente do senado, e a Luiz Gomes
 «de Barros, procurador da cidade, e a D. Alvaro d'Abranches da
 «Camara, mestre de campo geral junto á pessoa d'el-rei, meu se-
 «nhor e pae, façam padrões de juro em quantia de um conto de
 «réis, que se venderá, no effeito apontado n'aquelles decretos, ás
 «pessoas que levarem avisos meus para fazerem a compra, e os
 «padrões se passarão na fôrma ordinaria sem alteração alguma e
 «com toda a brevidade, porque se começa logo a gastar d'este
 «dinheiro, e se ha de pagar com os padrões referidos. O senado
 «o tenha entendido e o cumpra por sua parte, com a pontualidade
 «que espero da lealdade dos ministros d'elle, e do desejo
 «que têm de conservar e defender a terra em que nasceram».

⁴ No anno de 1650 chegou-se a empregar o trabalho para uma nova li-
 nha de fortificação de Lisboa, por parte de terra, que, segundo a traça, com-
 prendia grande extensão de muralha e 32 baluartes.

Esta obra a pouco trecho foi suspensa, dizem que por conselho do mare-
 chal Schomberg, mas naturalmente a causa principal foi conhecer-se que
 faltavam os recursos para empresa de tamanho vulto, e que, *quando fôsse*
possivel leval-a a bom termo, surgiria a difficuldade de encontrar gente para
 guarnecer tão extensa linha de defesa.

A prova de que o plano foi julgado *demasiadamente grandioso*, está nas di-
 ligencias que posteriormente se fizeram para obter outro mais modesto, mas
 que correspondesse ao fim, o que, parece, se chegou a alcançar, mas tambem
 não foi posto em execução.

João Gilot, engenheiro neerlandez, reduziu o primitivo projecto a uma li-
 nha mais restricta de 16 baluartes, que, começando para além do sitio de
 S. João de Deus, atravessava uma quinta de Philippe Jacome direita a Nossa
 Senhora da Estrella, tomava pela ladeira que desce do convento do Sacra-
 mento, pela quinta de Francisco Soares e pelos outeiros até á cêrca do Novi-
 ciado da Companhia de Jesus, cortava esta cêrca e continuava até á rua de
 S. José, subia a Santo Antonio dos Capuchos, rodeava a quinta do Ramires,
 seguia em linha recta até Nossa Senhora do Monte e d'ahi corria direita ao
 mar, onde terminava proximo de Santa Apollonia.

Crêmos ser este o plano que o príncipe D. Theodosio pretendia pôr em
 pratica.

DATA DO DOCUMENTO

Reinado 22. Afonso VI, 1656-1683

Século 17 Ano 1661 Mês Dia

DATA A QUE SE REPORTA

Reinado Doc. Nº 16

Século Ano

Identificação

LANGRES, Nicolau - Desenhos e plantas de todas as praças do Reyno de Portugal Pello Tenente General Nicolao de Langres Francez que serviu na guerra da Acclamação. -[Ca 1661].

Local de Depósito / Cota / Código de Referência

BNP Cod. 7445, fl 28-29. Disponível em: <https://purl.pt/15387>

Edição Impressa

CONCEIÇÃO 2015: 182

Observações

Em 1661 surge um segundo projeto, de Nicolau Langres ilustrado no álbum "Desenhos e plantas de todas as praças do Reyno de Portugal Pello Tenente General Nicolao de Langres Francez que serviu na guerra da Acclamação" [Ca 1661]. Trata-se de um desenho de projeto do Engº Nicolau Langres, designado como "Ce manuscrit de la fortiication de Lisbonne", fortificação que incluía uma ampla cintura composta por um conjunto de cortinas que uniam "vinte baluartes e três meios baluartes" (CONCEIÇÃO 2015: 182). Analisando a parte do desenho relativa à área em estudo, o desenho a tracejado parece encaixar, grosso modo, no baluarte do Livramento efetivamente construído. De acordo com Margarida Tavares da Conceição "é visível a sobreposição de dois troços abaluartados nas zonas de remate da grande cintura urbana (em Alcântara e Santa Apolónia), provavelmente denunciando que uma parte de tais frentes abaluartadas já estaria em construção" (CONCEIÇÃO 2015: 182).

DATA DO DOCUMENTO

Reinado 22. Afonso VI, 1656-1683

Século 17 Ano 1662 Mês Dia

DATA A QUE SE REPORTA

Reinado Doc. Nº 17

Século Ano

Identificação

Bartsch, Adam (?) - The Entrance of the Lord Ambassador Mountague into the City of Lisbone, Lisbon, 1662.

Local de Depósito / Cota / Código de Referência

The British Museum, Sheepshanks.3090, Asset number: 1462786001 (© The Trustees of the British Museum. Shared under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0) licence.). Disponível em: https://www.britishmuseum.org/collection/object/P_Sheepshanks-3090

Edição Impressa

Observações

Gravura de 1662 que comprova que os baluartes do Livramento e do Sacramento já se encontravam construídos. Trata-se de um importante documento pertencente à coleção do British Museum intitulada "The Entrance of the Lord Ambassador Mountague into the City of Lisbone." que nos mostra claramente a ponte de Alcântara e, ao seu lado, um Baluarte do onde se distinguem as suas muralhas e até as guaritas. Para compreender esta imagem torna-se necessário colocarmo-nos no local do "artista" que teria de estar do lado poente da ponte, provavelmente numa situação elevada para ter boa visibilidade. Veria a ponte em primeiro plano, à sua esquerda o Baluarte do Livramento e ao fundo: à direita, o Baluarte do Sacramento, junto ao mar.

Descrição que acompanha o documento:

"A large queue of horsemen and horse carriages leading over a bridge to the city of Lisbon shown in the central background, its city walls to the left, the carriage of Lord Montague shown in the lower right corner, a coat of arms in the top centre; dirty plate especially in lower left corner; from a series of seven prints showing the journey of the Infanta Catherine of Braganza from Portugal to marry Charles II in London. 1662"

Tradução:

"Uma grande fila de cavaleiros e carruagens de cavalos que atravessam uma ponte em direção à cidade de Lisboa, representada no fundo central, as muralhas da cidade à esquerda, a carruagem de Lord Montague representada no canto inferior direito, um brasão de armas no centro superior; placa suja especialmente no canto inferior esquerdo; de uma série de sete gravuras que mostram a viagem da Infanta Catarina de Bragança de Portugal para casar com Carlos II em Londres. 1662 " (Traduzido com a versão gratuita do tradutor - DeepL.com)

O Magnifique Entrada do Ambassador
The Entrance of the Lord Ambassador

e Admiral Montagu em Lisboa

Mountague into the City of Lisbon the 28 day of March 1662



Illus et Excel. D^o Edward Comes de Sandwich, vice Comes de Hinchinbroch, Baron Montagu de S' neots Anglia Archiepiscopus locum tenens, Ordinis Perficellidus Eques, Regi Mag^o Brit^o a Sanctioribus Confissus, Garderobe Ma^o sive magister Legatus suus Extraor^o
ad Regem Portugalliae, nec non Casus, ad Ser^o et Excel^o D^o Catharina Mag^o Brit^o Regina transportandae misse Admicalius, Anno Dom^o 1662. Intitoli sine suo: Excel^o per mare et per terra, in rogerendum Civitatem Lisbonensem Intus Portum metropoli^o
una cum se ipso Dedicat, Theodorus Slooe sua Ma^o Regina Angliae Victor.

B.M. 99.23
413
PPA 1605-99

DATA DO DOCUMENTO

Reinado 23. Pedro II, 1683-1707

Século 17 Ano 1686 Mês 10 Dia 24

DATA A QUE SE REPORTA

Reinado Doc. Nº 18

Século Ano

Identificação

Carta do Conde Schonberg ao rei de Portugal escrita em 1686

Local de Depósito / Cota / Código de Referência

ANTT, caixa 14

Edição Impressa

SEPULVEDA, Cristovam Ayres – *História do Exército Portuguez, Vol. II., PRELIMINAR Um capítulo da Guerra da Restauração (1660 a 1668): o conde de Schonberg em Portugal.* Lisboa: Imprensa Nacional, 1898, pág. 132-134

Observações

Carta de 1686 do Conde Schonberg, dirigida ao rei, em ele "critica asperamente a fortificação começada (...). Todavia, o parecer data de 1686 (assinada já a Paz com Espanha) e propõe outro tipo de abordagem, a opção pela cidadela dominante, "com cinco ou seis baluartes" a implantar em Alcântara, referindo a existência de dois baluartes "muito adiantados", compilando vários conselhos de ordem técnica e construtiva." (CONCEIÇÃO 2015: 182).

HISTORIA

ORGANICA E POLITICA

DO

EXERCITO PORTUGUEZ

POE

CHRISTOVAM AYRES DE MAGALHÃES SEPULVEDA

Capitão de cavallaria. Lente da escola do exercito.

Socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, da Real Academia de Historia de Madrid e do Instituto de Coimbra. Comendador das ordens de S. Thiago, da Coroa Real da Prussia, de Merito Militar, e de numero de Carlos III, de Hespanha. Cavalleiro de Aviz.

II

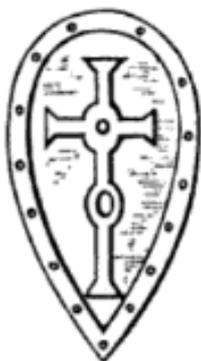
ORIGENS

PRELIMINAR. — Um capitulo da guerra da restauração.

I. — Estradas militares romanas em Portugal.

II. — Origens militares visigodas.

Vol. II



LISBOA

IMPRESA NACIONAL

1898

DP
547
INDIANA UNIVERSITY
LIBRARIES
BLOOMINGTON



Schönberg

PRELIMINAR

Um capitulo da guerra da Restauração

1660 a 1668

O conde de Schönberg em Portugal

**Papel que deo a Sua Magestade o marylchal Xonberg
em 24 de outubro de 686**

Snõr.— Foy Vossa Magestade servido ordenar-me que lhe desse meu parecer sobre a fortificação desta Corte, como tambem o modo com que se governão os Exerçitos da Alemanha e França.

Obedecendo ao que Vossa Magestade me manda derey o que algũa experiencia me tem mostrado E hé, que o intento de se haver de circundar com hũa fortificação de Baluartes hũ Povo tão grande e comprido, e alem do que vemos occupado com edefiçios cheyos seus arrabaldes de quintas, e ortas e Mosteyros, de hũa vasta interpeza, principalmente vendo a parte por onde vãy a fortificação que quem o trassou, não so quiz deyxar dentro della terreno para fundar outra Lisboa, mas attendeo mais a algũs riscos que tinha feyto, sobre o papel, do que a occupar os oyteyros, e descubrir os valles, que a natureza formou por aquellas partes.

Aqui posso acrescentar o que em outra ocazião disse a Vossa Magestade, e o que nem o mais antiguo General, nem o mais exprimentado Engenheyro poderão contradizer com boa rasão, e hé, que depois de Vossa Magestade haver gastado muitos annos, e consumido grandes somas nesta fortificação de Lisboa, achará que seria mais util, e seguro haverse feyto hũa sidadella de cinco ou seis Baluartes, acomodandoos sempre no sitio, em que se fabricar.

O lugar mais conveniente para esta Fortaleza, seria junto a Ponte de Alcantara, porque alem de estarem ja dous Baluartes, muy adiantados, fica primeyro junto do mar onde a pouco custo se lhe podem encher o fosso de agoa, que não só lhe sirva de mayor defença mas receberá nelle cantidade de barcos, sem que possam ser ofendidos de nenhũa parte; E o segundo alem de descubrir o valle da Ribeyra de Alcantara, por onde podem ser os ataques, se lhe pode meter a augua do mesmo Ribeiro e fazerse no fosso hum lago de agua doçe para quando se necessite della.

Considero a esta Fortaleza naquelle sitio muitas vtilidades; a primeyra, que como fica junto do mar, será difficultozo que nenhũ poder inimigo lhe possa impedir o socorro, por elle, nem ainda estando as fortalezas da barra

pello inimigo ; E da parte da terra, como ficão dous outros baluartes para a parte de Lisboa, sempre se poderá comunicar com a cidade e socorros da campanha, e na forma que digo, senão necessitará da parte do mar de mais obra, que hũa plataforma, onde se ponha mais algũa artelharía quando seja necessario.

E por que me poderão dizer que o outeyro, que está da banda dalem do ribeyro, fica perto, e eminente a Fortaleza, digo que nunca battaria posta em distancia de quinhentos, ou seiscentos pes ajudou a tomar a praça fortificada com baluartes.

E porque deposes que a Guerra inventou a cantidade de bombas e carcaças, convem que as cidadelas sejam grandes : E poderá estender esta de sorte, que aponta de hum Baluarte chegue á Cruz de Buenos Ayres, ou o tal posto se possa ocupar com hũa obra corva para que a cidadela fique mais recolhida e possa ocupar com hum Baluarte alto, que fica sobre a Fontequente, e desta sorte fica dentro o novo Armazem de polvora ; e suposto ficará a Fortaleza muy irregular, nem por isso será menos defensavel, e alem do que a experiencia nos ensina, sempre se deve apoiar a rasão com algum exemplo.

Suposto que as bombas, e carcaças não forão as que fizerão entregar Buda, hé certo que se o Castelejo, aonde se retirou aquella guarnição fora mayor, não os incomodarião tanto estes instrumentos ; e ou se defenderião mais tempo, ou se lhes concederia algũa capitulação honesta.

Fabricou-se em Avéres hũa das mais perfeitas cidadelas da Europa ; mas considerolhe hum grande defeito, posto que a fizerão a borda do Rio ; E hé que hauendo de ficar abayxo da cidade, se situou asima della, onde he de pouca vtilidade ; E se estivera abayxo, alem de ficar em hum alagadiço, onde se podia circundar de agua, que faz o aqesso mais difficil, ficava senhora do Rio para receber os soccorros de Olanda, e os mais que pello mar lhe viessem.

Parece que quando se haja de fabricar a Fortaleza no sitio que digo, que não haverá mais que quatro ou cinco cazas pequenas que hajão de derribar, não logo, mas no cazo em que se tema sitio, porque os Mosteiros ficão dentro, sem se lhe tocar, E em cazo de necessidade, se pode recolher nelles fato, e mantimento, E ainda cantidade de moradores.

Alem dos posos e sisternas que há neste sitio, seria difficultozo ao inimigo, impedir a agoa da Ribeyra, pois fica debayxo da mosquetaria.

Quando se fabrique esta Fortaleza, he facil fazer nas muralhas e Baluartes certas abobedas, onde a gente ficará livre de todo o cuidado das bombas E carcaças, E estas mesmas abobedas servem a impedir a que os Mineyros obrem o que intentarem.

A estrada cuberta, ou contra escarpa se pode fazer melhor do que as que se fazem de ordinario; porque como a pedra daquelle sitio he mais da necessaria, fazendosse a estrada cuberta, E esplanada que sobeja, e cobrindoa de poes com dous, ou tres palmos de terra, fica esta obra de grande serviço, porque senão pode caminhar por ella por capa; E se o conductor da obra for intelegente, pode poupar muyto dinheyro E trabalho ao abrir do fosso, fazendo deixar bũa berma de sette, ou outo palmos talhada na mesma rocha, que não só se poupa o trabalho e dinheyro (como digo) mas ficarem mais firme que a de Elvas, que podendo em partes ser assim foi feita de poes de pedra E cal.

Tambem se pode poupar dinheyro consideravel no salitre quando se manda fazer a polvora; porque a que saia ha des annos em França por tres vintens, sahe hoje por trinta r.^s o arratel.

Quando a fortificação que está comessada deixo a que se considere o circuito desta vasta empreza; mas se com tudo Vossa Magestade se quizer aproveytar do que está feito, parece-me que se acabe de fechar com hũa trincheira de campanha, e hum fosso de des pez de alto, E de largo a proporção, cuja terra, se botará da banda de dentro, e da pedra que se tirar, se fará hũa parede com barro em lugar de cal; E nesta forma se poderão fechar de hũns a outros os baluartes que estão principiados; mas nesta obra senão deve pegar, senão de poes da Cidadela estar em boa altura.

DATA DO DOCUMENTO

Reinado 23. Pedro II, 1683-1707

Século 18 Ano 1700 Mês Dia

DATA A QUE SE REPORTA

Reinado Doc. Nº 19

Século Ano

Identificação

BARCO, Gabriel del (Ca 1700). A grande vista de Lisboa. Painel de azulejos do Palácio dos Condes de Tentúgal. Pormenor da vista sobre Alcântara.

Local de Depósito / Cota / Código de Referência

Museu do Azulejo, Lisboa. Disponível em:
<https://artsandculture.google.com/asset/grande-panorama-de-lisboa-alc%C3%A2ntara-e-santos/PAHVoaewsb1Qw?hl=pt-PT>

Edição Impressa

Observações

No painel é visível a zona de Alcântara (o “artista”, neste caso, situa-se do lado do rio), tendo, em primeiro plano, a antiga ponte e, imediatamente à direita na imagem (à esquerda da ponte), o baluarte, a cima do qual se ergue uma cortina de muralhas acompanhando o topo da encosta da ribeira de Alcântara. Em primeiro plano, observa-se o Baluarte do Sacramento.